

**Profedições**  
apagina@spn.pt

**livros**

consulte o catálogo

Tel.: 226002790 · Fax: 226070531  
www.a-pagina-da-educacao.pt/livros

# 03

## A cereja do bolo

“Neste início de Fevereiro o coro dos contentes anda radiante. Por todo o lado, os governos que contam, mostram-se exigentes para com os pobres e remediados. O controle sobre o trabalho é maior. Os trabalhadores, essas almas danadas, estão a ser metidos na ordem. Os patrões recuperam poder, prestígio, sabedoria e santidade. (...) E a cereja no bolo é que vamos ter mais uma guerra a sério com vitória previamente assegurada. O coro canta apaixonadamente a nova ordem internacional e o poder paga-lhe com mãos largas.”

# 08

## Um “despudorado acto de vassalagem”

No Sublinhado desta edição, João Rita, destaca, entre outras, uma citação de Vital Moreira: “Os impérios sempre tiveram fiéis vassallos, cortesãos e favoritos capazes de aplaudir todas as iniciativas do suserano contra infiéis e bárbaros de todos os matizes, em favor da “civilização” e do bem comum do império. Mas poucas vezes terá havido na História um tão despudorado acto de vassalagem do que a declaração dos oito chefes de governo europeus a favor da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque”.

# 18

## Controlar a água e a terra

“A importância cada vez mais decisiva do petróleo aponta novamente o coração do mundo (Euro-Ásia) como o alvo do desígnio de dominação planetária. Mas outros interesses estratégicos se revelam: o controlo das águas e das reservas de minérios, os tecnopólos e as bases militares. As inovações da máquina militar, com uma logística nuclear sofisticada, aérea e marítima, introduziram no esquema geo-estratégico variações técnicas operativas. Porém, de Hitler a Bush verifica-se uma mesma constância das políticas imperiais pelo desejo de conquista territorial da “Euro-Ásia” para o controlo mundial. A batalha de Estalíngrado partiu os dentes ao Nazismo. O que acontecerá numa nova guerra?”

# Negócios do Ensino

Um dossier sobre os caminhos do “Superior” cada vez mais transformado em oportunidade empresarial  
Páginas 11 a 13



Agostinho Santos Silva, ex-presidente da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos Portugueses, põe o dedo na ferida

## Incapacidade de gestores e governantes gera muita da debilidade portuguesa

Entrevista na página 35





Está a iniciar-se um novo período escolar e começo a pensar que será melhor dizer-vos tudo quanto sei acerca do Berto. Há uns tempos que me tem andado a preocupar. A última vez que apareceu, tive de me sentar numa cadeira de palha e monologar. Foi a primeira noite de luar depois de uma série de noites estreladas. Neste momento, até sei como é Berto. Pálido, cabeça assente num pescoço delgado, testa congeminadora sob um tufo de cabelo espetado.

O primeiro assunto que atraiu a minha pobre imaginação e que me tornou preso e ligado para sempre a Berto foi a história do caracol. Pois bem, todos pensamos saber o que é um caracol. Berto, porém, abordou o assunto de maneira absolutamente individualista. Consultemos o seu caderno. Sob o título "Deus nos abençoe", lê-se o seguinte ensaio: "O caracol é uma pequena criatura que se equilibra fazendo sair os cornos. Como recompensa recebe certa quantidade de queijo com que faz queijadas."

Na escola Berto perguntou: "Quando um caracol vai passear e lhe apetece dar um pontapé numa pessoa, qual é o pé que ele usa?"

O professor respondeu: "Berto, devias saber que o caracol só tem um pé. Porque não estiveste mais atento quando estudámos isso? Ah! Agora me lembro, estavas sentado debaixo da mesa."

Berto não desistiu. Devo ser franco: Berto mente. Quando chegou a casa e lhe perguntaram o que se



© isto é

## Confissão sobre Berto

passara na escola, declarou: "O professor disse-nos que o caracol dá pontapés com o pé esquerdo, e eu observei que isso era impossível, porque o caracol só tem pé direito. Mas o professor estava distraído: estava sentado debaixo da mesa."

Os caracóis preocupavam o espírito de Berto. Dias mais tarde, perguntou ao tio: "Se um caracol for à inspecção militar e quiser ter duas pernas para passar o exame médico, pode pedir uma perna emprestada a um amigo?"

"Não, Berto, o amigo dele também só tem uma perna. Ficaria sem nenhuma."

"Mas, e não poderia esse amigo pedi-la emprestada a um terceiro caracol?"

"Não, porque o terceiro caracol ficaria sem nenhuma."

"E não podia pedir emprestada a um quarto?"

"É tarde, Berto. Vai para a cama."

"E o quarto ao quinto?"

"Desaparece, Berto. Vai brincar para o pátio."

"E o quinto ao sexto?"

"Berto!"

"Tio..."

"Sim?"

"Se eu fosse caracol, havia de ter três pernas, para as poder emprestar aos amigos."

"Muito bem. Só mostras ter bom coração."

E de facto assim era. Um dia, quando o ruivo Tomás estava a maltratar um gato, Berto disse: "Espera

e verás. Quando Deus te apanhar, mostra-te como é que é."

Contudo, há algo em Berto que levanta suspeitas. Uma vez esqueceu-se de tirar o boné ao entrar na aula. O professor admoestou-o. "Porque não tiraste o boné?"

"Porque a minha mãe diz que o não devo tirar, senão constipo-me."

Quando chegou a casa, disse: "Mãe, constipei-me, porque o professor me obrigou a tirar o boné."

No dia seguinte, não foi à escola. Quando reapareceu, o professor perguntou-lhe: "Porque faltaste ontem à escola, Berto?"

"Porque a minha mãe diz: Oriente ou ocidente, em casa é que está mais quente."

No prosseguimento dos seus estudos, houve uma altura em que o professor explicou como o homem tinha aprendido a defender-se do frio servindo-se de lã e fibras animais, fabricando fatos quentes e coisas para proteger a cabeça.

Berto digeriu esta informação e declarou: "O meu pai diz que usa sempre chapéu, porque, se passar por um lago e cair à água, o chapéu fica a boiar e saberão, assim, onde o procurar."

Continuou a pensar e depois acrescentou: "Já lhe reservámos um lugar no jazigo de família. A minha tia diz que é muito mais divertido ficarmos todos juntos."

Era assim Berto. Um rapaz simpático, mas...

Em breve teremos lua cheia.

"Quero-me confessar, Padre... Não estou certa de ser capaz... Pode confessar-me, Padre? Tenho um homem."

"Como? Oh não, de forma alguma! Evidentemente que somos casados. De branco, órgão e tudo. Incenso e lírios. E eu disse sim, e todos estavam contentes e a minha mãezinha chorava e..."

...?

"Só um momento. Já lá vamos. Eu era uma pobre rapariguinha. Olhos grandes e tranças. Ele chegou de carro. Era grande e forte. Levou-me ao cimo de um monte e, com voz clara e ressoante, falou do futuro. Tinha tantos planos. Eu acariciava os botões brilhante de metal da sua farda. Gostava de aproximar o meu rosto deles e ver-me reflectida como um espelho."

...?

"Sim, sim, Padre. Evidentemente: eu sabia que isso era vaidade. Estou arrependida. Depois casámos."

...?

"Não, de maneira nenhuma. Ele não mudou depois de casarmos. Sempre foi firme, mas também muito carinhoso. É claro, tivemos as nossas desavenças, mas nunca nada de grave. Estávamos quase sempre juntos, praticamente nunca me deixou só."

...?

"Deus meu, Padre, como pode pen-

© isto é



## Um facto

sar uma coisa dessas? Francamente... Sim, já ouvi falar disso, mas ele não é. Nunca. Nada que se pareça."

...?

"Talvez. Não sei ao certo. Mas não foi ele quem veio confessar-se, fui eu. Estou aqui em busca de ajuda. Preciso dos seus conselhos. Quero ser con...solada. Não, não estou a chorar. Pegue na minha mão, Padre."

...?

"Pois. É claro que casei com ele por amor. Qual é o meu pecado? Pode perguntar a qualquer pessoa. Todos lhe dirão como ele é, respeitado e cheio de boas qualidades."

...?

"Como?"

"Não, nunca. Defacto, jamais. Nunca lhe fui infiel, nem mesmo em pensamentos. Sempre fui uma esposa fiel. Acredita-me, Padre?"

...?

"Não."

...?

"Não."

...?

"Também não."

...?

"Qual é então o meu problema? Padre, eu vim aqui... Não! É inacreditável. Depois de ter vivido sete anos com ele... O Verão passado fomos de férias. Con-

venci-o a descansar. Tem um trabalho importante, muito trabalho, de enorme responsabilidade. Todo o país... Uma manhã, ao pequeno almoço, sentávamo-nos nós um em frente do outro. Atrás dele estava uma janela aberta. Por ela via eu o jardim, as árvores... O papel da parede da sala tinha desenhos de florinhas, milhares de florinhas cor-de-rosa. Erguia ele a chávena quando o olhei. Não havia qualquer razão especial ou intenção atrás do meu olhar. Foi então que vi..."

...?

"Que vi? Como é que só após sete anos reparei... Depois de partilhar a sua mesa e o seu leito... Aconselhe-me, Padre, porque pequei."

...?

"Foi só então que dei conta que ele era de plasticina."

...?

"Sim, completamente. Todo artificial. Inclinei-me para ele. Os meus olhos deviam estar muito esgazeados, porque ele pousou a chávena e disse calmamente: - Que aconteceu? - Não, desta vez não estou enganada. Sempre fora de plasticina. Todo! Mas porquê, porque nunca reparara antes? E agora que vai ser de mim?"

...?

"Anulação do casamento? Mas Padre, isso é impossível! - Temos filhos."

Nos últimos tempos, tem-se vindo a afirmar, com vigor público e notório, um novo coro. Trata-se do coro dos contentes. Fazem parte dele inúmeras pessoas, mas as que dele mais sobressaem são alguns políticos e, particularmente, alguns fazedores da opinião pública. Estes cantores andam felizes e excitados com o poder dominante. No peito, o coração pula-lhes de alegria sempre que o governo toma mais uma medida penalizadora dos trabalhadores. Se alguém insultar quem trabalha, o coro eleva a voz de felicidade. Se a medida for no sentido de defender a destruição do Estado, então o coro harmoniza vozes para exaltar o feito.

O coro dos contentes não canta só o poder nacional. Os cantores conhecem o repertório oficial do poder internacional. Este coro detesta a Europa e canta com paixão as músicas que lhes distribui o Governo americano. Para eles Bush é o maior compositor destes últimos decénios. Nem Reagan nem Thatcher se lhe comparam. A ideia de mandar soldados americanos e ingleses matar iraquianos, produz um frémito e enche o peito aos cantores soltando-lhes as vozes movidas pelo orgulho e pela paixão. Cantam dizendo que os maus, escondidos nos corpos das crianças, das mulheres, dos jovens e dos velhos iraquianos, vão finalmente ser esmagados sem dó nem piedade.

O coro canta contra os demónios que põem entraves aos negócios do petróleo e das armas e põem em causa a superioridade da raça branca, caucasiana, sobre as restantes raças que poluem o mundo. Os brancos, canta o coro, nasceram para gerir, viver bem, avaliar e mandar. A gente de outras cores para obedecer e trabalhar. Os brancos, canta o coro noutra estrofe, que não exaltem a superioridade da civilização ocidental, não merecem a vida, não são brancos, são negros disfarçados, são comunistas com pactos com o demónio negro, árabe, índio, mestiço, asiático, hispânico ou disfarçado de qualquer outra raça ou cor.

Neste início de Fevereiro o coro dos contentes anda radiante. Por todo o lado, os governos que contam, mostram-se exigentes para com os pobres e remediados. O controle sobre o trabalho é maior. Os trabalhadores, essas almas danadas, estão a ser metidos na ordem. Os patrões recuperam poder, prestígio, sabedoria e santidade. O povo dispõe-se a obedecer-lhes. O deus capital é cantado na imprensa, rádio e televisão e nas várias instâncias internacionais. Os apóstolos do poder dominante sentem os seus esforços recompensados. E a cereja no bolo é que vamos ter mais uma guerra a sério com vitória previamente assegurada. O coro canta apaixonadamente a nova ordem internacional e o poder pagalhe com mãos largas.

Cada época constrói o seu futuro e as suas ruínas. É tão importante pen-

sarmos no futuro que queremos deixar aos vindouros como nas ruínas que fazem parte dele. Mas isso o coro não sabe. Os elementos do coro não querem saber das ruínas que o poder dominante provoca. Miséria, exclusão, fome, doença, analfabetismo, a maior parte da população do mundo a viver como se os últimos séculos de trabalho humano não tivessem existido. Cegos, vivem a paixão do poder do-

mostra-se indiferente à coisa pública. Sabem mais de telemóveis do que da organização da sociedade e do Estado. Sucessivas gerações de portugueses transitam para a universidade ou directamente para o mercado de trabalho sem conhecerem sequer os traços mais elementares da organização do poder público, desde o modo como se elege e funciona uma junta de freguesia ou câmara municipal, até à dife-

## Os do costume andam felizes e contentes

Em Portugal sempre existiram coros. Para além dos belos coros alentejanos, colectividades de todo o país dinamizam este tipo de canto. Até as universidades jovens vão tendo os seus coros à semelhança das mais antigas. Os coros para além do prazer que dão aos cantores são motivo de prazer para os que gostam de os ouvir. Mas o que agora canta mais alto é o coro dos contentes.



minante. Cantam a subjugação do mundo a um punhado de gente que não sabe que a vida é efémera e que vive como se fossem os donos da história. Mas a realidade não é assim. Deles ficarão no futuro as carcaças das guerras e da miséria que provocaram no presente. E ficará o ódio, a raiva e a revolta. Ruínas a dificultarem o caminho que nos poderia levar da barbárie à civilização.

### Falta-nos formação política

A maior parte da população mundial ouve o coro dos contentes porque a isso é obrigada. Não escolhe a música, tropeça constantemente nela. E não está preparada para se defender dela.

Entre nós, para já não falar dos mais velhos, uma maioria dos nossos jovens

rença de poderes e competências dos tribunais, do Parlamento, do Presidente da República e do Governo.

Falta educação cívica e política logo no ensino básico. Falta uma disciplina obrigatória em todo o ensino secundário sobre as linhas fundamentais da organização política da sociedade e do Estado, do Poder Local ao Governo central, e sobre os mecanismos fundamentais em que assenta a vida social e política. É lamentável que entre nós persista o total analfabetismo político. A democracia exige a alfabetização política da população o que nada tem a ver com doutrinação e tudo a ver com informação, conhecimento, aumento da autonomia e da capacidade crítica de cada um. Fosse a população mais politizada e o canto do coro dos contentes ser-lhes-ia in-

suportável.

O Estado, aqui com o silêncio cúmplice e comprometido do coro, têm-se demitido da responsabilidade de colocar à disposição das jovens gerações a educação política. Este mesmo Estado, aqui suportado pelo canto do coro, é zeloso no que toca à garantia do direito à educação religiosa nas escolas. Ora a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. A educação religiosa é uma tarefa da responsabilidade única das igrejas a que os jovens eventualmente pertençam. Separar as águas é uma exigência da democracia. O Ministério da Educação, na sua frágil proposta de reforma do ensino secundário, devia ser obrigado a acolher a formação política devida a toda a população. Sem esta formação seremos mais pobres e mais incapazes de distinguir o som de um coro alentejano do coro dos contentes do neoliberalismo.

### A futbolização da vida política

Pelo menos da boca para fora, são muitos os que se lamentam da crescente indiferença dos cidadãos face à política. O aumento da abstenção eleitoral, a reduzida participação na vida cultural, cívica e política, o encolher de ombros face ao que nos é comum, são comportamentos correntes de muitos cidadãos. Não é de estranhar que uma maioria crescente da opinião pública vá encolhendo os ombros e dizendo que os políticos são todos iguais, ou, que nada sabem ou querem saber de política. O poder dominante, para dominar, precisa que predomine o analfabetismo político.

Quando o analfabetismo político predomina é natural que tudo pareça igual e seja visto com a mesma indiferença um político que deseja que se vão matar iraquianos e outro que se opõe a tais assassínios. Por outro lado, a falta de formação permite que a actividade política seja cada vez mais futbolizada. Assim, muitos políticos adoptam o comportamento dos hooligans, defendendo fanaticamente as suas cores e, pelo seu lado, os meios de comunicação social preocupam-se apenas em transmitir os resultados das contendendas entre adeptos.

O neoliberalismo é a nova religião do capital. Os apóstolos e os cantores da nova religião não estão interessados na formação política dos cidadãos. Essa formação tornaria mais difícil a hegemonia da religião neoliberal dominante. A religião neoliberal fomenta o desmantelamento do Estado. O coro canta diariamente o desprezo pela política enquanto organização do espaço público partilhado e canta, com fervor, o predomínio dos interesses privados. O deus mercado é exaltado como voz única que define o pensamento único e o fim da história. Cabe aos que não fazem parte do coro dos contentes, juntar-se, criar e fazer soar as melodias da civilização que se pode opôr à barbárie.



Foi há trinta anos atrás. Em Madrid. Deambulava eu pelas ruas, com o febril desejo de encontrar uma livraria. Chegara-se aos fins de Abril e a primavera deixava cair sobre a cidade a benção suave de uma carícia tépida. Até que (recordo-me bem), à beira do Palácio do Oriente, encontro uma pacata livraria, onde entrei guloso das últimas novidades literárias. Açodado pela presença de um cliente, um velho enérgico aproxima-se de mim e pergunta-me: "Em que posso ser útil?". Apressei-me a dizer que eu mesmo escolheria, sem ajuda, o livro que me interessava. E ele, encomiando com sinceridade: "Já leu Humanisme et Terreur? É uma obra prima". Naquela altura, da escola fenomenológica eu só lera a Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental de Edmond Husserl. E, por isso, sem hesitações, encaminhei-me para a estante de onde o Merleau-Ponty me chamava. Comprei o livro, com desenvoltura, e sentei-me num "café" a auscultar o fervor combativo do grande filósofo. Retenho este parágrafo: "A supressão da filosofia é sempre historicamente errada. A filosofia será ultrapassada quando o ser humano deixar de ter crises, enigmas, dificuldades, para além de todas as descobertas científicas. Digo mais: não acredito que os próprios problemas possam compreender-se sem formação filosófica. Um ensino apenas científico deixará os jovens sem recursos críticos para enfrentar a vida".

De facto, o altruismo de uma humanidade fraterna e lúcida, que abdicasse do seu individualismo feroz em prol dos grandes interesses colectivos, precisaria sempre da reflexão filosófica. Pode-se passar, durante algum tempo, sem pão, mas é muito difícil viver um minuto sem

# A propósito da Filosofia

A propósito da proposta de terminar com a disciplina de Filosofia no 12º ano diz Manuel Sérgio: "não acredito que os próprios problemas possam compreender-se sem formação filosófica. Um ensino apenas científico deixará os jovens sem recursos críticos para enfrentar a vida".

esperança. Não sei se assim pensam os actuais "positivistas" (e portanto bolorentas e bafientas pessoas) do Ministério da Educação que afirmam ser a filosofia um saber perfeitamente dispensável. É evidente que a filosofia não tenta provar nada, nem apropriar-se intelectualmente de um campo empírico. Ela nada tem a provar... a não ser que não pode haver cultura (no sentido global do termo) apenas na e pela ciência! A filosofia é mais uma lição de consciência do que de ciência – no entanto, lição preciosa para que nenhum saber se julgue absoluto, acabado, completo. A própria investigação científica é tributária de uma visão do Homem, da Vida, da Sociedade, da História – que é filosófica, indubitavelmente. O Ministério da Educação pretende impor um saber racional e objectivo, estreitamente vinculado à ausência de contradição. Ora, os filósofos sa-

bem que a escassez de contestação criadora a qualquer poder político e corporativo e de questionamento ao saber instituído e institucionalizado conduz inevitavelmente a ditaduras de todos os matizes. Quando a filosofia se cala ou, por timidez, abaixa a sua voz, cede a palavra a outro discurso: o violento e o despótico!

**O Ministério da Educação pretende impor um saber racional e objectivo, estreitamente vinculado à ausência de contradição**

Filosofar equivale a elaborar uma crítica permanente das super-estruturas rígidas, inteiriças, que paralisam e dificultam a liberdade criadora das "ciências vigilantes".

Daí o receio da filosofia (e até da epistemologia), por parte dos que pretendem transformar em doutrina o seu pequenino saber, os seus pequeninos ódios, as suas pequeninas ambições. Já senti o rancor de fari-seus puritanos desembestar em fúria brava, quando quis trazer à tona os pressupostos filosóficos da motricidade humana em geral e do desporto em particular. Sem o saberem,

eles faziam (fazem) suas as velhas palavras de Max Plank, em *L'Image du monde dans la physique contemporaine*: "O positivismo não deixa qualquer lugar à metafísica" (p.98). No entanto, depois de Gaston Bachelard e de Thomas Kuhn o pensamento científico deverá conceber-se como uma dialéctica permanente com o mundo psico-social. Foi Popper a sublinhá-lo: a preocupação de um cientista honesto não deve residir na cega sustentação da sua teoria, mas na procura sincera e corajosa dos seus pontos negativos. Assim, a grande "técnica" para o desenvolvimento de uma disciplina científica é o "espírito crítico". Uma teoria científica "verdadeira" não passa de um mito, de uma ilusão, ou de um saber mitificado. Um cientista não é defensor de alguns conhecimentos, é seu pesquisador. Quem vive apenas de certezas sofre de esclerose de pensamento e de esterilidade do poder criador. Ora, tudo isto se aprende na filosofia! E tudo isto convém saber! Mesmo os agentes do futebol. Não se nega a verdade. Só que ela deve introduzir-se, no tempo humano. Também a verdade é história.

Por isso, a pedagogia do desporto, os métodos de treino, o modo e o conteúdo da arbitragem devem ser questionados. A verdade, só o é verdadeiramente, quando é uma procura incessante da verdade! Mesmo que o não entendam as assembleias riscadas de imprecações raivosas! Mesmo que o não entenda o ignorante Ministério da Educação que, segundo se diz, vai terminar com a Filosofia no 12º ano! Não sabe o Ministro que, sem a Filosofia, há todo um "espírito crítico" que se perde? E, sem ele, há-de ser mais evidente e profundo o processo de barbarização da sociedade portuguesa – do desporto português?

## EDUCAÇÃO desportiva

Manuel Sérgio  
Universidade Técnica  
de Lisboa

### 04.01 Alunos do ensino tecnológico vão ter de fazer estágios de 240 horas

A partir do ano lectivo de 2004/2005, quando a reforma do ensino secundário entrar em vigor, os cursos tecnológicos passarão a incluir um estágio obrigatório no 12º ano. Para ter o "diploma", cada aluno que seguir esta via de ensino terá de passar 240 horas numa entidade pública ou privada para aprender, "em situação real", as práticas profissionais "representativas do perfil funcional" do curso que escolheu.

### 09.01 Viseu: Câmaras gastam no futebol o que poupam nas escolas

Um euro por aluno, durante um mês, foi quanto receberam, das câmaras municipais, em média, em 2001, as escolas do 1º Ciclo do distrito de Viseu. No mesmo ano, os clubes desportivos, a maioria ligados ao futebol, receberam, das mesmas autarquias, mais de dois milhões e meio de euros. "Um verdadeiro escândalo". Foi assim que o Sindicato dos Professores da Região Centro, autor do estudo que revela os números, (...) classificou a disparidade da política autárquica de apoios financeiros

### 10.01 Professores acusam Governo de deixar crianças sem aulas só para poupar dinheiro

O Sindicato dos Professores do Norte acusou (...) o Ministério da Educação de, "por razões economicistas", deixar sem aulas várias crianças de escolas do ensino básico do distrito de Bragança, ao recusar a substituição dos respectivos professores. A delegação de Bragança do SPN denunciou, em conferência de imprensa, que as escolas primárias de Miranda do Douro, Felgueiras (Torre de Moncorvo) e Franco (Mirandela) estão encerradas desde o regresso das férias de Natal, a seis de Janeiro.

### 13.01 Escolas vão ser financiadas em função do desempenho

O financiamento das escolas do ensino básico e secundário passará a ser feito com base nos resultados dos estabelecimentos de ensino. Esta alteração do modelo de financiamento, privilegiando o desempenho, é uma das medidas que está a ser preparada pelo Ministério da Educação, juntamente com a profissionalização da gestão, no processo de revisão da autonomia e gestão dos estabelecimentos de ensino.



O Miro (pode ser este o fictício nome do jovem) percorreu a via-sacra de várias escolas, até chegar àquela, por recomendação de uma técnica de serviço social e de uma psicóloga. O seu calvário académico incluía várias passagens pelo ensino especial e por outros padecimentos.

Um professor aproximou-se do jovem recém-chegado e propôs-lhe que escrevesse as suas primeiras impressões da nova escola.

– Não sei, não sou capaz, não faço. E você não me pode obrigar!...

O professor insistiu com jeitinho. Mas...

– ...Mas eu não sou obrigado a fazer. Você num manda em mim. Você não é meu pai!

go de que ainda se lembrasse, o Miro pediu-lhe que o dispensassem da tortura da escrita e lhe “ditassem umas contas, mas só de dois números”, pois apenas se recordava (e mal) das contas de somar e de diminuir.

– Eu sou assim, setôr. No hospital, a psicóloga até disse à minha mãe que eu sou atrasado da cabeça práí uns cinco anos.

Todas as escolas deveriam ser espaços produtores de culturas singulares, mas também espaços de múltiplas interações, comunicação, cooperação, partilha... Sabemos que não é bem assim. As escolas são, quase sempre, espaços de solidão. O trabalho dos professores

– Aqui, os professores pedem desculpa? – inquiriu o Miro, estupefacto.

– Claro – respondeu a professora de Inglês.

O Miro reagiu com um esgar de espanto, deu uma volta e seguiu viagem, para que a professora não visse que pela sua cara de traquina inveterado passeava a manga da camisola com que limpava uma lágrima teimosa.

Em todos os anos lectivos, há alunos que mudam de escola, por qualquer razão. Se aos pais assiste o direito constitucional de escolher a escola que consideram mais adequada aos seus filhos, ainda bem que tal acontece. Mas disse-me

que secretamente aprendera em três anos de insultos e humilhações. O Eduardo, após meses de privação de recreio, só porque o seu braço doente o impedia de acompanhar a turma na escrita de carreirinhas de letras. O Joaquim, que se gabava de, na outra escola, “ter posto um professor no hospital”. O Pedro, o choro em forma de criança nos primeiros dias na nova escola, porque, se já sabia ler quando entrou para a antiga, foi forçado a esquecê-lo e a “acompanhar o resto da classe”, acumulando cansaços e desgostos que, face ao estado em que chegou, quase diríamos ser possível a uma criança odiar. Do órfão ao maltratado, chegam encaminhados por ins-

# Sozinhos na escola

O professor era dos teimosos, mas logo ouviu a sugestão:

– Ponha-me lá fora. Na outra escola, quando me portava mal, os setôres punham-me lá fora. Marque-me uma falta e pronto!

O Miro não sabia que só estava carente de firmeza e carinho. O pai não poderia dar-lho porque há muito abandonara a família. A mãe “já não tinha mão nele e que nem pensasse tocar-lhe”. Professores, a julgar pelo condicionamento que nele se tinha operado, poucos teria encontrado pelo caminho. O Miro tinha passado sete anos sozinho em casa e outros tantos na escola, e deixara de acreditar ser possível aprender:

– Ó setôr, você num sabe que eu, na outra escola, só tinha aulas de Educação Física, EVT e Moral?

À quarta tentativa de persuasão, quando lhe pediram que fizesse al-

é um trabalho feito de solidão e a solidão dos professores é da mesma natureza da solidão dos alunos – professores e alunos estão sozinhos nas escolas.

Decorridos dois meses, o Miro já escrevia algumas frases, já fazia as suas preparações no laboratório das Ciências, até já lia palavras em... Inglês! E foi a professora de Inglês que protagonizou um episódio que viria a influenciar o curso da recuperação do Miro.

Perante uma atitude menos correcta do Miro, a professora repreendeu-o. Porém, apercebendo-se das nefastas consequências da reprimenda num momento ainda tão frágil da reciclagem dos afectos, emendou a mão como pôde, explicou-lhe o essencial da asneira, e pediu desculpa ao Miro pelo exagero posto na repreensão.

uma amiga que alguém lhe disse que outro alguém lhe dissera que alguém terá dito que a escola que acolheu o Miro “não aceita qualquer aluno, que os selecciona”.

Este e outros malfazejos disparates visam denegrir a imagem dessa escola, pelo que se justifica divulgar o exemplo do Miro. Por mais inverosímil que possa parecer, é bem real. E não se pense ser um caso isolado. Poderia aqui trazer dezenas de casos semelhantes, que têm por centro os tais “alunos seleccionados”. Poderia contar-vos muitas histórias de crianças recuperadas nesta escola de última oportunidade. A história da Ana liberta de quatro anos de degredo num fundo de sala, rotulada de burra. A do Francisco, que, chegado à nova escola, desatou aos pontapés nos novos colegas, a cuspir e a insultar, por ser a gramática

tituições de reinserção social, chegam de lugares distantes, com marcas de violência e experiências de indiferença, que é a pior forma de abandono. Estavam sozinhos na escola. Deixaram de estar sozinhos na escola dos alunos “seleccionados”, escolhidos, apartados, rejeitados... noutros lugares. Dentro dos seus humanos limites, a escola de que vos falo a todos acolhe, a todos ajuda na recuperação da auto-estima, do respeito por si próprios. Dirão alguns leitores que todas as escolas têm este tipo de alunos. A diferença está em que a nova escola do Miro tem mais. Tem os que lhe cabe em sorte e os que outras rejeitam.

Os habituais “críticos” da escola que acolheu o Miro terão aqui matéria para reflexão. Já algum desses “críticos” se terá lembrado de denunciar esta “selecção”?





Uma pesquisa recentemente feita em França evidencia que o telemóvel se tornou um meio imprescindível para a convivência juvenil já que serve, numa significativa percentagem de casos, para a transmissão de mensagens e de afectos que as inibições e o medo impedem que sejam expressos sem a sua mediação. É assim que 40% das chamadas entre adolescentes são feitas para colegas que residem num raio inferior a 10 Km e que 60% das mesmas são dirigidas a pessoas com as quais eles se encontram quotidianamente.

Sendo evidente que muitas vezes são as famílias que utilizam o telemóvel enquanto recurso precioso numa sociedade marcada pela sobreocupação, pela intensidade dos ritmos de vida e pela insegurança, é verdade também que muitos dos jovens indagados reconheceram que o telemóvel serve, com frequência, para transmitir sentimentos e receios que não conseguem comunicar directamente.

Assim, seja por razões pragmáticas, seja por preconceitos e temores, a verdade é que cada vez são mais numerosas e poderosas as instâncias que medeiam as relações entre as pessoas, sobretudo entre os mais novos, circunstância que ameaça tornar a tão propalada relação face-a-face um desígnio educativo remoto ou, talvez, quimérico ... Na verdade, a solidariedade tende a ter lugar apenas na medida em que o outro que será ocasião da minha entrega me chegue devidamente preparado, para me sensibilizar, através da imagem da televisão: uma solidariedade para que sou impelido e que, no fundo, não escolho; uma solidariedade instantânea, súbita, massificadora e, por isso, contraditoriamente, pública (aos meus – aos nossos - olhos) e íntima (para os outros que não me vêem mas cuja privacidade eles me expõem). Os dramas dos meus vizinhos e até dos que vivem dentro da minha casa, esses, eu ignoro-os porque, afinal, a televisão não me deixa tempo, nem

## Intimidade sem proximidade?



Aos estudos que punham a claro a importância da televisão e do computador como instrumentos privilegiados da informação e da comunicação entre as pessoas, muito especialmente entre as crianças e os jovens, juntam-se agora os que nos mostram o papel crescente que, também aqui, desempenha o uso do telemóvel.

disposição, para com eles conversar. Só me vão interessar se um dia alguém os fizer aparecer no ecrã, prontos para me comoverem.

A internet permitiu, por seu turno, a criação de redes de contacto à distância, diálogos sem rostos e até com máscaras. Permitiu criar outras partilhas e, com elas, novas solidões. É cada vez mais possível estar com os outros à distância tanto quanto é indesejável estar com eles perto.

Entretanto, o toque melodioso de um telemóvel soa mais forte do que um grito: por ele, por causa dele, por causa daquele, interrompe-se uma conversa, uma refeição, suspende-se um silêncio ... do grito tem-se medo, suspeita-se e foge-se. Eu vou com o outro, lado a lado, mas não é com ele que eu falo, pelo

educativo pendularmente distorcido pelas ideologias administrativistas e pelo militantismo ideológico – contém precisamente esta dissonância vivencial relativamente ao universo da sociedade mediatizada. Dissonância fecunda em termos ético-antropológicos que, sem pôr em causa a realidade tecnológica e humana dos nossos dias, poderá, todavia, possibilitar, desde que, de facto, educativamente aproveitada, a sua mobilização crítica.

A escola asseguraria, deste modo, o aprofundamento da multidimensionalidade e da complexidade da sociedade contemporânea, potenciando-as, evitando a desumanização do seu afunilamento virtual e proporcionando, antes de mais, a construção de competências que

... O toque melodioso de um telemóvel soa mais forte do que um grito: por ele, por causa dele, por causa daquele, interrompe-se uma conversa, uma refeição, suspende-se um silêncio ... do grito tem-se medo, suspeita-se e foge-se.

menos enquanto ele estiver ao meu lado. Conversarei com ele quando ao meu lado estiver um outro e ele me telefonar.

(...)

Neste contexto, a escola corre o risco de ser um espaço social anómalo em que as crianças, os jovens e os adultos são obrigados a enfrentarem-se, a confrontarem-se, a conviverem numa proximidade pessoal real. Proximidade que, todavia, poderá ser pedagogicamente impulsionada e explorada. Apesar da burocratização pedagógica dos espaços e dos tempos escolares, estes proporcionam, mesmo assim, pontos de encontro em que é necessário tomar decisões, construir propostas, avaliar comportamentos, partilhar êxitos e fracassos, etc. Dentro de espaços que é preciso percorrer, saber utilizar e adaptar; por referência a tempos em que é necessário esperar e em que se tem de recordar ... e esquecer. A pedagogia do projecto – esse desafio

permitam a cada um viver com os outros e não apenas junto deles. Ou, se se quiser também, que permitam a cada um não estar junto dos outros apenas quando não está com eles.

A comunicação, independentemente da forma de que se reveste, só é solidária se não constituir um fim em si e se, portanto, redundar em partilha crítica, consciente e consequente. Se não pactuar com o marketing da solidariedade-espectáculo e, afinal, indiferente.

A intimidade sem proximidade que as novas tecnologias da informação e da comunicação proporcionam, desemboca, no fundo, numa vergonha sem pudor, numa distância que se tem medo de vencer por ser surpreendentemente curta. Desagua num bloqueio interpessoal que, no lugar de libertar, constrange e confrange.

Então, a educação escolar – precisamente esta mais do que qualquer outra – não pode permanecer indiferente...

### ÉTICA e profissão

Adalberto Dias  
de Carvalho

adalberto.carvalho@clix.pt

Universidade do Porto

17.01

### Escolas têm cada vez mais dificuldades financeiras

(...) O Secretariado Nacional da Fen-prof entregou (...) no Ministério da Educação, um documento, já assinado por mais de 1250 membros de órgãos de gestão de 331 escolas um pouco de todo o país, em que se protesta contra o agravamento das dificuldades financeiras que as escolas dos segundo e terceiro ciclo e do Ensino Secundário já sofriam.

18.01

### Novas regras para recrutar professores

O Conselho de Ministros aprovou (...) novas regras para selecção e recrutamento de docentes do pré-escolar, básico e secundário, que passam pela existência de um único concurso a nível nacional. O ministro da Educação, David Justino, garantiu que «os mini-concursos acabam já este ano» e que o novo modelo funcionará em pleno no ano de 2004.

21.01

### Carvalho da Silva fala em «regressão social»

A CGTP-IN quer que o Governo seja responsabilizado pelo resultado das políticas económicas e sociais que está a empreender. Carvalho da Silva considera que o País vai atravessar um processo de regressão social, «ficando grande parte da população no patamar da pobreza».

25.01

### Governo obriga Ensino Superior a prestar contas

As universidades e os politécnicos terão de encontrar alternativas aos dinheiros públicos para sobreviverem. Durão Barroso garantiu (...) que o Governo não vai aumentar os impostos e que terão de ser os estudantes a pagar pela qualidade do ensino que recebem.



O meu foco é um elemento central da coesão social, a legitimação que, na esteira de David Lockwood, assumo que está relacionada com as percepções das bases e dos produtos da distribuição de bens sociais, neste caso, de oportunidades educativas. Em particular, gostaria de considerar a relação entre a mudança qualitativa introduzida pela Economia do Conhecimento e 'quem é ensinado o quê'; assumo esta questão, e não o acesso, como sendo a base das oportunidades educativas, porque o acesso só por si, por mais importante que seja, é um indicador muito grosseiro das oportunidades educativas. (É é assaz significativo neste contexto que os 16 Indicadores de Qualidade para os Sistemas Educativos Europeus promulgados pela UE utilize o acesso 'simples' e não o 'acesso qualitativo').

Vou enfatizar as formas pelas quais a desigualdade é justificada, explicada – ou, como irei sugerir, ocultada – como um indício de se a Economia do Conhecimento representa uma real reconfiguração, ou uma continuidade em relação aos discursos iniciais. Há 25 anos eu defendi que as desigualdades em 'quem ensina o quê' no sistema educativo inglês eram justificadas e explicadas por uma forma de meritocracia, mas que as desigualdades mais profundas do sistema, especialmente entre as escolas estatais e as escolas privadas, eram ocultadas através da operação de regras e de procedimentos que eram apenas conhecidas daqueles que delas mais aproveitavam; não havendo para a maioria maneira de descobrir como é que poderia alcançar os mesmos níveis dos das escolas privadas, porque as regras e os meios para tal não só não estavam codificados, como não havia provas de que existissem efectivamente. Esta ocultação foi então referida por mim como mística.

A Nova Gestão Pública que varreu grande parte do mundo ocidental nos anos 1990 parecia reconhecer isto na ênfase que colocava na prestação de contas. Em vez da versão mística, a transparência foi exigida a todos os serviços públicos. Isto poderia ter significado que as desigualdades e as suas bases fo-

**A declaração no final da cimeira de Lisboa em 2000 apelava para que a UE se tornasse a mais competitiva e dinâmica economia do mundo, com mais e melhores empregos e com maior coesão social. É sobre a relação entre o motor fundamental deste objectivo, o desenvolvimento de uma Economia do Conhecimento Europeia, e o apelo para uma maior coesão social (que, como tem sido referido, foi incluída a instâncias da presidência portuguesa) que eu gostaria de brevemente me deter.**

## Ocultando a desigualdade

**Há 25 anos eu defendi que as desigualdades (...) no sistema educativo inglês eram justificadas e explicadas por uma forma de meritocracia, mas que as desigualdades mais profundas do sistema, especialmente entre as escolas estatais e as escolas privadas, eram ocultadas através da operação de regras e de procedimentos que eram apenas conhecidas daqueles que delas mais aproveitavam...**

ram expostas e, conseqüentemente, poderiam ser remediadas, representando uma grande e calorosa nova forma de resposta aos dois critérios de legitimação de Lockwood. Contudo, dois factores ofuscaram esta transparência. Primeiro, foi essencialmente confinada ao sector público, com o objectivo específico de desenraizar e substituir a 'captação por fornecedores', isto é, a alegada capacidade daqueles com experiência e saber num serviço para determinar a sua direcção e não apenas a sua implementação. Isto criou uma espécie de super transparência, sob a forma de uma cultura de auditoria que se abateu sobre o sector público.

O outro limite era o de que a prestação de contas era operada predominantemente numa direcção que ia de baixo para cima; não se chegava a confrontar a prestação de contas daqueles que determinavam aquilo que se devia tornar transparente e os indicadores através dos quais tal desígnio devia ser alcançado. Assim, e paradoxalmente, uma transparência distorcida tornou-se numa ocultação da desigualdade.

A questão central passou a ser a de saber se a Economia do Conhecimento é susceptível de prover uma base mais segura para a igualdade de oportunidades educativas — e em caso negativo, quais serão as formas de ocultação que poderia despoletar. Tal parece ser plausível de ser assumido como meio fundamental através do qual a Economia do Conhecimento pode lidar com a questão de fazer 'quem é ensinado o quê' mais igual, determinando-o objectivamente, dado que

o projecto da Economia do Conhecimento está intrinsecamente envolvido na e é dependente daquela distribuição. Mais, ele contém os meios, na forma da Tecnologia da Informação, para legitimar essa mesma distribuição através da sua colocação acima e fora da disputa social e política. Contudo, quando examinamos as bases deste tipo de postura, podemos ver que neste caso, também, a desigualdade das oportunidades educativas está igualmente a ser ocultada e não superada. Efectivamente, pode conter elementos simultaneamente quer da mística, quer da transparência distorcida e ofuscada. Nos termos desta última, vemos limitações similares

de âmbito daquilo que foi identificado na cultura da auditoria; mais uma vez, são aqueles que fazem as regras e aqueles que desenham o sistema (neste caso motivados mais pelo lucro privado, do que pelo bem público, ainda que limitado) quem determina o que é que se deve tornar transparente a quem. Nos termos do primeiro, estes processos são avançados por uma ofuscação técnica que, como as regras não codificadas do sistema de classes inglês, ocultam as bases da desigualdade.

O que nos conduz, tanto no caso da Economia do Conhecimento como nos casos anteriores, à possibilidade de podermos encontrar o elemento comum nas bases da legitimação. Todos eles são, de maneiras diferentes, construções de grupos poderosos que procuram, e que possuem os meios para, perpetuar e aumentar o seu poder nos e pelos meios que empregam ou que permitem legitimar ou esconder esse poder. Portanto, se as formas de ocultação do poder foram possivelmente reconfiguradas, a desigualdade que velam permanece.

### RECONFIGURAÇÕES

Roger Dale,  
Universidade de Bristol,  
Inglaterra.



# Pensamento político e território

Durante o século XIX e XX a elaboração do pensamento geopolítico foi reservada a elites de governos nacionais com interesses geoestratégicos de dominação de fontes energéticas e de localizações territoriais privilegiadas em função de transportes e riquezas locais.

A geo-estratégia tornou-se um método de acção política no território ao serviço dos actores que representavam nos governos nacionais os interesses de exploração colonial.

Nos finais do séc. XIX, o pensamento geo-estratégico é predominantemente uma preocupação militar enquanto que a reflexão geo-política se vai elaborando em meios universitários e da investigação sem contudo abandonar os desígnios bélicos.

Frederich Ratzel fundamenta todo o seu discurso no darwinismo social e, como membro da Liga Pangermanista, pretende fornecer aos políticos governantes uma orientação de dominação planetária pelo Império alemão.

O sentido político deste discurso tem como base a ideologia do racismo na superioridade dos germanos – raça ariana. Aponta já a Euro-Ásia como o “coração territorial” essencial para se partir à conquista do mundo.

A geo-política entre as duas guerras constituiu-se como um saber que se pretendia ser “objectivo” pois preocupava-se em fazer um levantamento de forças antagónicas ao mesmo tempo que assinalava os factores geográficos, populações, recursos, vias de comunicação, etc., que facilitavam ou dificultavam a dominação de lugares por determinados actores do poder político-militar.

É com Karl Haushofer (1869-1946) que a geopolítica contemporânea se inicia. Trabalhando como conselheiro militar na Embaixada de Tóquio entre 1908-1910, articula óptica militar com a percepção sociológica dos diplomatas. Tem o privilégio de alargar conhecimentos da reali-

O pensamento político nem sempre aparece de uma forma explícita no território. Algumas vezes a estratégia do poder fica voluntariamente escondida para que o exercício de dominação se torne despercebido pelos opositores. Outras vezes a visibilidade é mostrada como força de ameaça. Assim, a explicitação do conteúdo geo-estratégico em morfologia territorial, depende de razões conjunturais.

dade oriental e das realidades continentais e insulares da Europa e Ásia através das inúmeras viagens que realizou.

Depois da experiência da Grande Guerra, Karl Haushofer elabora uma visão prospectiva para que as escolhas sejam racionalizadas. Revelar perspectivas antagónicas, no sentido de uma decisão objectiva.

O Nacional Socialismo servir-se-á destas achegas para manobrar o exército em função da conquista do coração euro-asiático (heartland), insistindo na mitologia racista de Ratzel.

Porém, a derrota em Estalinegrado porá termo à veleidade estratégica de domínio planetário do III Reich.

O pensamento geopolítico, na Inglaterra, das classes dirigentes, nasce dos interesses das instituições coloniais do Império Britânico, particularmente através da Royal Geographical Society.

Esse pensamento geopolítico consolidar-se-á com Halford Mackinder que sob o comando de Lord Curzon, em 1919, se põe ao serviço do exército branco contra a União Soviética.

É que também Mackinder considerava essencial o comando da Europa de Leste para se obter o domínio do “heartland” e deste modo, comandando a “Ilha do Mundo” Euro-Ásia, dominar-se-ia o mundo.

Nos Estados Unidos Thomas Renner publica em 1942 um texto “Cartas para um novo mundo”, pretendendo uma “geografia política”. Porém, é Nicholas Spykman (1893-1943) que desenvolverá o essencial da geopolítica do imperialismo americano que assenta mais uma vez na ideia de que o “heartland” era o território essencial para a hegemonia

mundial. Defende porém uma nova ideia defensiva: criar instabilidades no “rimland”, a zona periférica desse coração, para que a hegemonia não se faça a partir dum só pólo político dominador do lugar estratégico privilegiado.

No seio dessa geo-política clássica, surgiram contudo pontos divergentes.

Na esteira de Albert Demangeon e Vidal de La Blache, Jean Monnet em colaboração com Paul Mantoux, Pierre Denis e Henri Hauser, contribuem nos círculos da Sociedade das Nações para uma perspectiva de coexistência pacífica e redistribuição mais descentralizada dos recursos estratégicos. Cooperação e planificação poderiam assim constituir um largo espectro de aspiração e interesses federativos.

Na Segunda Guerra Mundial vieram a adoptar-se algumas variantes. As referências eram diferentes. O darwinismo social, o racismo chauvinista, o poderio colonizador e dominador do Estado Nação deram lugar a uma concepção da economia cada vez mais mundializada.

Os grandes interesses monopolistas do capital financeiro revelaram formas mais complexas do novo império. A importância cada vez mais decisiva do petróleo aponta novamente o coração do mundo (Euro-Ásia) como o alvo do desígnio de dominação planetária. Mas outros interesses estratégicos se revelam: o controlo das águas e das reservas de minérios, os tecnopólos e as bases militares.

As inovações da máquina militar, com uma logística nuclear sofisticada, aérea e marítima, introduziram no esquema geo-estratégico variações técnicas operativas.

Porém, de Hitler a Bush verifica-se uma mesma constância das políticas imperiais pelo desejo de conquista territorial da “Euro-Ásia” para o controlo mundial.

A batalha de Estalinegrado partiu os dentes ao Nazismo. O que acontecerá numa nova guerra?

A fundamentação desta lógica de dominação e exploração do império, assenta no esbanjamento energético e de matérias-primas, do modelo de crescimento.

20% da população usufrui de 80% das riquezas mundiais. E 80% da população sobrevive com os restantes 20%.

O planeta não tem possibilidades de dar resposta aos gastos exponenciais do modelo americano de crescimento, generalizado a todo o mundo. Como explicitaram Butros Gali e Jacques Attali, equivaleria a uma quantidade de recursos equivalente a três planetas como a terra...

Uma outra alternativa, com outros fundamentos ideológicos, terá de nascer para fazer face à geo-estratégia deste império.

Territórios de auto-suficiência alimentar, formas novas de habitat, energias renováveis, mudanças de estilo de vida e consumo são objectivos essenciais para uma mobilização concreta que, profilacticamente, contribua para o desaparecimento das causas materiais da destruição planetária.

Trata-se de uma mudança de problemática. A solução não pode surgir de uma qualquer outra estratégia militar que se oponha a um outro militarismo. É necessário mudar de problemática, pois a guerra não contribuirá para a solução do problema.

Mudar de problemática é mobilizar as populações para novas relações sociais, sem exploração e dominação e envolver-se por um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentado em que os objectivos centrais são salvar o planeta, impedir poluições globais e contaminantes e eco-gerir os bens naturais para a sua renovação.

## TERRITÓRIOS & labirintos

Jacinto Rodrigues  
Faculdade de Arquitectura  
da Universidade do Porto

## SUBLINHADO João Rita

# Quase tudo bombástico

Os portugueses, profundamente chocados pelas perturbantes revelações em torno de uma rede de pedofilia que integrará gente até agora acima de qualquer suspeita, pouco relevo terão dado às declarações de Mário Soares sobre a guerra a dizer, por exemplo, que a carta dos oito líderes europeus (entre os quais Durão Barroso) em apoio das posições norte-americanas na crise do Iraque “foi um acto de seguidismo que veio enfraquecer as posições europeias”.

Mais duro, sublinhe-se, foi Vital Moreira, em artigo publicado no jornal “Público”. Cite-se: “Os impérios sempre tiveram fiéis vassallos, cortesãos e favoritos capazes de aplaudir todas as iniciativas do suserano contra in-

fiéis e bárbaros de todos os matizes, em favor da “civilização” e do bem comum do império. Mas poucas vezes terá havido na História um tão despuddorado acto de vassalagem do que a declaração dos oito chefes de governo europeus a favor da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque”.

Remetido no próprio jornal que o entrevistou para o rodapé da primeira página, Mário Soares confessa-se “pró-americano, amigo da América e amigo do pluralismo dos EUA”, mas não amigo da administração Bush. “Porque esta tem a ver com o mccarthysmo, o kluks-klan, as religiões sombrias, essa coisa fanática de pensar que o mundo vai acabar e começar a rezar antes dos conselhos de ministros e coisas desse

estilo, que é o contrário do laicismo, de todo o progresso”...

Num outro discurso, os governantes de Portugal garantem que o país nada perdeu e já ganhou com a posição assumida de apoiar Washington na cruzada contra Bagdad. Terá ficado — dizem — na primeira linha da visibilidade mediática, o que potenciará o papel de Lisboa na geopolítica mundial. Fomos notícia em todo Mundo por alinharmos, incondicionalmente, com Blair ao lado de Bush... Contra a Alemanha e a França, suposta e excessivamente complacentes com o Iraque.

Com as televisões entretidas em bombardear audiências alheias com confissões antigas e rumores actuais, não haverá nada mais bombástico,

aos olhos dos portugueses, do que a passagem, pela base aérea que os norte-americanos alugaram nos Açores, de gordos aviões de guerra carregadinhos de armas, quiçá, até, de armas nucleares. Em nome de uma nova estratégia para o Mundo, que, nas palavras de Mário Soares, “se chama a guerra preventiva para defender os interesses vitais dos Estados Unidos”.

Sublinhe-se que Condoleezza Rice, conselheira de Segurança Nacional do presidente norte-americano, admite estarem os EUA a preparar um governo mais funcional para o Iraque, com base num grupo de iraquianos que vivem na América, governo esse que terá a missão de manter a ordem no país, após a previsível derrota de Saddam Hussein.

# A universidade e o sentido de escola

É, sem dúvida, importante que a Universidade combata o fechamento e a lógica da auto-suficiência, nomeadamente, no capítulo da sua actividade científica e pedagógica que é, no fundo, o que constitui o cerne da sua existência. É decisivo que, nesta matéria, se evitem, por isso, os excessos de um corporativismo inspirado, inclusive, pelos interesses de famílias ideológicas instaladas.

## Porta para o exterior

No nosso país, é com excessiva frequência que as energias se esgotam num confronto interno demolidor e estéril cristalizado em pequenas vaidades ou, em contrapartida, em investidas globais devastadoras mas justificadas por obscuros propósitos de racionalização.

O recrutamento de docentes e a progressão nas carreiras surgem, a este propósito, como áreas especialmente sensíveis a exigirem uma reflexão desassomburada acerca dos seus pressupostos. Mas é também, de facto, vital que os propósitos de transparência que inspiram o ideário democrático não redundem, se desvirtuados, em atentados à identidade das escolas universitárias, à cultura de cada uma delas e à especificidade das suas dinâmicas evolutivas. Todos estas dimensões igualmente valorizadas pela grande maioria dos estudos e recomendações que se conhecem.

Na verdade, cada escola universitária tem de ser uma Escola em termos de produção científica e de orientação pedagógica que, assim, permita, perante a comunidade académica e a sociedade em geral, o reconhecimento do seu perfil bem como a filiação institucional dos seus membros, desde os professores aos estudantes. Esta trata-se, porém, não apenas de uma questão académica mas também de uma exigência organizativa de valor inestimável para a saudável conjugação dos objectivos de preservação e de evolução das próprias instituições. Uma escola com identidade será, com certeza, uma instituição com orgulho que incentiva os seus protagonistas a contribuírem para algo que lhes pertence e que faz realmente parte das suas vidas.

Todos conhecemos – ou tivemos pelo menos notícia – dos exageros, das sobranças, das impunidades e das cumplicidades em que acabaram por naufragar muitas das concepções e práticas tradicionais de gestão e funcionamento das universidades, mas conhecemos de igual modo a falta de equilíbrio que tende a acompanhar as intervenções que, sem mais, pretendem ultrapassar aquelas mesmas concepções e práticas.



Uma instituição universitária aberta não tem de ser necessariamente uma escola desventrada em que as regulações identitárias soçobrem diante das interpelações exteriores, seja nos domínios anteriormente referidos, seja ainda nos capítulos da avaliação e da acreditação. Assim, importa sempre que, por exemplo, ao serem recrutados e promovidos os melhores quadros, o

sejam dentro de parâmetros inerentes e coerentes com o projecto de cada escola. Da mesma maneira, os critérios de avaliação e acreditação terão de respeitar as especificidades institucionais, naturalmente dentro de limites socialmente consensuais, ou seja, no quadro de parâmetros que sustentem a própria democraticidade interna e não lesem, em geral, os princípios fundamentais das sociedades democráticas contemporâneas.

O que é realmente importante – o que constituirá a mola produtiva da cultura escolar – será a imposição social de cada escola incentivar a qualidade – inclusive por acolhimento de críticas externas –, sob pena de sucumbir.

Por aqui passa – ou deverá passar – a grande diferença entre a autonomia democrática e o proteccionismo autoritário. A primeira, é meritocrática; o segundo, é conivente. A primeira tem de construir a sua legitimidade e assegurar o seu direito de existir, o segundo dimana de um abstracto direito à perenidade. A primeira, acolhe e impulsiona a diversidade; o segundo, impõe a arbitrariedade. A primeira, responsabiliza porque liberta; o segundo, desresponsabiliza porque coage. O que não podemos aceitar é que tudo se confunda e querer, antes de mais, responsabilizar constringendo arbitrariamente em nome seja do que for, até mesmo da democracia ...

Só haverá escolas realmente universitárias quando e enquanto houver Escolas de saber reconhecidas, reconhecíveis e que reconheçam os seus protagonistas e estes nelas se reconheçam. Quando e enquanto projectarem os seus contributos na sociedade, não sendo nem meras consumidoras, nem reprodutoras passivas, nem entrepostos cinzentos ao serviço de lógicas economicistas ou sociais politicamente avalizadas.

No nosso país, é com excessiva frequência que as energias se esgotam num confronto interno demolidor e estéril cristalizado em pequenas vaidades ou, em contrapartida, em investidas globais devastadoras mas justificadas por obscuros propósitos de racionalização. O primeiro caso é expressão de uma mediocridade académica e cultural; o segundo, resulta de uma menoridade política revestida de verniz pragmático e tecnocrático. Em ambos os casos, a Universidade fragiliza-se não tendo, afinal, Escolas, (nem empresas, nem sequer corporações!). Descaracterizada entre o imobilismo de uma tradição obsoleta e o desajustamento de projectos demagógicos, corre o risco de perder o espaço do seu sentido cultural.

Uma Escola autêntica tem o direito e o dever de afirmar e reproduzir criativamente o seu modelo. A partir daqui fundamenta-se, com exigência, o dever de diversificar e o direito de escolher ...

### DO superior

Adalberto Dias  
de Carvalho  
adalberto.carvalho@clix.pt  
Universidade do Porto

# Salvar a Venezuela

Nos últimos anos a Venezuela tem sido tema recorrente nos media. Foi através deles, sobretudo pela televisão, que acompanhei com viva inquietação o golpe de Abril de 2002 contra Hugo Chávez. Para os mais atentos ele não terá sido inesperado.



Como hoje, naquela primavera o ar estava impregnado de um hálito intenso ao Chile de Allende. A dúvida não era se o golpe se daria ou não, mas quando é que ele se daria. Simpatizante da causa bolivariana, a frustração tomou conta de mim quando as notícias falaram na derubada da ordem constitucional e no encarceramento do Comandante no forte Tiuna. Como era isso possível, se Chávez, um bravo oficial pára-quedista com prestígio entre os seus camaradas de armas, tinha o apoio das classes populares e de outras camadas sociais, se as promessas do neoliberalismo já não faziam vencimento na América Latina e Bush se encontrava empenhado no Afeganistão, a contas com a tal guerra contra o terrorismo?

As coisas acabariam, contudo, por conhecer desenvolvimentos inesperados. O governo instituído à pressa pelos golpistas e liderado pelo patrão dos patrões foi imediatamente contestado pela insubordinação popular e pelos sectores nacionalistas do exército. Desafiando ostensivamente os canalhas que usurparam o poder, tomaram as ruas para exigir o regresso do seu Comandante e a deposição imediata dos golpistas. Regressado ao poder pela vontade e acção colectivas das classes populares e dos soldados que se recusaram a obedecer ao golpe orquestrado por Washington, parecia que o líder bolivariano estava mais forte do que nunca para empreender uma transformação radical nas estruturas económicas e sociais da Venezuela, sem a qual não será possí-



vel resgatar a colossal dívida social que o país tem para com os mais pobres, as gentes das favelas, os camponeses, os meninos da rua, os negros, os mestiços e os indígenas. No seu discurso de retomada de posse, Chávez manifestou desejo fazê-lo ao proclamar "a Deus o que é de Deus, a César o que é de César e ao Povo o que é do Povo".

Quase um ano depois, e sem que as mudanças tenham avançado grandemente, a Venezuela está de novo num impasse. Com o apoio da alta hierarquia católica, da burocracia

**"homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada".**

cia sindical corrupta e de algumas camadas da pequena burguesia, também elas golpeadas pelo neoliberalismo mas contaminadas pelo receio infundado de perderem o pouco que ainda detêm, as elites tentam uma vez mais derrubar o regime. No momento em que escrevo, a oposição esvaziou-se: a produção petrolífera foi normalizada, as ruas continuam nas mãos dos bolivarianos, Chávez conta com o apoio precioso de Lula e do PT que não ignoram que a Venezuela é uma das linhas da frente das lutas emancipa-

tórias contra a globalização neoliberal na América Latina.

Chávez e o movimento bolivariano – o mesmo se aplica aos nossos companheiros brasileiros – que se cuidem. Apesar das derrotas sucessivas, as elites estão apostadas em correr todos os riscos, incluindo o de mergulhar o país numa guerra civil, como justamente observou Ignacio Ramonet. Apoiadas nos seus largos recursos económicos e nas suas televisões, rádios e jornais, vão continuar a sabotar o enorme solavanco de esperança e dignidade que a Venezuela vive. Como diligentemente nos é servido pelos media caseiros comparsas, a estratégia dos poderosos assenta na mentira e na calúnia. Desde acusar Chávez de aliado do narcotráfico até ao de crimes contra a humanidade, passando por coisas "menores" como ser amigo de Fidel Castro, tudo serve para tentar manipular as angústias dos menos politizados e incitar as camadas sensíveis aos discursos das classes dominantes ao boicote da ordem constitucional.

O Manifesto ensina-nos que "homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada". O tempo neste pedaço sofrido da América Latina é de luta aberta, sem tréguas, opondo os poderosos e privilegiados aos oprimidos, aos explorados, a todos os que simplesmente exigem justiça. Hugo Chávez sabe-o muito bem!

## dia-a-dia

Fernando Bessa Ribeiro  
fbessa@utad.pt  
Universidade de  
Tras-os-Montes  
e Alto Douro - UTAD

## 25.01 Mais horas de pré-escolar

O ministro da Educação, David Justino, insistiu (...) na intenção de alargar os horários de funcionamento do ensino pré-escolar, ajustando-os às necessidades dos pais. "Talvez seja possível que possam abrir por exemplo às oito da manhã e fechar mais tarde, isso sim é bom serviço público", disse o ministro. Presentemente, os jardins-de-infância públicos estão abertos das nove da manhã às três da tarde.

## 27.01 Não ao aumento de propinas

A recusa determinante do aumento das propinas, admitido (...) por Durão Barroso, foi uma das principais resoluções saídas do Encontro Nacional de Direcções Associativas (...). Os resultados de um referendo, decidido à última da hora, veio legitimar os futuros protestos dos estudantes do Ensino Superior: 80% dos dirigentes associativos votou contra o aumento das propinas.

## 28.01 Fenprof aceita avaliações

A Federação nacional de Professores concorda que a prestação dos docentes e o desempenho pedagógico sejam tidos em conta na progressão na carreira dos docentes do ensino superior.

João Cunha e Serra, dirigente sindical, subscreve a necessidade «de valorizar a componente pedagógica» na avaliação dos docentes e admite discutir o princípio de «remuneração diferenciada de acordo com a prestação do docente» concordando que «o bom desempenho deve ser premiado».

## 29.01 Ensino tecnológico em falência

Apenas um em cada quatro alunos é diplomado após frequentar durante três anos o ensino tecnológico na escola secundária. Se se tratar de um curso geral na mesma escola, a percentagem ronda os 44 por cento, enquanto o ensino profissional a taxa de sucesso atinge os 66 por cento. Estas são as principais conclusões de uma investigação sobre a importância estratégica do ensino profissional, (...) revelado pela primeira vez num seminário promovido pela Associação Empresarial de Portugal, no Porto.

1. A expansão da participação dos adultos em todo o sistema educativo e designadamente no ensino superior constitui um desafio fundamental para a sociedade portuguesa e vem-se tornando um tema central nos debates técnicos e políticos sobre a educação.

Para nos ajudar a ponderar as decisões políticas e as opções estratégicas a tomar nesta matéria temos de partir de dois princípios fundamentais. O primeiro é um axioma decisivo da educação de adultos: todos os adultos são portadores de competências. Em Portugal, este princípio tem que ser considerado com particular atenção, já que, por razões históricas bem conhecidas, há um desequilíbrio claro entre as estruturas das habilitações escolares e a das habilitações profissionais, que se manifesta, sobretudo nos mais velhos, numa generalizada subcertificação escolar, sinal de que os adultos, nomeadamente os activos, dispõem de um conjunto de competências adquiridas por via das experiências profissionais e de vida que precisamos de reconhecer e validar.

Entretantes, é bom considerar que, na "sociedade de conhecimento" em que vivemos, aquele princípio tem de ser sempre complementado por um outro, também essencial: todas as competências são sempre insuficientes e podem, por isso, ser melhoradas. Se queremos afirmar a educação ao longo da vida há que permitir aos adultos reflectir sobre os seus percursos e projectos de vida e proporcionar-

lhes novas oportunidades educativas. É uma preocupação que ganha particular relevo num país que, no que diz respeito às qualificações escolares, apresenta uma forte fractura geracional, que penaliza as gerações mais velhas. Os quadros normativos e os processos de educação de adultos que desenvolvermos têm que considerar que as baixas qualificações, com esta dissonância entre gerações, são o nosso principal problema para garantir não só a sustentabilidade do sistema de emprego mas, de um modo mais abrangente, do próprio sistema de cidadania.

2. É por isso que a expansão das taxas de frequência dos estudantes mais velhos no ensino superior é uma aposta decisiva em Portugal. Este alargamento tem-se vindo a dar, mas continuamos, relativamente a este aspecto, muito aquém da maioria dos países desenvolvidos. É óbvio que todos (ou quase todos) os estudantes deste nível de ensino são já adultos. Agora, é necessário que aqueles que interromperam o seu percurso regular de formação tenham também a possibilidade de aceder ao ensino superior e que esta não lhes seja limitada às instituições de ensino e/ou áreas de formação com procura insuficiente. Não estamos a procurar resolver problemas conjunturais de escassez de alunos nas instituições de ensino superior. A questão tem que ser encarada pela positiva, pois o que queremos é alargar as oportunidades de acesso ao ensino superior.

É um desafio que precisa de esforços sérios por parte das instituições de ensino superior, mas que exige, também, iniciativas governamentais que os enquadrem e consolidem. Àquelas pede-se, designadamente: que construam novas modalidades de acesso dirigida aos adultos e processos adequados de reconhecimento e validação de competências; que desenvolvam cursos gerais ou disciplinas específicas para apoiar o acesso de novos públicos ao ensino superior; que promovam a modularização das formações; que estimulem novas abordagens pedagógicas, recorrendo nomeadamente ao ensino à distância e o apoio tutorial; e que diversifiquem os modos e instrumentos de avaliação e classificação.

Do governo, esperam-se medidas de estímulo à participação dos adultos no ensino superior, especialmente dos socialmente mais desfavorecidos, que favoreçam designadamente: a articulação entre o trabalho e a formação; o reconhecimento e validação de competências; a criação de serviços de orientação, a promoção de cursos para acesso de novos públicos; o desenvolvimento do ensino à distância.

Temos ainda que diversificar as ofertas formativas no ensino superior, promovendo cursos de curta duração com diferentes configurações, os quais, desde que esteja instalado um sistema eficaz de validação, poderão, mesmo não conferindo um grau académico, atrair públicos cada vez mais alargados.

3. Obviamente, uma expansão do ensino superior às gerações mais velhas tem implicações sérias que extravasam o sistema de ensino superior. Vamos desencadear práticas que vão obrigar a reequacionar, nomeadamente: as relações entre formação inicial e contínua e entre formação formal e não formal; a relação entre aprendizagens de cariz mais profissionalizante e aquelas que, ainda que com repercussões óbvias nas práticas profissionais, têm um carácter técnico, cultural e científico mais abrangente; o modo como articulamos a promoção de competências para a cidadania e para a empregabilidade; as relações entre reconhecimento, validação e promoção de competências e as políticas de trabalho, designadamente as políticas salariais ou as questões relacionadas com a mobilidade dos trabalhadores.

Temos que ser determinados, mas também prudentes. Isso significa fazer coexistir, nas políticas e práticas de promoção educativa dos adultos, duas posturas intrinsecamente distintas, mas que não se querem antagónicas. Por um lado, a que apela a uma atitude crítica e reflexiva, capaz de perspectivar de um modo amplo e ambicioso o campo em que se move e de encarar sempre a possibilidade de soluções alternativas. Por outro lado, a que nos impele a centrar em prioridades, a tomar decisões, a confiar nas soluções adoptadas e a mobilizar a sociedade portuguesa para os desafios essenciais da educação de adultos e do desenvolvimento.

Adultos no Ensino Superior:

## garantir um direito para colmatar uma injustiça



A sociedade portuguesa viu instalar-se nos derradeiros anos, de forma progressivamente acentuada, um discurso negativo sobre os seus recursos e capacidades. É, de certo modo, o retorno cíclico ao espírito do “Velho do Restelo”.

Esse discurso descrente e desencantado tem intérpretes em múltiplos sectores da sociedade e níveis de decisão económica e política, mas parece ter penetrado mais fundo no sector da educação, incluindo o ensino superior. Curiosamente, ou talvez não, os estudantes e os seus representantes associativos encontram-se entre os maiores arautos dessa mensagem, quase lenga-lenga. A rivalizar com eles sugere-se só o discurso governamental, falho de convicção, falho de estratégia e amarrado a grupos de interesses que não vêem no ensino e formação senão o negócio.

São pedras de toque da mensagem da desgraça, especialmente:

i) a suposta degradação da qualidade do ensino superior oferecido (com ênfase maior no ensino público);  
ii) a perda de pertinência da formação ministrada face às solicitações do mercado de trabalho (vulgo empresas);

iii) a culpabilização dos professores e da autonomia das instituições pela proliferação de cursos que não oferecem perspectivas de saída profissional aos seus diplomados.

Colocadas num contexto geral de reflexão sobre a evolução e futuro da

formação graduada e pós-graduada, estas questões têm merecido a atenção de diversas instâncias nacionais e internacionais, não sendo difícil invocar documentos onde as problemáticas de fundo que lhe subjazem são convenientemente dilucidadas. Para reter um desses documentos apenas, menciono aqui o relatório da UNESCO sobre “Higher Education in the Twenty-first Century: Challenges and Tasks Viewed in the Light of the Regional Conferences” (Word Conference on Higher Education, Paris, Outubro de 1998).

Recomendando vivamente aos interessados em aprofundar a problemática a leitura do citado documento, de forma necessariamente breve e sumária não queria deixar de dar aqui o meu testemunho sobre as questões mencionadas.

1. Há quem pretenda confundir Educação e Economia. Conforme o sublinha o documento da UNESCO já identificado, “a Educação não é um ramo da Economia, nem o processo educativo, os seus propósitos últimos ou os seus resultados ou ‘produção’ são comparáveis aos da Economia” (UNESCO, 1998, p.3). E continua, é, antes, “um sector essencial da sociedade e uma condição da existência social”

Naturalmente que a formação universitária deverá também formar técnicos, que sirvam as empresas, que sirvam as organizações, que sirvam a sociedade. Mas são, deverão ser, as licenciaturas assimiladas simples-

mente a cursos de formação profissional? E porquê então subsistem sistemas de ensino universitário, politécnico, de formação profissional, de graduação e de pós-graduação?

Obviamente que a sociedade do presente, a sociedade do conhecimento, e o ritmo das rupturas tecnológicas e organizacionais impõem um outro projecto de universidade e um outro modelo de parceria entre a universidade e a economia. Isto porque o conhecimento cria-se, crescentemente, através da acção e uma nova partilha de tarefas se institui entre investigação fundamental, investigação aplicada, inovação e transferência, e porque, nesse contexto (que só parcialmente é ainda o do presente), a formação não estará mais a montante da investigação. Mas quem é que em Portugal já encarou seriamente isso? Que políticas activas estão esboçadas para aproximar o presente do futuro?

2. É recorrente o discurso culpabilizando os professores e a gestão universitária pública pela frustração dos estudantes em matéria de saídas profissionais, e, antes disso, a nível de sucesso escolar. Isso tem servido de pretexto para atingir fortemente a autonomia das instituições de ensino público consagrada nas leis que a essa matéria se referem, publicadas nos anos 80. Nesta vertente, convergem o discurso dos estudantes, de alguns sectores empresariais e o dos governos (o presente e os anteriores, de iniciativa

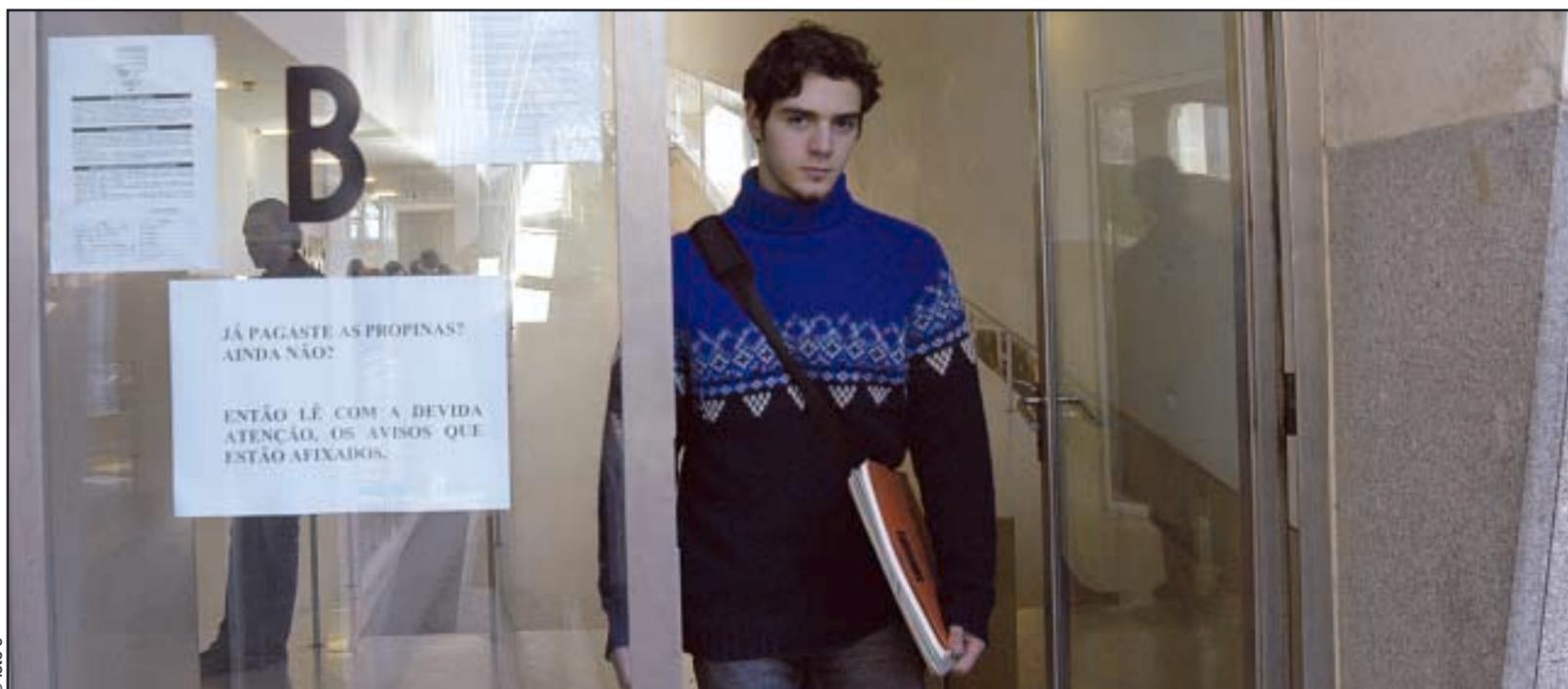
do PS, particularmente).

O discurso é de tal modo desqualificado e demagógico que se emaranha nas suas próprias contradições. Brevemente, para sublinhar algumas dessas contradições, deixemos algumas (poucas) perguntas de resposta óbvia: i) quem viabilizou o estatuto que permitiu a inúmeras instituições privadas operar como instituições de ensino superior e quem autorizou o funcionamento dos respectivos cursos? ii) Quem regula as condições de acesso ao ensino superior e define os contingentes de alunos que ingressam no sistema público? Quem é que, enfeudado a um discurso moralista, veio proclamar a necessidade de regular a criação de cursos superiores (no sistema público e privado) quando o mercado já dispensava essa intervenção reguladora?

As considerações que antes deixo e, especialmente, as perguntas que formulo dão conta da complexidade do que está em causa nas políticas de ensino superior em Portugal. Antes disso, porém, pretendem sublinhar que não é matéria onde o discurso fácil e a demagogia devam ser incentivados, exactamente em razão da relevância estratégica do ensino e da formação para o evoluir da nossa economia e para o desenvolvimento da nossa sociedade. Infelizmente, o que se tem visto em Portugal em período recente é o rigoroso contraponto do ponto de vista que aqui enuncio.

# A Educação não é um ramo da Economia:

contribuição para um manifesto contra  
o discurso fácil e a demagogia.



Para entendermos o que se passa no Ensino Superior em Portugal, em particular no que respeita ao processo de Bolonha, convém olharmos também, para as linhas de força do que se passa na Europa e no Mundo, a fim de alcançarmos uma visão mais exacta.

Em Lisboa, em Abril de 1997, o Conselho da Europa e a UNESCO promoveram uma convenção conjunta em que foi adoptado o texto de uma Convenção sobre o reconhecimento de qualificações relativas ao Ensino Superior (de acesso e de graduação) na Região Europa. No ano seguinte (Setembro 1998) e já no âmbito da União Europeia, o Conselho de Ministros adoptou uma Recomendação (Nº 561/98) para a cooperação na garantia de qualidade no Ensino Superior. Entretanto, a Declaração da Sorbonne (Maio 1998), da iniciativa da França, Alemanha e Itália, havia já antecipado a criação de uma Área Europeia de Ensino Superior, proposta que foi depois reformulada e retomada em Bolonha (Junho 1999) pela cimeira de Ministros da Educação europeus (29 países) - a Declaração de Bolonha. A cimeira de Praga (Maio 2001) dos ministros da educação europeus (32 países), veio confirmar e fixar medidas e metas concretas para esse processo de integração no espaço europeu. O chamado processo de Bolonha, de que aqui registamos apenas alguns dos passos próximos, tem sido, como se verifica, um processo com di-

versificados interventores e com geometria muito variável.

A Área Europeia do Ensino Superior comporta os seguintes conceitos-chave: a capacidade de atracção mundial da formação superior oferecida pela UE; comparabilidade entre formações homólogas adquiridas em países distintos; um sistema de unidades de crédito acumuláveis e transferíveis entre estabelecimentos de ensino e países (ECTS); a mobilidade de estudantes e professores; a cooperação na elaboração e a integração de programas de ensino; a organização do percurso escolar em dois ciclos (graduação e pós-graduação); a garantia de qualidade mediante orientações comuns relativas a avaliação do ensino, acreditação de habilitações profissionais e certificação de habilitações académicas.

Este processo de Bolonha deve ser enquadrado num processo mais vasto que abarca todas as actividades de ensino e formação no seio da Europa e também à escala mundial. A mudança de ênfase do Ensino para a Aprendizagem; da Educação para a Formação; a "nova" Aprendizagem ao longo da vida são mudanças que têm operado e acelerado na última década. Não seria essencial introduzir novos termos, mas novos termos facilitam a introdução de outras políticas. É subtil, mas pode ser perigosamente eficaz: a sociedade deixa de ter o dever de educar e ensinar as crianças e os jovens; são

estes que têm o dever de obter (se puderem) aprendizagem; o termo "direito" esvanece-se.

Por outro lado, num plano mais geral ainda, mundial, assistimos a uma arrebatadora integração económica quer de empresas quer de tecnologias de informação e comunicação. Serviços multimédia, serviços de relações públicas e de publicidade, agora também serviços de ensino e formação, são progressivamente integrados no seio de mega-empresas transnacionais (liderados, nos EUA, por empresas mas associando empresas tecnológicas e universidades). São "experiências" viabilizadas inicialmente (como é tradição) pelo orçamento da defesa nacional e que depois são transferidas para o plano civil e transnacional.

Conceitos empresariais como competitividade, empregabilidade, mercado de trabalho, gestão estratégica, eficiência, recursos mínimos e efeito máximo, "just in time", certificação, etc., são acolhidos nos textos de política educativa independentemente da sua aceção precisa ou da sua adequabilidade no contexto da escola e do sistema de ensino. O discurso sobre o ensino surge então em termos de discurso económico como se aquele fosse mera componente particular deste. Aos estudantes não se quer oferecer um sistema de ensino público mas antes um mercado de aprendizagens. (...)

Amplas camadas sociais esperam legitimamente a "universalida-

de" de acesso à escola pública. Porém, o ensino público é por vezes atacado, criticado como insuficiente ou ultrapassado, e os próprios governos nem sempre cumprem o dever de executar políticas positivas para o seu reforço e bom desempenho. O ensino privado é por vezes promovido, como negócio respeitável, até mesmo com o apoio de governos e com recursos públicos. (...)

As directivas da União Europeia que acompanham o processo de Bolonha reflectem naturalmente os interesses do poder económico e as orientações políticas prevaletentes no seio da União - a "competitividade mundial", a "empregabilidade", a "mobilidade", etc.. O que não exclui, porém, a expressão política de numerosas preocupações sociais também. Oportunidades e ameaças a que devemos de estar atentos. (...)

É nosso dever acompanhar o processo de Bolonha, não por seguidismo ou por direcção imposta mas por interesse próprio, sem ingenuidade face aos objectivos de outrem e aos riscos próprios. O ensino nunca foi um tema e um sistema acabado. São precisas reformas? São. Precisas para melhor, sabendo que caminhos há muitos.

\*Texto publicado parcialmente

## O ensino superior e o processo de Bolonha\*



# Retratos

[De gente que toda a gente conhece.

Gente que está nos sítios por onde toda a gente passa. Gente como a gente com vidas para contar]

verso e reverso



© isto é



© isto é

## Um porteiro

Sentado a uma pequena mesa à entrada do edifício o porteiro folheia o jornal. “O meu trabalho é estar aqui todo o dia”, diz sem querer muita conversa. “É chatíssimo.”

As horas demoram a passar. O prédio já teve mais cor. Os seus cinco andares situados na Baixa do Porto alojaram grandes e conceituados escritórios de médicos, advogados e engenheiros. Restam ainda alguns, poucos a contar pelo número de placas a anunciar os diferentes serviços e os nomes dos “doutores”. Mas a antiguidade da estrutura ainda revela beleza.

Aos 67 anos, António (nome fictício) explica que a desertificação do edifício causou alguma insegurança aos últimos ocupantes que lá permaneceram: “Quando [os médicos] deram por ela já tinham uns drogados a viver no quinto e no quarto andar.” E essa foi a razão da sua “contratação”. “Eles escondiam-se e assaltavam os doentes”, acres-

centa sem tirar os olhos do Jornal de Notícias.

Taciturno, bem podia esperar outro modo de gozar a sua reforma. Mas não. “O dinheiro é pouco e as despesas são muitas”, desabafa. Por isso aceitou “vigiar as entradas”. Com uma condição: a de não fazer descontos. “Já viu? 65 contos e ia fazer descontos, para quê? Para não levar nenhum ao fim do mês?”

Menos incomunicável após a breve revelação António explica-se: “É por isso que não lhe posso dizer o meu nome. Ainda vem aí a ministra [Manuela Ferreira Leite], está a perceber?”

## (i)migrante

A sala está cheia de tabuleiros vazios. A hora do jantar já passou há pelo menos duas horas. Ao frenesim das refeições sucede um tempo de abandono. Os restos nos pratos aguardam alguém que os leve das mesas para o lixo. Um rapaz moreno, cabelo espetado, magricela, talvez 16 anos e um homem loiro esbranquiçado, mais de 1,90m, talvez 40, lançam um olhar rápido sobre os destroços, como a tirar as medidas. “Limpar tudo?”, pergunta o homem num português de Leste. O rapaz, sem olhar para o colega mais velho abana a cabeça em sinal afirmativo. E começam de imediato a limpeza.

Poucas palavras. Gestos ligeiros. Mesa a mesa. O lixo vai sendo metodicamente empilhado. Pratos sobre pratos. Garrafas de vidro amortecidas dentro de copos de plástico. E tudo em cima de conjuntos de tabuleiros colocados uns em cima de outros.

A sala ganha um aspecto mais asseado à medida que o homem e o ra-

paz a vão percorrendo. Canto a canto.

“Pssst!” - chama o rapaz, talvez ainda sem saber pronunciar o nome estrangeiro do colega. “Leva este!” - ordena, apontando para uma das pilhas de lixo. O homem obedece àquele que podia ser seu filho, como a seu pai. Carrega tudo escada a baixo e logo sobe para iniciar nova viagem. Duas, três, quatro vezes... O rapaz limpa as mesas, agora vazias, com um pano. Falta apenas uma pilha, mas a sala está outra vez a querer encher-se de gente. O homem olha para o rapaz com um semblante cansado e este percebe que, a bem do seu colega, deve ser ele a carregar a última pilha. O rapaz encosta os tabuleiros ao peito, mas o monte de lixo chegue até ao queixo. O desequilíbrio é iminente. E então um prato cai. E parte-se. O homem baixa-se com sacrifício e apanha os cacos. “Deixa, eu levo”, diz ao rapaz como um pai diria a seu filho.

### RETRATOS da cidade

Andreia Lobo

	1 ano	2 anos
Portugal	20€	40€
Estrangeiro	25€	50€

desconto sócios Sindicatos FENPROF

	1 ano	2 anos
Portugal	15€	30€
Estrangeiro	20€	40€

Na assinatura mencionar  
nº sócio e iniciais do Sindicato


 Ser professor · Assinar a Página  
**a Página volta sempre** na 1ª quarta-feira de cada mês

# O Ensino On-line à Volta do Mundo

“Métodos, Técnicas e Reflexões sobre o ensino on-line”

A situação portuguesa relativamente a este tipo de ensino é ainda precoce, contudo no futuro o sistema educativo português não poderá ser indiferente à importância e potencialidades apresentadas pelo ensino on-line.

Durante o mês de Novembro de 2002 tivemos o prazer de participar numa Conferência *on-line* intitulada “2002 International *on-line* Conference on Teaching *on-line* in Higher Education: Expanding the Frontiers” promovida pela Indiana University – Purdue University Fort Wayne, USA.

Atendendo à importância e diversidade dos temas debatidos, consideramos relevante apresentar alguns aspectos que preocupam professores de países como os EUA a Austrália ou o Canadá, para percebermos que caminhos seguir e que problemas podemos encontrar no futuro.

Foi interessante verificar que algumas preocupações são semelhantes às nossas. Num dos artigos apresentados na conferência, intitulado “Distance Education Student Orientation: Start Right, Finish Right”, o autor apresentava algumas sugestões pedagógicas a seguir com o objectivo de baixar as taxas de desistência nos cursos *on-line*, as quais passavam pela compreensão por parte dos estudantes das orientações emanadas *on-line* pelo tutor e pelo recurso a outros materiais para complementar o curso e servir de apoio aos estudantes.

Nos países onde o ensino *on-line* está mais desenvolvido, as preocu-

pações são diversas das portuguesas. Adiantando alguns exemplos de temas discutidos, nomeadamente a utilização de estratégias para incrementar a afectividade nos cursos

Nos países onde o ensino on-line está mais desenvolvido, as preocupações são diversas das portuguesas.



*on-line*, reconhecendo-se a importância dos domínios psicomotor, afectivo e cognitivo no processo de aprendizagem.

Outros aspectos relevantes são os relacionados com o design dos cursos e com os currículos.

Chega-se a pormenorizar modos de escrita e de apresentação que personalizem a mensagem, referindo-se, por exemplo, “Edit with a smile”, identificando-se as técnicas a

seguir para conseguir semelhante proeza.

Avançam-se técnicas para promover o desenvolvimento do espírito crítico, promovendo a discussão em ambiente virtual.

Explica-se como é possível ensi-

nar Biologia Molecular através de um curso *on-line*, utilizando um ensino “just-in-time”.

Discute-se muito acerca do *on-line* “copyright” e da legislação para a protecção dos direitos de autor.

A situação portuguesa relativamente a este tipo de ensino é ainda precoce, contudo no futuro o sistema educativo português não poderá ser indiferente à importância e potencialidades apresentadas pelo ensino *on-line*.

Muitos dos problemas e perspectivas discutidas à volta do mundo, sobretudo nos países onde este tipo de ensino atinge maior grau de maturação, são extremamente complexas e vão sobretudo no sentido de considerar o factor humano como essencial no processo ensino/aprendizagem, descobrindo, adaptando e criando técnicas e plataformas tecnológicas cada vez mais “humanizadas”.

## REFERÊNCIAS

“2002 International *on-line* Conference on Teaching *on-line* in Higher Education: Expanding the Frontiers” promovida pela Indiana University – Purdue University Fort Wayne, USA. Resultados disponíveis em <http://www.ipfw.edu/as/2002tohe/>

verso e reverso



## TECNOLOGIAS

Luísa Margarida Cagica Carvalho Boguslaw M. Barszczak Sardinha Escola Superior de Ciências Empresariais Instituto Politécnico de Setúbal

## Consumo das famílias

A tabela mostra como se repartiu em 2000 o orçamento destinado ao consumo das famílias dos Dez novos países candidatos à União Europeia por comparação aos Quinze que já a constituem.

### Gastos relativos ao consumo das famílias (2000)

	Total	Com a alimentação e bebidas não alcoólicas	Com vestuário e calçado	Com a casa	Com os transportes	Com o lazer e a cultura
Chipre	6.5	26.4	10.8	10.1	16.4	9.4
República Checa	29.6	20.0	5.7	21.5	10.7	10.9
Estónia	3.2	29.1	6.0	23.4	14.5	7.1
Hungria	25.7	20.7	5.5	20.0	15.4	9.2
Letónia	4.8	25.6	10.9	14.9	9.3	5.6
Lituânia	7.8	32.0	6.5	14.7	14.7	6.4
Malta	2.5	21.5	7.2	5.7*	17.3	9.6
Polónia	109.9	21.6	4.7	23.9	13.3	6.6
Eslováquia	11.0	27.0	6.9	20.7	9.6	6.8
Eslovénia	10.5	19.3	7.0	19.1	17.3	10.4
Média dos Dez novos candidatos	211.5	22.2	5.6	21.5	13.3	7.8
Média dos Quinze	4 852.5	12.8	6.5	21.0	14.0	9.8

NÓS e os outros



# A mercantilização chega às calorias

[a **O**besidade]  
É a epidemia da sociedade da abundância: só na UE há cerca de 135 milhões de pessoas com peso a mais, revela um relatório recente. Na Europa, o excesso de peso já é o principal problema de saúde pública do século XXI.

("Público" 13/10/02)

A Organização Mundial de Saúde "atira" números verdadeiramente alarmantes: o planeta tem 300 milhões de obesos, 45 por cento dos quais são cidadãos da União Europeia. É a factura que os países desenvolvidos têm de pagar por custos de saúde associados à inactividade.

E a pobreza e a fome aumentam, não páram de crescer, matando pessoas, muitas delas de tenra idade... crianças com menos de 5 anos! Para além de outras medidas, o relatório mundial sobre a população (Dezembro de 2002) aponta o planeamento familiar como factor de diminuição da tragédia. A Escola diz: presente.

[A obesidade] está a crescer a uma velocidade alarmante configurando uma "epidemia pan-europeia que oferece uma encorpada barreira à prevenção de doenças crónicas e constitui uma ameaça directa à saúde das crianças". São já cerca de 135 milhões (75 milhões de homens e 60 milhões de mulheres) os cidadãos da UE cuja ficha clínica inclui a expressão "excesso de peso" - com o alargamento, serão mais 70 milhões.

(relatório "Obesity in Europe - A Case for Action",

Um estudo da Roche Farma concluiu que um obeso-tipo gasta, entre produtos parafarmacêuticos, ginásios, massagens e consultas, cerca de 58 euros por mês. O estudo sublinha que é urgente regulamentar o mercado paralelo da obesidade - "médicos não ortodoxos que apreçoam grandes taxas de sucesso, clubes de emagrecimento que cobram à sessão, produtos dietéticos" -, uma indústria que, calcula-se, movimenta em toda a UE cerca de 15 biliões de euros/ano.

A obesidade europeia é induzida por uma dieta hipercalórica e por um estilo de vida cada vez mais sedentário, que rarefaz as oportunidades para fazer exercício físico. A cultura do *snack* promove um sobreconsumo passivo de energia que se

**Há 22 milhões de crianças com menos de cinco anos que têm peso a mais. Na Europa, os níveis de obesidade infantil estão a crescer vertiginosamente, atingindo em média, um sexto das crianças.**



© isto é

destina quase exclusivamente ao armazenamento: graças à tecnologia, as tarefas domésticas e laborais exigem cada vez menos esforços. Até os mais velhos são encorajados a gozar uma reforma relaxada.

A obesidade é um problema cuja responsabilidade é partilhada. Os primeiros agentes responsáveis são comerciais. A conspiração envolve estratégias de "marketing" e manobras de "lobbying" - mas usa também agentes como a predisposição genética para o excesso de peso, as famílias que trocam comida caseira por uma "pizza" aquecida no micro-ondas, as escolas e as comunidades que não investem em estruturas desportivas e áreas de lazer, os poderes locais que não libertam ruas para bicicletas e peões e os média que veiculam imagens corporais estereotipadas.

O alerta é da Organização Mundial de Saúde: já há 22 milhões de crianças com menos de cinco anos que têm peso a mais. Na Europa, os níveis de obesidade infantil estão a crescer vertiginosamente, atingindo em média, um sexto das crianças.

As escolas estão numa posição-chave para lidar com o problema. Há medidas simples, como retirar das escolas as máquinas que servem bolos e refrigerantes, estabelecer rígidas obrigações contratuais com as empresas de catering. A receita pode ser: menos televisão, mais actividade física, menos consumo de gorduras, mais consumo de frutos e vegetais, novos currículos escolares e educação das famílias para a saúde.

Os mais novos, especialmente vulneráveis ao habilidoso "marketing" dos produtos hipercalóricos, devem ser o público-alvo preferencial das campanhas de combate à obesidade. As crianças obesas enfrentam um risco acrescido de doenças e distúrbios psicológicos vários, que, não raro, desaguam num mar de dificuldades de socialização e atrasos educativos. A Escola está aqui!

## À LUPA

Iracema Santos Clara  
Escola Pires  
de Lima, Porto

## Meca-Cola conquista o Médio Oriente

A versão "islâmica" da Coca-Cola, a Meca-Cola, está a conquistar todo o Médio Oriente. Produzida pela Meca-Cola Beverage Company, a bebida já vendeu mais de 2,2 milhões de garrafas em menos de dois meses. "A Arábia Saudita já fez um pedido de cinco milhões de garrafas de 1,5 litros", afirmou o inventor da bebida, Tawfik Mathluthi, um franco-tunisino que fundou, em 1987, a Rádio do Mundo Árabe. "Vários países do Oriente Médio, entre eles a Síria, o Líbano, o Sudão, o Irão, o Iraque, o Iémen, a Jordânia e a Líbia, já concordaram em distribuir o produto", afirma Mathluthi.

O nome Meca-Cola inspira-se na cidade de Meca, o principal lugar santo do Islão, situado na Arábia Saudita, e pretende ser "uma fundação e um meio de combater a hegemonia norte-americana", diz Mathluthi, que se considera, no entanto, um "admirador" dos Estados Unidos.

A Meca-Cola é apresentada como um produto com "consciência social", pois cede 20% dos seus lucros líquidos para obras de caridade, sendo que 10% são destinados a obras palestinianas estritamente humanitárias para a infância, a educação e a conservação do património, explica o inventor. "Os outros

10% são dados a associações na Europa que trabalham pela paz no mundo e apoiam o povo palestiniano na sua luta legítima pela independência".

A garrafa menciona no rótulo o compromisso de destinar essas percentagens e incentiva os consumidores a beber com "compromisso" para "defender a nossa dignidade", dizem as os slogans sobre um fundo vermelho. A imagem da mesquita de Al-Qods (Jerusalém), terceiro lugar santo do Islão, aparece no fundo do rótulo. O inventor diz que se inspirou na Zamzam-Cola, a versão iraniana da Coca-Cola, que também tem um

grande êxito em vários países árabes, onde a população boicota de forma crescente os produtos norte-americanos. "Nestes tempos de 'islamofobia' parece-nos importante ter um signo unificador", explica.

Animado com o sucesso da bebida, Mathluthi sonha com uma produção de 200 milhões de garrafas até ao final do ano e pretende lançar no mercado o "Halal Fried Chicken", uma versão islâmica do "Kentucky Fried Chicken", e a nova bebida "Mecca-Cola-Café", com sabor a café.



# Entre a teoria e a prática...

Assim escrevia uma aluna do 2º ano, numa reflexão sobre o contributo da Sociologia da Educação para a sua formação, enquanto futura professora do 1ºCEB. Tal fez-me retomar a ideia de que o Ensino Superior, por razões várias, escapa a quase todas as teorias educacionais, não sendo por isso passível de se lhe aplicar grande parte dos ensinamentos da Sociologia da Educação.

Assim, julgava eu, acontecia com a questão da interculturalidade! Até porque, do meu ponto de vista, a filtragem feita no Ensino Básico e mesmo no Secundário faria com que os alunos presentes na sala de aula fossem relativamente homogéneos.

Mais uma vez, grande daltonismo cultural da minha parte! Em primeiro lugar, a massificação parece ter atingido os níveis mais altos de ensino, simplesmente pela extensão da escolaridade obrigatória e consequente decréscimo do número de retenções, pelo menos até ao 9º ano de escolaridade. A filtragem é portanto hoje bem diferente da de há alguns anos atrás. Por outro lado, as licenciaturas para o ensino não registam médias de acesso particularmente altas. Assim, temos "bons" alunos do secundário a frequentar esta escola porque fica perto de casa e temos "maus" alunos que não conseguiram entrar na Universidade e por isso foram parar ao Politécnico. O cenário pode ser demasiado linear, mas demonstra que a excelência escolar, com todas as deter-

“ Se conseguirmos ser professores intermulticulturais, talvez não venhamos a ser, (...) pois não podemos esquecer que as pessoas que nos julgamos hoje são fruto de uma escola ditatorial, onde o saber ler, escrever e contar, as ditas pedagogias visíveis, é que eram valorizadas e contestam de alguma forma as pedagogias invisíveis que tentamos implantar actualmente nas escolas.

minações sociais e culturais que o conceito carrega, não é um filtro tão "eficiente" quanto eu pensava e que, portanto, a realidade é bastante mais heterogénea do que eu acreditava.

Neste sentido, parece-me estar na altura de percebermos que a prática de uma educação intercultural deve passar a figurar entre as preocupações de um Ensino Superior que se quer, também

ele, promotor de igualdades de sucesso. No caso concreto de uma escola de formação de professores, esta preocupação deve ser redobrada já que a frequente discrepância entre o que aqueles alunos ouvem e aquilo a que assistem só deixa aparentemente duas hipóteses: ou passam a pensar como eu

**(...) as licenciaturas para o ensino não registam médias de acesso particularmente altas. Assim, temos "bons" alunos do secundário a frequentar esta escola porque fica perto de casa e temos "maus" alunos que não conseguiram entrar na Universidade e por isso foram parar ao Politécnico.**

pensava e entendem que o Ensino Superior é uma realidade a que não se aplica nenhum princípio educacional e esperam por ser professores para pôr em prática o que ouviram durante quatro anos; ou, então, concluem que uma coisa é o que o professor diz e outra é o que o professor. Neste caso, quando tiverem a seu cargo uma turma, longe do olhar avaliador dos professores, enveredarão possivelmente também eles pela via da monoculturalidade.

Por outro lado, este é um problema que não se põe só ao nível das aulas mais ou menos teóricas a que, de facto, me parece aplicar-se o velho ditado do "faz o que eu digo não faças o que eu faço!", mas, também a julgar pelos

ecos que nos chegam por parte dos alunos, se estende às práticas pedagógicas. É que, muitas vezes, os modelos que lhes são apresentados na prática correspondem ao professor monocultural, ao que acresce que nem sempre lhes é deixada margem suficiente de manobra para, nas suas actuações, porem em prática aquilo em que acreditam, gerando-se mesmo algumas situações de conflito entre as orientações dadas pelo professor cooperante e pelo professor supervisor. Pois bem, eu acredito que, com todas estas dificuldades, algo fica nos alunos quando são sensibilizados para estas questões e que, nesse sentido, talvez um dia, quando as dificuldades da profissão docente começarem a surgir, se lembrem destes ensinamentos e comecem a olhar a profissão de outra forma, levando a cabo uma prática pedagógica mais reflexiva e enformada por preocupações interculturais. Afinal de contas estamos a actuar ao nível da formação pessoal, sobre valores e atitudes que estruturam a própria identidade, profissional mas também pessoal.

Assim se explica, em meu entender, o reconhecimento no currículo de áreas disciplinares como a Sociologia e a Antropologia enquanto saberes relevantes para a formação de professores, as quais, pela compreensão da complexidade da realidade social que viabilizam, estarão em condições de contribuir para a formação do professor reflexivo, actuando ao nível do saber ser.

## E AGORA professor?

Susana Faria

Staria@esel.ipleiria.pt

Escola Superior de Educação de Lisboa

## Política de "discriminação positiva" posta em causa nos EUA

Ao tomar posição contra as quotas destinadas aos negros na Universidade de Chicago, que estão a ser alvo de discussão no Supremo Tribunal, o presidente George W. Bush põe em causa as políticas de discriminação positiva instauradas nos anos 60.

Ao tomar posição contra as quotas destinadas aos negros na Universidade de Chicago, que estão a ser alvo de discussão no Supremo Tribunal, o presidente George W. Bush põe em causa as políticas de discriminação positiva instauradas nos anos 60.

A "discriminação positiva" nos Estados Unidos, objecto de apaixonados debates, reflecte a dificuldade de integrar as minorias na sociedade americana, com um passado segregacionista e cada vez mais multiétnica. Ao tomar posição contra as quotas destinadas aos negros na Universidade de Chicago, que estão a ser alvo de discussão no Supremo Tribunal, o presidente George W. Bush relançou o debate nacional sobre estas políticas instauradas nos anos 60.

"Em princípio terminamos com a separação das sociedades branca e negra há 40 anos (...) mas na realidade

os Estados Unidos ainda continuam muito divididos racialmente", refere Allan Lichtman, professor de ciências políticas na American University. A maioria dos afro-americanos continua a frequentar estabelecimentos escolares separados, negros e brancos não vão aos mesmos restaurantes e os casamentos interracialistas continuam a ser raros, observa este especialista. Economicamente, a distância "continua a ser muito grande", tanto em relação aos salários quanto à riqueza, adverte Lichtman, acrescentando que nos Estados Unidos não há governadores nem senadores negros.

Por outro lado, quase todos os legisladores negros da Câmara de Representantes vêm de distritos de maioria negra e pobre, em geral do sul do país. Os negros e os hispânicos, que representam respectivamente 12% e 10% da população, estão desempre-

gados numa proporção muito maior do que a população branca. Há três meses atrás, a taxa de desemprego entre os negros era de 11,5%, contra 7,9% dos hispânicos e 5,1% dos brancos.

Segundo Lichtman, os brancos continuam a ser o "grupo privilegiado" e os negros sentem-se, em parte, como uns "excluídos da sociedade". Os programas de promoção social e económica das minorias, conhecidos como discriminação positiva, têm sido "um dos sucessos" nos esforços feitos para derrubar as barreiras raciais nos Estados Unidos, acrescenta. Além do acesso à educação, estas medidas abriram aos negros, e também às mulheres e outras minorias, postos de trabalho na polícia, no goveno federal e no funcionalismo público das autarquias locais.

Para o professor Derek Bok, ex-reitor da Universidade de Harvard e especialista dos efeitos da discrimina-

ção positiva nas universidades, sem estes programas voluntaristas a situação das minorias seria notoriamente pior. "A grande maioria dos estudantes negros e hispânicos não seria admitida nas prestigiadas escolas de medicina, direito e de administração de empresas sem estes programas", refere o analista. Para ele, a proporção de estudantes negros nestas grandes universidades, actualmente de 6 ou 7%, cairia para menos de 1%.

Um desmantelamento das políticas de discriminação positiva poderia causar, numa sociedade cada vez mais etnicamente diversificada, uma maior percentagem de brancos nas profissões liberais e outras posições de poder nos próximos 25 ou 30 anos, afirma Bok. Por essa altura, os negros e os hispânicos deveriam representar um terço da população, segundo as projecções demográficas.



# Gestão Democrática:

perspectivas que se abrem, dilemas que continuam

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 27 de outubro de 2002, com 52 milhões de votos, para a presidência da República do Brasil e a ascensão do PT, com uma expressiva bancada de parlamentares ao Congresso Nacional, constituem os acontecimentos mais importantes da história recente, para a consolidação da democracia política no Brasil e na América Latina.

“A nossa vitória”, disse Lula no discurso do parlamento, “não foi o resultado apenas de uma campanha que começou em junho do ano passado e terminou dia 27 de outubro. Antes de mim, companheiros e companheiras lutaram. Antes do PT, companheiros e companheiras morreram neste país lutando por conquistar a democracia e as liberdades.[...] Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que antes de mim tentaram e não conseguiram”.

Convido o leitor a fazer uma breve reflexão sobre o significado da vitória da democracia política de Lula, procurando descobrir as perspectivas que se abrem para a democracia participativa no Brasil, e continuar atento aos dilemas de uma sociedade capitalista que persistem no cenário da globalização neoliberal.

Emocionados ainda com as imagens da posse de Lula, transmitidas por todas as televisões, e embalados todos os dias pelas manchetes de jornais, não tivemos tempo para digerir todas as perspectivas políticas, sociais, econômicas, ideológicas e culturais que poderão advir da eleição de um trabalhador com o perfil de Lula, para a presidência da república. De acordo com a sua biógrafa, a cientista política Denise Paraná, Lula aprendeu a dar um salto da cultura da pobreza para a cultura da transformação e a acreditar profundamente na democracia como possibilidade de transformar a sociedade.

Na minha opinião, esta vitória abre três perspectivas básicas. Pri-



meira, um governo voltado para os direitos e os interesses dos trabalhadores e classes populares. Segunda, melhoria da qualidade dos serviços públicos. Terceira, uma economia que cumpra seus deveres sociais e promova o desenvolvimento do Brasil e da América Latina.

A democracia política não se transforma em democracia participativa num passe de mágica, mas é um processo político, lento, complexo em permanente construção. Marilena Chaui (1) nos lembra que “...A democracia não é algo que foi inventado certa vez. É reinvenção contínua da política”. A participação de todos os setores da sociedade é uma condição fundamental para a transformação da democracia política em

democracia participativa.

Os meus estudos sobre gestão democrática me permitem relacionar o exercício da democracia política na escola como o primeiro passo para a construção da democracia participativa. As escolas públicas que aderiram ao movimento da gestão democrática estão conseguindo dar um salto da cultura da pobreza para a cultura da transformação. Seus dirigentes abandonaram a burocracia e adotaram o diálogo e a participação como seus caminhos. Entre elas, duas se destacam, a primeira na cidade do Rio de Janeiro – Escola Aracy Muniz Freire e a segunda na cidade de Duque de Caxias (RJ) – Escola Barro Branco.

Na primeira, professores, funcionários e alunos estão produzindo textos sobre o cotidiano escolar e suas vidas. Nesta escola, dirigentes e dirigidos formam um coletivo, cujas decisões são tomadas em conjunto, com participação de todos os segmentos. Não são os conteúdos que constituem a principal preocupação, mas a formação política e cultural. Os alunos são interessados nas aulas, porque conhecem e gostam de suas professoras. A comunidade encontra sempre a porta aberta. O centro de estudos é o espaço onde todos têm assento.

Na segunda, a escola pública municipal Barro Branco, da cidade de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro, constatei a formação de dirigentes entre os alunos da quarta série. Durante a campanha eleitoral, de junho a outubro de 2002, os alunos foram convidados a responder à

pergunta: “Se você fosse presidente, o que faria?” Suas respostas foram colocadas abaixo de suas fotografias nas paredes da sala. Os mesmos alunos conversaram comigo durante a visita à sua sala de aula, sobre as consequências sociais da ALCA e das reformas das leis trabalhistas.

A democracia política não elimina os dilemas de sociedade capitalista, principalmente, hoje, no cenário da globalização neoliberal, a crise das relações entre os Estados ricos e pobres. Os efeitos desta crise são as guerras, a fome instalada em certas regiões do planeta, o desemprego estrutural e os novos tipos de trabalho escravo. Estes são macro dilemas, que provocam micro dilemas permanentes na vida cotidiana. Convivemos com inúmeros dilemas – salários de fome, pobreza, doenças, estresse. Não é por acaso que estamos às vésperas do Fórum Social Mundial e do Fórum Econômico Mundial. O primeiro discute a democracia entre os povos e o segundo os interesses econômicos em disputa.

É como nos ensinou Marx (2); “Os homens fazem a sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”.

2) Chaui, Marilena. In Lefort, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. S. Paulo: Brasiliense, 1981.

2) Marx, Karl. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. In Obras Escolhidas, São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1, ncd.

## AFINAL onde está a escola?

João Baptista Bastos  
Jbastos@bridge.com.br  
Professor da Universidade  
Federal Fluminense

## Café pode reduzir para metade o risco de cancro do cólon entre as mulheres

Uma equipa de pesquisa da Universidade japonesa de Gifu descobriu que uma chávena de café diária pode reduzir para metade o risco de cancro de cólon entre as mulheres, informou recentemente o jornal Mainichi Shimbun.

A equipa dirigida pelo professor Hiroyuki Shimizu acompanhou desde 1992 a dieta de 30 mil moradores de Gifu, todos com mais de 35 anos e não portadores do cancro de có-

lon. Em 2000, foi diagnosticada a doença em 111 homens e 102 mulheres do grupo estudado. Os investigadores dividiram então os participantes em três

categorias: os que não bebiam café, os que bebiam menos de uma chávena de café por dia e os que bebiam mais de uma chávena de café por dia.

Depois de avaliar os hábitos dos participantes, como fumar ou con-

sumir gordura e álcool, entre outros factores de risco, a equipa tentou calcular a possibilidade de desenvolvimento de cancro do cólon e chegou à conclusão que entre as mulheres que tomavam mais de uma chávena de café por dia o risco era metade relativamente às que não o faziam. Quanto aos homens, ainda não existem conclusões válidas que permitam estabelecer o mesmo tipo de comparação, segundo o estudo.

Embora informe que existam pesquisas anteriores relacionando o café com um risco menor de contrair cancro, o jornal alerta também que são necessários estudos mais abrangentes, que envolvam uma análise individual dos hábitos de vida de cada participante, antes de se concluir que o café reduz efectivamente o risco de contrair esta doença.

# Alfabetização

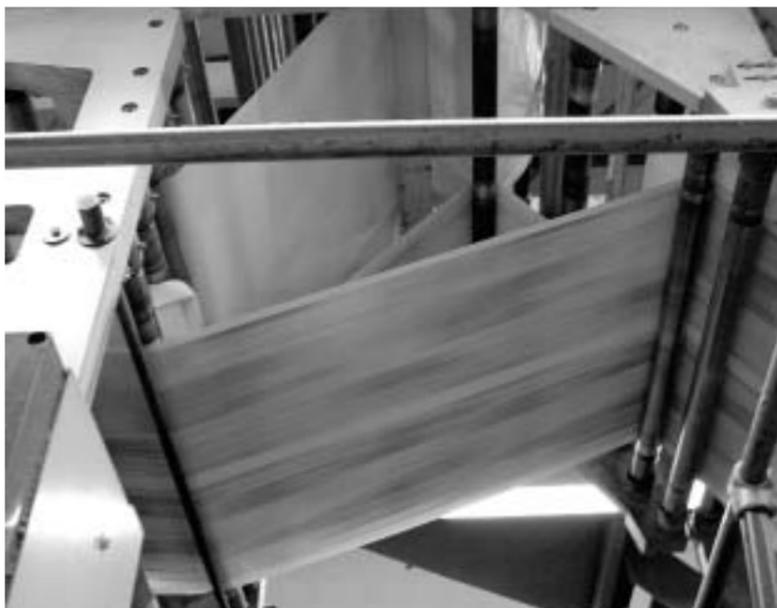
## encontro ou confronto de desejos?

A história a seguir ocorreu numa das escolas públicas de horário integral, na cidade do Rio de Janeiro, no horário noturno em que funciona o Programa de Educação Juvenil, destinado a jovens analfabetos ou semi-alfabetizados.

Um jovem, de uns 15 ou 16 anos, não me recordo com certeza, nos procurara, jornal dobrado embaixo do braço, para se matricular porque «queria muito aprender a ler jornal». Namorava uma sua vizinha que cursava a 4ª série em outra escola e estava preocupado com o fato de que ela, ao ir para a série seguinte, conheceria meninos “mais adiantados”, “mais informados”, com “mais conhecimentos” e que, talvez por isso, não quisesse mais namorá-lo. Assim, resolvera aprender a ler para se manter atualizado através da leitura do jornal. Segundo sua percepção, ler jornal diariamente seria uma forma de manter-se informado e atualizado podendo, portanto, estabelecer uma conversação com a namorada capaz de se igualar ao tipo de conversas que a mesma teria com seus colegas de escola, vistos todos como possíveis e ameaçadores rivais.

Passado um mês, ou um pouco mais, entrou ele em nossa sala e dirigindo-se a mim, abriu o jornal e me mostrou, com a voz embargada, que ainda não conseguia lê-lo. Conversei com ele, tentando fazê-lo entender que o processo não se dava de uma hora para outra, que, com certeza, algumas palavras ele já conseguiria identificar, mas não houve jeito. Ele sabia que não sabia. Chamei a coordenadora do programa e a professora da turma para me inteirar do que acontecia e ambas foram unânimes em afirmar que, apesar do esforço por ele demonstrado, se recusava a realizar qual-

Um jovem, de uns 15 ou 16 anos, nos procurara, jornal dobrado embaixo do braço, porque «queria muito aprender a ler jornal». Namorava uma sua vizinha que cursava a 4ª série em outra escola e estava preocupado com o fato de que ela, ao ir para a série seguinte, conheceria meninos “mais adiantados”, “mais informados”, com “mais conhecimentos” e que, talvez por isso, não quisesse mais namorá-lo.



© Isto é

quer tipo de tarefa que não fosse a leitura do jornal.

A angústia do jovem contagiou a todos os que trabalhavam à noite. A coordenadora e o auxiliar de administração, cada um a cada vez, tomaram a si a tarefa de ensiná-lo a ler. Em ambas as ocasiões, quando já começavam a achar que ele estava progredindo, ele que entra em minha sala novamente, com o jornal debaixo do braço, para comunicar que estava deixando a escola, que não aprendia mesmo, que era um “cabeça dura”, que ia perder a namorada, mas que ia desistir. Antes

que eu pudesse responder, virava as costas e ia embora.

Um belo dia, lá aparecia o jovem de novo, jornal embaixo do braço... Um mês e pouco depois, lá ia ele embora de novo. Essas idas e vindas se prolongaram bem por uns dois anos, quando, afinal, não só já tínhamos avançado na mudança de nossas práticas, como ele, também, se dispôs a ter mais paciência conosco e, finalmente, aprendeu a ler. E não perdeu a namorada!

Seu desejo era intenso e sua cobrança de imediatez colocava em cheque essas certezas da cultura

escolar. O envolvimento de sujeitos que desempenhavam outras funções na escola foi-se dando como forma de responder a uma situação que a todos incomodava. Ninguém queria que ele perdesse a namorada; ninguém queria que a escola fosse responsável por isto. E, cada um tentava de um jeito diferente. O desejo dele mobilizou nosso desejo de ajudá-lo. A última a ser mobilizada foi a própria professora da turma. Quando isto ocorreu, sentiu-se capaz de abandonar a segurança do caminho já conhecido e partir para o que de fato interessava, não só a ele, mas aos demais, trilhando um outro caminho, com todas as inseguranças que um novo percurso nos proporciona. Suas aulas tornaram-se mais vivas, promovendo discussões sobre fatos que os alunos demonstravam curiosidade. A necessária paciência e persistência para decodificar o código letrado foram sendo conquistadas na medida em que assuntos da atualidade eram também discutidos em aula, ampliando e aprofundando saberes.

A tendência à rotina, à repetição dos mesmos passos, das mesmas etapas, ainda que obtendo resultados adversos, pode estar presa à não identificação de quais são os desejos de nossos estudantes. O que querem? Para que desejam aprender a ler? O que pretendem fazer com a leitura e a escrita? O que elas podem lhes proporcionar? São perguntas que podem nos dar pistas para examinarmos até que ponto esses múltiplos desejos se encontram e se confrontam em nossas salas de aula; e nos encorajam a abandonar nossas muitas certezas, iniciando a difícil trajetória por «mares nunca dantes navegados».

verso e reverso



### FORA da escola também se aprende

Joanir Gomes  
de Azevedo  
Faculdade de Educação  
da Universidade Federal  
Fluminense, UFF, Brasil

## Novo método de detecção da diabetes

Uma equipa de cientistas canadenses anunciou recentemente a descoberta de um novo método, aplicado até agora exclusivamente em ratos, que permite medir a taxa de células responsáveis pela diabetes, o que poderá permitir, no futuro, diagnosticar precocemente a doença e tratar os indivíduos em risco. Segundo a equipa do professor Rusung Tan, do hospital infantil de Vancouver (Canadá), cujo trabalho foi publicado na revista especializada *Journal of Clinical Investigation*, esta

técnica poderia ser igualmente utilizada na detecção de outras doenças do foro imunológico.

No comentário que acompanha a publicação do relatório científico, os professores George Eisenbarth e Brian Kotzin, do Centro Barbara Davis de estudos sobre a diabetes da Universidade do Colorado, destacam a importância da pesquisa da equipa de Vancouver e acreditam que os mesmos procedimentos poderiam aumentar a capacidade de diagnóstico precoce da diabetes e,

de forma mais ampla, das doenças auto-imunes.

A diabetes afecta cerca de 17 milhões de pessoas só nos Estados Unidos - cerca de 150 milhões em todo o mundo - e constitui a quarta causa de morte neste país. Mais de dois milhões de pessoas sofrem da forma mais grave da doença, a diabetes insulino-dependente, também conhecida pelo nome de diabetes juvenil ou diabetes de tipo 1.

A diabetes faz com que os glóbulos brancos do paciente, normal-

mente encarregues de combater as infecções, actuem contra o próprio organismo do doente. Os glóbulos brancos atacam células específicas do pâncreas, as células beta ou células de Langherans, encarregadas de produzir a insulina, o hormónio que transforma os alimentos em energia. Com o tempo, o número de células beta destruídas é tal que o organismo do doente carece de insulina e desenvolve a diabetes.

Fonte: AFP

solta



Éramos gente comum que, naquele contexto, se defrontava com um desafio incontornável, o de enfrentar os exames finais da responsabilidade de alguns técnicos zelosos que o próprio Ministério mandatará para o efeito. Um desafio que se ia tomando cada vez mais an-

Tínhamos trabalhado, noite após noite, a prepararmos para aquele dia. O quadro negro no alpendre, os paus de giz nas mãos e as quatro ou cinco garrafas de Cicer, com pavios acesos mergulhados em petróleo, a iluminar em círculo a escuridão de Nhala. As contas de dividir eram o seu ponto fraco, as operações que incluísssem fracções por vezes confundiam-no e a leitura dos números decimais nem sempre era tão bem sucedida como seria desejável. Para piorar as coisas, as relações com o Júlio, o professor de Matemática, não eram, na altura, as melhores. Situação que acabou por justificar a minha subtil entrada em cena, como responsável por um dos grupos de alunos que necessitava de apoio pedagógico acrescido nessa disciplina. Buli Sané estava, obviamente, incluído nesse grupo.

Era um dos muitos alunos daquela escola-internato que o Ministério da Saúde da Guiné-Bissau tutelava. Homens e mulheres que, como socorristas, tinham sido combatentes do PAIGC durante a guerra colonial e que agora se preparavam, ali, para ingressarem na escola de enfermagem de Bolama. Vivi e trabalhei com eles durante um ano. Um ano intenso e único, difícil, numa escola diferente que se caracterizava mais pela amplitude e a diversidade dos momentos de encontro, pela partilha de um projecto que entendíamos como comum, do que propriamente pela excelência das nossas práticas pedagógicas ou tão pouco pelos resultados académicos brilhantes obtidos por aqueles alunos. Éramos gente comum que, naquele contexto, se defrontava com um desafio incontornável, o de enfrentar os exames finais da responsabilidade de alguns técnicos zelosos que o próprio Ministério mandatará para o efeito.

#### DISCURSO directo

Ariana Cosme

Rui Trindade

trindade@psi.pt

Universidade do Porto

# Buli Sané

gustante à medida que o ano avançava, obrigando-nos a constatar que o sentido daquele empreendimento dependia menos do sentido e do significado das aprendizagens realizadas do que da aprovação que se obtinha, ou não, numa prova derradeira e decisiva.



**Quando se levantou para resolver uma conta de dividir com três cruéis algarismos no divisor levantei-me e fui já encostado à parede, no fundo da sala, que, a pouco e pouco, fui reconhecendo todos os passos e os truques que havíamos meticulosamente ensaiado nas semanas anteriores.**

Um desafio que se ia tornando cada vez mais angustiante à medida que o ano avançava, obrigando-nos a constatar que o sentido daquele empreendimento dependia menos do sentido e do significado das aprendizagens realizadas do que da aprovação que se obtinha, ou não, numa prova derradeira e decisiva. O afastamento das famílias, que a es-

cashez de dinheiro e de transportes não permitia visitar ao longo do ano, os muitos dias do arroz com arroz ou o cansaço das aulas que o peso dos anos agravava não seriam espantados, desta vez, com a resignação de um *Djitu ka tem*, se à frente do nome, na pauta, o indesejável veredicto estivesse anunciado a vermelho.

E o dia do exame oral chegou. Ouvei o examinador chamar pelo nome de Buli Sané. O mesmo Buli Sané inquieto que, na noite anterior, me confessava o medo que o assolava quando era obrigado a enfrentar o algoritmo de uma divisão. Vi-o sentar-se, responder às primeiras questões e ler os números que o professor tinha escrito no quadro. Quando se levantou para resolver uma conta de dividir com três cruéis algarismos no divisor levantei-me e fui já encostado à parede, no fundo da sala, que, a pouco e pouco, fui reconhecendo todos os passos e os truques que havíamos meticulosamente ensaiado nas semanas anteriores. Nem a maldita prova dos nove fora dispensada da exibição daquele burocrata investido do poder de examinar. Agora no entanto só faltava ditar o problema. Ditou-o à velocidade da escrita que o Buli imprimia ao giz traçando as letras no quadro. Até se fazer silêncio. Um silêncio longo que, mesmo sem a gravata de elástico do meu exame da 4ª classe, me esganava o pescoço naquela manhã equatorial desse Julho de 82. Cumprindo o guião estipulado, vi-o sublinhar correctamente, no enunciado do problema, a informação relevante e, no lado esquerdo superior do quadro, enunciar a operação aritmética que tinha que resolver para responder à questão que lhe era colocada. Mais uma divisão que ele resolveu a preceito no lado direito do espaço que lhe restava. Faltava a resposta, por escrito, que não tardou. Sem um erro, longa, formal e completa.

O abraço longo e festivo que nos uniu no terreiro da escola é o último gesto dele que a minha memória conserva. Um gesto que, hoje sei, explica muitos outros gestos. Um gesto que, também sei, muitos outros professores poderiam evocar como seu.

## Universidade de Berlim recruta "cobaias" para viagem a Marte

A Universidade Livre de Berlim iniciou o recrutamento de vinte pessoas que se sujeitarão a exames médicos no âmbito de um programa cujo objectivo é a preparação de uma futura viagem a Marte, informou recentemente aquela instituição. Os vinte elementos que forem escolhidos deverão ficar deitados

durante oito semanas em dependências da clínica universitária, onde serão observados os efeitos do repouso obrigatório.

Segundo os investigadores, o estado físico dos astronautas quando voltam do espaço é semelhante ao dos pacientes que ficam muito tempo na cama. A circulação do san-

gue, a atrofia muscular e a resistência dos ossos serão estudados na tentativa de criar métodos apropriados de treino. Cada "cobaia" receberá 5.000 euros pela participação. Este estudo, que deverá começar já este mês, será conduzido pelo Centro berlinense de pesquisa muscular e osteológica (ZMK), em colabora-

ção com a Agência Espacial Europeia.

Os cientistas acreditam que um primeiro vôo tripulado a Marte, planeta do nosso sistema solar situado a 55 milhões de quilómetros da Terra, poderá ter lugar já em 2015.

Fonte: AFP

solta



Mais uma vez se estão a realizar, simultaneamente, o Fórum Económico Mundial (FEM) em Davos- Suíça e o III Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre – Brasil. No primeiro fórum, os líderes do chamado primeiro mundo reflectem sobre problemas económicos e sociais sendo estes predominantemente equacionados na óptica da racionalidade económica neoliberal e da globalização que incorpora no seu domínio os interesses das empresas transnacionais e das elites políticas. À semelhança do que tem acontecido nos últimos fóruns, provavelmente, o grande debate centrar-se-á na procura de soluções para a crise do capitalismo de onde surgirão, entre outras estratégias, medidas que reduzirão a intervenção social do Estado em diversas áreas e actividades. No segundo fórum, reúne-se um grupo heterogéneo de personalidades como líderes de ONG, líderes de partidos políticos e de movimentos sociais, sindicalistas, intelectuais, numa tentativa de chamar à atenção ao mundo da necessidade de se construir uma nova ordem económica mundial mais justa que seja uma alternativa à que impera no mundo. A simultaneidade temporal destes eventos é intencional e este evento, ao contrário do que arautos do neoliberalismo fazem crer, tem o grande mérito de demonstrar que a discussão política entre as diferentes formas de organização económica, entre diferentes formas de distribuição dos recursos, entre diferentes visões sobre produção e consumo e entre diferentes definições do social e do político não está esgotada.

Vivemos momentos de grande défice de discussão política. A “onda” neoliberal que se foi disseminando pelos países centrais instrumentalizou um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias que foi despolitizando os conflitos sociais e desresponsabilizando a intervenção do Estado na resposta aos proble-

Objecto de políticas contraditórias, só muito raramente e de forma intermitente conhecendo algum protagonismo, a educação de adultos representa hoje o sector mais crítico e mais débil, por referência a um sistema público de educação ao longo da vida em Portugal.

## Davos, Porto Alegre e a expansão do terceiro sector



© Isto é

**A “onda” neoliberal que se foi disseminando pelos países centrais instrumentalizou um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias que foi despolitizando os conflitos sociais e desresponsabilizando a intervenção do Estado na resposta aos problemas sociais (...) em muitos países a nova modalidade de resposta à questão social tem sido a retirada paulatina das políticas sociais da esfera do Estado e a sua transferência para o mercado e/ou para as organizações da sociedade civil, o chamado terceiro sector.**

mas sociais. De facto, temos observado em muitos países que a nova modalidade de resposta à questão social tem sido a retirada paulatina das políticas sociais da esfera do Estado e a sua transferência para o mercado e/ou para as organizações da sociedade civil, o chamado terceiro sector. As organizações do terceiro sector, segundo posições mais críticas, transformam a sociedade civil em meio para a reestruturação do capital, particularmente no que se refere à reforma da segurança social, dos sistemas de saúde e de educação. A funcionalidade do terceiro sector ao neoliberalismo consiste em torná-lo instrumento para atingir os seus objectivos. Associado ao discurso ideológico da virtualidade do terceiro sector tem surgido a defesa da solidariedade. Sendo este um dos grandes valores da modernidade, em torno do qual há, aparentemente, consenso universal, com alguma facilidade se torna “presa fácil” na mão daqueles que comandam o mundo. Numa era de despolitização dos problemas sociais, os factores estruturais que geram as rupturas sociais são mais difíceis de identificar pelos cidadãos, o que permite um trabalho de dominação ideológica que transforma o valor da solidariedade numa estratégia de responsabilização individual dos cidadãos e da sociedade civil.

Neste cenário, o que pode significar o FSM que se está a realizar em Porto Alegre? Não é nele que estão representadas muitas das ONG mundiais? Não é neste fórum que se tem defendido a expansão das organizações da sociedade civil e o reforço dos movimentos sociais? Afinal o que substancia “a alternativa” tão apregoada? Alguns elementos, quer dos discursos quer das práticas, sugerem algumas diferenças. Deixarei para a próxima oportunidade que me derem para escrever neste espaço a reflexão em torno destas diferenças e a pertinência deste debate para a educação.

### LUGARES da educação

Maria Emília Vilarinho  
evilarinho@iep.uminho.pt  
Instituto de Educação  
e Psicologia da Universidade do Minho

Uma equipa internacional de radioastrónomos mediu pela primeira vez a velocidade de propagação da força da gravidade, confirmando um dado, até agora hipotético, teorizado por Albert Einstein em 1916. “Newton pensava que a força da gravidade fosse instantânea e Einstein supunha que ela se movimentava à velocidade da luz, mas até agora ninguém a tinha medido”, refere Serguei Kopeikin, professor de física e de astronomia da Universidade de Missouri-Columbia, nos Estados Unidos.

Na sua teoria geral da relatividade, Einstein postulou que a velocidade da gravidade era igual à velocidade da luz, ou seja, cerca de 300.000 km/seg (no vácuo). Kopeikin, que dirigiu a equipa de astrónomos e apresentou o resultado dos seus trabalhos no encontro anual da Sociedade da Astronomia de Esta-

## Einstein tinha razão sobre a velocidade da gravidade

dos Unidos, assegura que a velocidade da gravidade é de 1,06 vezes a velocidade da luz.

A investigação consistiu em medir com precisão a distância angular que separa os *quasars*, astros de aspecto estelar de grande luminosidade e situados em galáxias distantes. Para isso, os astrónomos aproveitaram uma alinação visual excepcional em 8 de setembro entre o planeta Júpiter e um destes *quasars*.

A hipótese formulada pelos investigadores era de que a gravidade de Júpiter se deveria a uma distância mínima em relação a este *quasar*. Este deslocamento, observado na forma de uma rápida deformação

das ondas de rádio emitidas pelo *quasar*, dependia da velocidade de propagação da força da gravidade.

Devido à falta de instrumentos de observação suficientemente sensíveis, ninguém ainda tinha conseguido comprovar a teoria de Einstein sobre a velocidade de propagação da gravidade. Para fazer esta descoberta, a equipa de astrónomos recorreu à radiointerferometria, que combina diversos radiotelescópios sobre uma vasta distância para obter uma imagem em conjunto.

“Determinamos que a velocidade de propagação da gravidade é igual à da velocidade da luz com uma exatidão de 20%”, precisou o astrónomo

Ed Folamont do Observatório Nacional de radioastronomia (National Radio Astronomy Observatory, NRAO). A ser confirmada, esta descoberta, muito próxima da teoria de Einstein, colocará em xeque as teorias segundo as quais a gravidade exerce sua força de modo instantâneo ou infinito.

A gravidade é a força exercida por um astro sobre um corpo. Sobre a Terra, acredita-se que a gravidade seja responsável por manter as pessoas e os objectos no chão. Na escala do Sistema Solar, a gravidade do Sol atrai os planetas e fá-los girar em seu redor. Sendo assim, se não existisse o Sol, a Terra seguiria sua trajectória como se nada acontecesse durante pelo menos oito minutos e meio, ou seja, o tempo que a gravidade do Sol demora a atingir a Terra.



# Avaliação e Formação

A leitura, se possível cuidada e reflectida, do texto que dá forma à Lei do Sistema de Avaliação da Educação do Ensino Não Superior (Lei nº 31/2002 de 20 de Dezembro) pode ser um bom ponto de partida para a compreensão do modelo de funcionamento que vai caracterizar o sistema educativo português no futuro próximo. Se é certo que a doutrina aí expandida não é propriamente nova no que respeita aos princípios, objectivos e metodologias de desenvolvimento, já o mesmo não se poderá dizer quanto à forma como eles são afirmados, nem quanto aos domínios a que são aplicados, nem quanto às finalidades e funções que lhes estão reservadas.

É um facto hoje adquirido e incontroverso que a avaliação, tanto em teoria como na prática, há muito já ultrapassou os limites da sala de aula, onde timidamente ensaiou os primeiros passos como matéria científica sob o "arvesado" nome de docimologia - quem se lembra disso? - para se instalar em gabinetes ministeriais poderosamente instrumentados (e instrumentadores) donde faz emanar as mais decisivas medidas sobre o futuro das escolas, que o mesmo é dizer, sobre o futuro de gerações inteiras.

O que é propriamente novo, todavia, na mensagem que está subjacente ao documento em referência, é o grau de assertividade e de incondicionalidade universalmente positiva que caracteriza o discurso das novas disposições legislativas, como se a matéria de avaliação tivesse perdido, de repente, o estatuto problemático e constitutivamente viscoso que a caracteriza para assumir o carácter de padrão inquestionável de todas as medidas políticas que, enquanto tais, são por esta via caucionadas sem mais delongas.

Esta indissociabilidade entre o carácter assertivo do discurso e as

**No momento que passa, a legitimação das decisões em matéria de educação, mais do que ao mundo interior da classe profissional dos professores e educadores, é imputada aos mecanismos do mercado, isto é, aos valores de troca na sua relação com a produção, ou, talvez melhor, com a produtividade, o que coloca o problema da legitimidade da avaliação no exterior da escola.**

características do objecto a que o discurso se reporta, ultrapassando sem a menor hesitação a complexidade crónica que habita a realidade em questão, não significa, obviamente, nenhuma forma de ingenuidade científica, nem tão pouco a expressão da perda de alguma sensibilidade crítica. Nenhuma destas duas preocupações parece pretender enformar esta modalidade de intervenção na realidade educativa que a Lei do Sistema de Avaliação representa. Pelo contrário, uma postura assumidamente político-administrativa, directa e imperante, configura a opção consagrada.

A adopção do paradigma avaliativo universal como forma de regular o sistema e, mais do que isso, de o legitimar, já não pressupõe a sua caução científica, como foi a estratégia relativamente em uso ao longo da década de oitenta. O que então

estaria em causa - a afirmação e a autonomia dos profissionais de ensino face ao exercício do poder político - justificaria o recurso às referências científico-técnicas como fundamento da negociação e da definição do estatuto profissional.

No momento que passa, a legitimação das decisões em matéria de educação, mais do que ao mundo interior da classe profissional dos professores e educadores, é imputada aos mecanismos do mercado, isto é, aos valores de troca na sua relação com a produção, ou, talvez melhor, com a produtividade, o que coloca o problema da legitimidade da avaliação no exterior da escola. Dada esta relação como determinante do sentido da educação, a avaliação torna-se crucial não apenas para o funcionamento do sistema, como para os seus utentes directos, alunos, pais e professores. É

nestes termos que "o sistema de avaliação, enquanto instrumento central de definição de políticas educativas, prossegue, de forma sistemática e permanente, os objectivos que lhe estão adstritos" (In documento em referência).

Este carácter "sistemático e permanente", que torna o processo de avaliação idealmente copresente a todas as actividades, iniciativas e agentes, envolvendo todos os níveis do sistema (nacional, local regional), implicando modalidades auto-exercidas no plano interno ou exercidas externamente através de agentes especializados, perfila-se como a dimensão estruturante de todo sistema de ensino não só pelas valências simbólicas que veicula (um sistema sob avaliação permanente induz uma cultura vivida como permanentemente deficitária e, logo, insegura), mas também materiais e institucionais, já que determinará a existência de figuras e funções que alterarão significativamente o quotidiano das escolas. Os reflexos sobre os processos e estilos de formação não se farão esperar, sobretudo se se aceitar que "o mercado não dorme".

## FORMAÇÃO e desempenho

Manuel Matos  
Universidade do Porto

## Cientistas começam a explorar restos de um naufrágio com 2500 anos

Os restos de um naufrágio ocorrido há quase 2500 anos, o mais antigo dos registados no Mar Negro, estão a ser explorados em frente à costa da Bulgária por um grupo de cientistas americanos, entre eles um professor de antropologia da Universidade Estadual da Flórida (FSU). O navio, provavelmente de carácter comercial, teria entre 2280 e 2490 anos, segundo estudos feitos com carbono em espinhas de peixes encontradas em vasos de argila que se encontravam a bordo, informou a equipa da FSU.

"Estes são os primeiros vestígios de um navio que nos dão provas directas da existência de comércio num período importante do antigo mundo grego", segundo refere Cheryl Ward, professora da FSU que participa nesta exploração, juntamente com o pesquisador subaquático Robert Ballard, da *National Geographic Society*.

Os restos do navio, que estão a uma profundidade de 275 pés (82 metros), foram encontrados durante uma expedição no verão de 2002.

Segundo Ward, a investigação prosseguirá no próximo verão. "Nessa altura ficaremos a saber mais sobre o comércio, as técnicas e o tipo de pessoas que estava a bordo".

Apesar de a estrutura de madeira do barco ter sido praticamente "devorada" pelos organismos marinhos, algumas partes ainda estarão enterradas. A única parte visível do naufrágio é uma série de ânforas utilizadas pelos mercadores gregos e romanos. As ânforas continham pescado e ainda não se sabe se se

destinavam ao consumo da tripulação ou ao comércio. Os recipientes têm um desenho característico da localidade de Sinop (na costa da Turquia, sobre o Mar Negro), de onde supostamente partiu o navio.

"Esta descoberta proporciona aos historiadores uma visão inédita de um naufrágio numa época chave do comércio no Mar Negro, conhecido até agora apenas por registos escritos", assegura Ballard.

Penso muitas vezes em vocês, colegas jovens, em princípio de carreira. Sermos professores obriga-nos – julgo que mais do que a qualquer outro profissional – a pormo-nos na pele do outro, seja ele colega, aluno, pai ou mãe. É um exercício fundamental para podermos avaliar com alguma justeza a imensidade de situações problemáticas com que diariamente temos que lidar e a que temos de dar resposta, sem lamedice, com rigor e com dignidade.

Vocês, que nasceram já num país democrático, não experimentaram o medo nem a coragem de exprimir uma opinião ou assumir uma atitude fora do senso comum. Pelo menos é essa a experiência que tenho através das sucessivas gerações de alunos que conheci nas minhas aulas, onde se abordam sem peias os mais variados temas da actualidade. E porque a partir de Abril de 74 podíamos falar de forma livre é que nós, professores, tínhamos a imensa preocupação de não inculcar juízos de valor, mas sim os valores eles mesmos; de incentivar a procura de informação, a reflexão, o raciocínio honesto e sem preconceito; de não os deixarmos instalar-se comodamente na imobilidade maniqueísta, em que tudo o que vem dos ditos bons é bom e tudo o que vem dos ditos maus é mau. Queríamos que cada um dos nossos alunos construísse de forma livre e lúcida o seu código ético, desenhasse o seu programa de vida e encontrasse o seu próprio caminho. Em suma, que fosse um cidadão responsável, consciente e solidário.

Vocês foram nossos alunos e, pelos profissionais que de entre vós conheço, verifico que o sentido da responsabilidade está bem presente no cuidado com que preparam as aulas e organizam actividades didáctico-pedagógicas, com que observam a evolução de cada aluno, com que procuram identificar e resolver problemas não só de aprendizagem mas também de atitude perante a escola e a comunidade. Verifico o vosso interesse em ouvir a nossa opinião, dos que estamos já perto da reforma, e só espero que o saldo das nossas discussões seja tão positivo para vocês como é para nós, que quem lucrarão serão os nossos alunos e, com eles, a sociedade que irão construir. Será pura coincidência que a minha escola e o meu grupo sejam tão privilegiados que só recebam a nata dos jovens professores? E será sorte minha só travar conhecimento com colegas que me fazem continuar a acreditar que vale a pena o nosso trabalho?

Sei que a vida para a maioria de vocês é difícil. Muitas vezes longe de casa e da família – tendo de decidir entre fazer 200 Km por dia, com gasolina e portagens, ou pagar uma segunda renda, e sem que essas despesas possam sequer ser declaradas para IRS – têm ainda de ouvir os nossos governantes e os papagaios de serviço insinuar que os funcionários públicos ganham de mais para o que trabalham; vocês que, nem é preciso fazer contas, pagam para trabalhar! Pouca gente sabe – e os que sabendo alinham no coro são perversos – que vocês têm de assumir nessas escolas a leccionação de níveis de preparação da máxima exigência; que são permanentemente postos à prova pelos mais temíveis, embora também geralmente mais justos avaliadores que são os alunos; que têm de ser criativos para os interessarem com matérias imprescindíveis à sua compreensão do mundo e dos fenómenos da vida; que têm de ser credíveis para se imporem, pois pela aparência é fácil que vos tomem como um deles; que partilham duplamente a ansiedade dos alunos perante os resultados que lhes permiti-

tem o acesso às suas vias de opção. Além disso, quem valoriza o facto de frequentemente interpretarem papéis de pai, de mãe, de irmão mais velho, de terapeuta familiar?

Cada vez se exige mais dos professores. E não vale a pena pensarmos em reconhecimento se não lutarmos por ele. Vocês, a meu ver, porque pertencem a gerações pouco politizadas, não tomam consciência do vosso valor social. Sei que continuam a educar os vossos alunos para a verdade, para a justiça e para a paz. Mas um dia eles terão de competir fora da escola, e como é que vocês os preparam para ver premiados os que mais grosseiramente achincalham esses valores, se não admitirem que a realidade é essa? Dizem-me que a vossa luta passa sobretudo pelo interior de vocês mesmos e que o percurso é longo. Mas não será assim que muitas vezes se divorciam das grandes questões, de cuja resposta depende o destino da humanidade? É isso que neste momento se joga. Vale mais a vida humana na sua dignidade ou os interesses mesquinhos de alguns homens que a história seguramente virá a classificar de loucos, como sempre faz mais tarde ou mais cedo? O delírio do poder é uma doença perigosa e ainda por cima contagiosa. Como nas demais, os mais vulneráveis são os mais inseguros, os mais débeis, os de menos defesas e os que são herdeiros genéticos da patologia ou de outra afim. Merecem ser estudados e tratados. Mas entretanto, cuidado com eles. São peritos na sedução, na manipulação, na batota, e os mais incautos são facilmente enredados numa causa com a qual nada têm a ver. Não é só a SIDA que precisa de prevenção. O delírio do poder, ousado dizer, mais ainda, porque é ele que está na origem de tudo. Pois não foi ele o pecado original?

Por isso, queridos colegas, é tempo de alerta. Não se deixem intimidar pelos magos da economia que consultam as constelações numéricas transnacionais e nos aterrorizam com sentenças de inevitabilidade. Exijam explicações claras. Nunca lhes aconteceu pedir a um desses magos que fosse mais claro, e ele meter os pés pelas mãos e mudar de assunto, ou escudar-se com palavreado pseudo-técnico para os fazer crer que são vocês que não estão à altura de Sua Sumidade? Não vão nisso. Vocês sabem bem que o discurso do verdadeiro cientista é cristalino. Nem se deixem impressionar pelos novos eufemismos de guerras profilácticas; terapêuticas e cirúrgicas. Palavreado intelectualoide para encandear papalvos com a visão salvadora do hospital e encaminhá-los para a morgue. Como iriam vocês repreender um educando que partisse a cabeça do colega à pedrada só porque as pedras estavam ali e podiam ser usadas pelo outro contra ele? Não se pode aceitar passivamente o que não faz sentido. Não receiem dizer que não percebem o que não percebem. É que no mundo real, tal como na fábula, o rei vai nu.



## Carta às minhas e aos meus colegas mais jovens

CARTA  
de mulheres

Manuela Coelho  
Escola de Ensino Artístico  
Soares dos Reis, Porto



# Estados Unidos da Europa

## (A metamorfose dos Quinze para os Vinte e Cinco)

Fizeram as malas e deixaram a casa para trás. Vieram estudar para Portugal. São todos europeus. Uns gozam o que, na sua opinião, a União Europeia de melhor lhes proporciona: a mobilidade. Outros aspiram às mesmas oportunidades, mas para já ainda precisam de vistos para residir no espaço Schengen. As opiniões destes estudantes espelham o puzzle multicultural da Europa. E deixam antever o modo como se encaixarão as peças no futuro.

### A Europa dos Vinte e Cinco

Quando chegaram a Portugal ficaram surpreendidas com o pouco que os portugueses conheciam da República Checa. Nadia Haicenova, 23 anos, assegura – olhos arregalados – que até lhe perguntaram se o seu país ficava perto da República Dominicana. O espanto surge quando a ouvimos falar português. Não é para menos. Ela e Kreta Mrazíkova, 24 anos, frequentam o 5º ano de Espanhol/ Português na Universidade de Olomouc. O interesse pelos idiomas é bastante pragmático. Com os olhos postos na União Europeia (UE), esperam que a adesão da República Checa, prevista para 2004, suscite mais oportunidades de emprego no estrangeiro. Sobretudo para quem, como elas, domine “línguas pouco conhecidas”.

De facto, os Quinze são vistos como um destino de fuga aos baixos salários praticados no seu país, onde o ordenado mínimo ronda os 200 euros. Para Nadia a origem deste problema está no facto de não haver uma correspondência entre a categoria profissional e o salário. Os exemplos sucedem-se: “Um médico, um professor ou um arquitecto recém-licenciado ganha 6 mil coroas (cerca de 200 euros) por mês”, insurge-se Kreta. Para alterar esta situação, as checas dizem contar com a intervenção da UE.

Mas há quem não deseje qualquer tipo de ingerência. Os mesmos que temem que a UE proíba a produção tradicional do queijo típico de Olomouc e da aguardente da Morá-

via por esta não obedecer às normas comunitárias. A iminência da proibição está a gerar um sentimento de antipatia em relação à UE. E a servir de argumento aos partidários do ‘não’ à adesão. Facto que Kreta diz compreender, apesar de se mostrar a favor da entrada da República Checa para a UE. É que a importância destes dois produtos, mais do que económica, é cultural. “A aguardente é uma bebida muito forte [com valores de álcool muito elevados] que é produzida em cada família da aldeia e é também usada como medicamento”, explica.

Geograficamente um pouco mais abaixo, na Hungria, a adesão à UE é bem-vinda, mas as vozes discordantes têm subido de tom. O motivo: receio da especulação imobiliária. Kristian Molnar, 25 anos, estudante do 5º ano de Relações Internacionais da Universidade de Economia e Administração Pública de Budapeste, conhece bem as consequências desta prática no Algarve e em Palma de Maiorca, Espanha. Por isso compreende os seus compatriotas. “Os húngaros têm medo que os cidadãos dos países ocidentais cheguem ao seu país e comecem a comprar as casas, as propriedades e as terras que agora não custam quase nada, mas que depois poderão vir a representar valores incomportáveis para qualquer húngaro.” Face a este cenário, Kristian acredita que se o seu governo não puder evitar uma provável especulação, os 70 a 80% da população que se mostram favoráveis à adesão possam deixar de o ser. Até porque, ex-



© isto é

plica, “os partidos de direita estão a aproveitar esta questão para dividir a opinião pública.”

Ainda assim, a opinião de Kristian está formada. Fervoroso adepto da UE, este aspirante a diplomata quer ver os fundos monetários aplicados na construção de auto-estradas e na melhoria do sistema de saúde público, onde se incluem as estruturas hospitalares, mas também dos ordenados dos médicos. Este último desejo tem uma explicação insólita. É que na Hungria, conta Kristian, “o salário oficial de um médico experiente ronda os 500 euros (um recém-licenciado ganha o salário mínimo, cerca de 220 euros). Por isso, os doentes têm de lhes dar um ‘apoio’ monetário extra.” A história ganha contornos obscuros. “Não é obrigatório, mas quase! Quem não quer ser mal tratado no hospital tem de ‘apoiar’ o médico.” O preçário varia. “Há uma taxa conveniente que ronda os 20/30 euros. E depois depende do tipo de operação. Se for grave a taxa pode atingir os 100/200 euros.” Logo, se a UE “apoiar” os médicos húngaros, os doentes agradecem.

Apesar da expectativa criada em torno da adesão da Hungria, Kristian reconhece que o país pode vir a sofrer com o facto de as suas fronteiras virem a coincidir com as da União. Isto caso a Roménia e a Bulgária fracassem os seus planos de adesão em 2007. Um cenário que Kristian acredita ser o mais provável, dada a pobreza de ambos. Se isso acontecer “acho que vai haver uma grande vaga de emigração pro-

**“Quando eu cheguei ao Brasil ninguém sabia nada sobre a Áustria mas todos sabiam que o Hitler tinha nascido lá!”**

*Johanna Mayr, Áustria*

**“As directivas comunitárias interferem demasiado em leis nacionais que têm por base questões culturais.”**

*Irene Veloso, Espanha*



© Isto é

veniente daqueles países com destino à UE que vai acabar por ficar na Hungria. O que pode vir a agravar os problemas que já temos com outros cidadãos emigrantes do Iraque e do Afeganistão”, explica.

#### Quem paga o alargamento?

Se a leste e a oriente, Nadia, Kreta e Kristian ainda têm uma visão turva sobre as consequências da adesão dos seus países à UE, a ocidente as opiniões dos entrevistados cujos países fazem parte dos Quinze são favoravelmente reservadas. A ideia romantizada de que “os ricos devem ajudar os pobres” subsiste em cada argumento a favor da adesão dos Dez – Hungria, República Checa, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta e Chipre. Existem, no entanto, alguns senãos.

Para Kristina Reinwart, 22 anos, estudante do 4º ano de Gestão na Universidade de Bayreuth, na Alemanha, um desses senãos prende-se com o ‘timing’. “A União Europeia devia ter esperado pela retoma económica dos países contribuintes líquidos [que suportam grande parte do orçamento comunitário] e só depois equacionar o alargamento”, refere. “Não sei se estamos [Alemanha] nas melhores condições para suportar os custos da adesão”, questiona Kristina. Uma questão que ganha relevo para esta estudante uma vez que a Alemanha assegura 50% do orçamento comunitário.

Mas os custos da pré-adesão já se têm feito sentir. As ajudas finan-

**“Os húngaros têm medo que os cidadãos dos países ocidentais cheguem ao seu país e comecem a comprar as casas, as propriedades e as terras que agora não custam quase nada, mas que depois poderão vir a representar valores inportáveis para qualquer húngaro.”**

*Kristian Molnar, Hungria*



© Isto é

ceiras aos países da Europa Central e Oriental começaram em 1989, logo após a queda dos regimes comunistas, através do programa PHARE. Para o período de 2000 a 2006, este programa prevê uma ajuda de 10 mil milhões de euros. Actualmente, os apoios revertem para treze beneficiários: Albânia, Bósnia – Herzegovina, Bulgária, Estónia, ex-República Jugoslava da Macedónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, República Checa, Eslováquia e Eslovénia.

Quem não teme que a factura do alargamento dos Quinze para os Vinte e Cinco saia do bolso do seu país é Tina Van den Broeck, 21 anos. “A Bélgica [país contribuinte] deu mais do que recebeu da UE, por isso a adesão dos novos países não vai causar problemas económicos ao país.” Para a estudante do 3º ano de Desporto na Universidade de Gent, “o mesmo não poderá dizer Portugal”, que é um país beneficiário. Pelo que deve contar com uma forte diminuição dos apoios comunitários que serão canalizados para os novos Estados-membros.

Custos à parte, os 75 milhões de novos cidadãos da UE são bem vindos. Por razões éticas. Motivos que não convencem Irene Veloso, 24 anos. “É ingénuo pensar-se que o alargamento se está a fazer para ajudar esses países do ponto de vista social”, contesta a finalista de Direito da Universidade da Corunha, Espanha. E acrescenta: “Uma união territorial é mais benéfica política e economicamente do que um espaço que ora pertence à UE ora não.”

#### To be or not to be

É quase unânime entre os entrevistados que a moeda única foi uma das grandes vantagens trazidas pela União Europeia para quem gosta de viajar. Sem os câmbios sempre se poupam uns trocos nas transferências bancárias e tornam-se mais fáceis as comparações entre tabelas de preços. Sem saudades das moedas “antigas”, sem receio de que as novas resultem em perda de identidade nacional, o único senão do Euro, também ele consensual, está no facto de logo após a sua circulação os preços terem disparado em todos os países. Mesmo assim, o Euro agrada a todos.

A todos excepto a Sarah Dicken e Emily Dyson, 21 anos, no 3º ano de Português Espanhol na Universidade de Nottingham. Apesar de reconhecerem as facilidades da moeda comum as inglesas ainda suspiram pela Libra. “A sua perda resultaria numa perda histórica e patrimonial muito grande”, desabafa Sarah. Por isso, o Reino Unido aguarda um referendo sobre a mudança para o Euro ou a continuidade da Libra. Entretanto – sorriem as inglesas – “Tony Blair [primeiro-ministro britânico] espera, espera...” Espera pelo momento oportuno de lançar o referendo. Aquele em que possa ter a certeza de que os britânicos votarão pelo Euro, explicam Sarah e Emily.

Não só a indecisão quanto à adopção do Euro, mas também o posicionamento britânico entre a pertença à União Europeia e a simpatia pela sua ex-colónia, os Estados Unidos da América (EUA), en-

contra algum eco nas opiniões das estudantes. Admitindo que percebe pouco de política, Sarah arrisca uma interpretação: “A Grã-Bretanha tem uma ligação muito forte aos EUA e se fortalecemos as nossas relações com a UE podemos perdê-la!” Além disso, “quando se pensa na UE enquanto abstracção é fácil dizer que foi uma boa ideia, mas se nos detivermos nas pequenas consequências que a pertença foi originando em cada país já não parece assim tão boa”, explica a estudante. A questão da pertença à União Europeia ganha outros contornos para Emily. “A Grã-Bretanha já é quase um continente, para quê pertencer a algo ainda maior?”, questiona-se.

#### “É deixá-los!”

A Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra parece ter deixado para sempre uma certa antipatia mútua entre os países. Sentimento que faz com que os franceses recusem falar a língua inglesa e algo mais... Sobre a indecisão do Reino Unido em relação ao Euro, Benôit Yacine, 23 anos, a frequentar o 4º ano de Arquitectura da Universidade de Lille, França, é radical: “Não querem fazer parte da União Europeia, então é deixá-los!”

Enquanto futuro arquitecto, Benôit vê na livre circulação de pessoas uma oportunidade para “participar activamente na construção da Europa.” Isto é, de poder ver os seus futuros projectos ganhar forma em qualquer um dos estados-membros. Aproveitando a deixa, Alexandre Plantão, 22 anos, colega de turma de Benôit, completa-lhe o raciocínio informando que os arquitectos são “mal vistos pela população francesa”. A “crise da arquitectura” terá começado, explica Alexandre, depois da II Guerra Mundial. “Quando os arquitectos franceses tiveram de reconstruir a França, acabaram por fazer muitas habitações sociais que por sua vez acarretaram problemas sociais e a culpa dessa situação recaiu sobre eles.”

De facto o Tratado de Schengen, que garantiu a livre circulação de pessoas e a eliminação de fronteiras entre os Estados-membros, é visto como a cereja em cima do bolo europeu. No entanto, Alexandre lamenta o facto de a UE “ainda estar muito esclerosada e fechada em si mesma”. E por isso, insurge-se: “O modo como funciona e a sua política são demasiado complicados.”

#### O fantasma de Hitler

Há 58 anos que a Europa enterrou a II Guerra Mundial, mas o fantasma de Hitler parece ainda assombrar a Alemanha e a Áustria. Para Kristina Reinwart, “o passado alemão” ainda gera alguma desconfiança entre os parceiros europeus, sobretudo entre os franceses. É neste ‘pé atrás’ que

a estudante de Gestão encontra a explicação para algo que a incomoda. O facto de achar que a Alemanha está “sub-representada” no Conselho Europeu uma vez que o seu país “tem o mesmo número de votos [10] que a França apesar de ter mais população”, explica. Pelo contrário, “os países mais ‘pequenos’ estão sobre-representados, porque têm mais votos do que deveriam tendo em conta a sua população”, afirma Kristina. Apesar de achar que o sistema deveria ser mudado Kristina sabe que tal seria difícil porque “os ‘pequenos’ países também têm o direito de defender os seus interesses e se tivessem menos votos não o conseguiriam.”

É tudo uma questão de números: os votos atribuídos aos Estados-membros no Conselho Europeu são determinados em função da população de cada país e de um ajustamento que leva a uma sobre-representação relativa dos Estados com menos população. Este sistema impede que na votação por maioria qualificada os ‘grandes’ países coloquem os ‘pequenos’ em situação de minoria e vice-versa. Com o alargamento está prevista uma revisão da escala de ponderações. O objectivo é assegurar que o peso relativo dos ‘pequenos’ e ‘médios’ países seja proporcional à sua população.

Atenta às contestações de Kristina está Johanna Mayr, 23 anos, estudante de Antropologia e Português na Universidade de Wien, Áustria. Com um sotaque do Brasil, país onde já viveu, Johanna deixa escapar um lamento pelo facto de a Áustria ser um país pequeno e, por isso, ter direito a menos votos. Mas não discute as ideias da amiga em relação à União Europeia. Prefere falar do sentimento de “permanente culpa pelo passado nazi” que divide com Kristina.

“Quando eu cheguei ao Brasil ninguém sabia nada sobre a Áustria – repara Johanna – mas todos sabiam que o Hitler tinha nascido lá!” Enquanto Johanna fala, Kristina acena com a cabeça em sinal de subscrição absoluta das palavras da amiga. “É terrível!” O aborrecimento sobe de tom: “Eu nunca fui racista, nem nazi e não tenho nada a ver com ele [Hitler]!” Johanna e Kristina não querem apagar o nazismo da história europeia, antes “discutir a II Guerra Mundial tal como devemos discutir a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra”, concordam. Ao invés disso, queixa-se Kristina, “quando falam da II Guerra Mundial fazem-no de um modo que me faz sentir culpada pelo que aconteceu. Às vezes dá-me a impressão que também eu fiz aquelas coisas!” Agora é Johanna quem solidariamente dá sinal de concordar. “Ninguém acusa os americanos pela escravatura, nem os portugueses pela matança de indígenas no Brasil. E os espanhóis? Quantos povos massa-

#### “Há uma história que nos une, uma arquitectura que nos assemelha, algo que nos é comum!”

Chiara Sabattini, Itália

#### “A Grã-Bretanha já é quase um continente, para quê pertencer a algo ainda maior?”

Emily Dyson, Reino Unido

#### “Não querem [Reino Unido] fazer parte da União Europeia, então é deixá-los!”

Benôit Yacine, França



© isto é

craram na América Latina?”, interroga Johanna. “Eu não tive culpa do Holocausto!”, remata, olhando para a amiga que atesta: “Nem eu!”

#### Identidade ou uniformidade

Para além de se saberem europeus por razões geográficas, Chiara Sabattini e Fabio Giulianini, 22 e 25 anos, sentem-se europeus. A razão é só uma: a existência do que acreditam ser uma “identidade europeia”. “Há uma história que nos une, uma arquitectura que nos assemelha, algo que nos é comum!”, diz Chiara, estudante de Arquitectura em Florença, Itália. É esse sentimento que a leva à constatação de que “trocar a Itália por qualquer outro país dentro da UE seria mais fácil do que trocá-la pelos EUA”. A ideia agrada a Fabio, também ele estudante de Arquitectura, em Ferrara. Até porque “não há emprego para quem tira este curso”, sorri.

Mas há quem veja na “identidade europeia” uma uniformidade forçada. Koldo Goenaga, 21 anos, a frequentar o 4º ano de Direito na Universidade do País Basco, Espanha, admite não ser partidário da União Europeia. “Muitas das directivas uniformizam sem atender às especificidades culturais de cada país.” E para que se entenda bem do que é que está a falar, o futuro advogado dá um exemplo: “A UE está a fazer leis para uniformizar os horários de funcionamento de bares, fazendo com que encerrem mais cedo.” Ora esta medida, na opinião de Koldo, vai interferir com os hábitos do seu país. “Em Espanha às 21h janta-se e às 24h ainda há gente na rua pronta a ir para os bares, quer seja à semana ou ao fim-de-semana. O mesmo não acontece em Londres.” Mas o exemplo não se ficam por aqui. “Na França – continua Koldo – as pessoas deitam-se tão cedo que às 23h podes ver filmes pornográficos na televisão. Isso seria impensável em Espanha.” Por todas estas diferenças culturais, Koldo não admite que se “regule a vida nocturna” em todos os países pela mesma directiva. “Estão [UE] a querer que toda a gente se deite à mesma hora!”, ironiza.

Apesar de ser partidária da causa europeia, Irene Veloso concorda com o seu conterrâneo no que toca ao perigo da uniformização cultural. “As directivas comunitárias interferem demasiado em leis nacionais que têm por base questões culturais”, adverte. Estas ‘interferências’ – seja ao encerrar os bares espanhóis de acordo com o horário dos ingleses, seja ao proibir a produção artesanal da aguardente e do queijo checos – constituem as ‘pequenas’ consequências da pertença ao todo a que Sarah Dicken se referia. Areias provenientes de uma multiculturalidade que podem vir a emperrar a grande máquina da União Europeia, ou talvez não.



# Portugal **versus** Polónia



## Começam pela mesma letra, tudo o resto é diferente

Diz que em Portugal se sente “fora da Europa”, sobretudo, quando vê as pessoas a cuspir para o chão, na rua. Arek Dziewóńsk, 24 anos, deixou a Polónia rumo ao Porto para fazer um estágio de dois anos na área dos computadores. Sandrina Araújo, 24 anos, fez o caminho inverso. Viajou até à Polónia para durante três meses dar aulas de inglês numa escola secundária em Sucha Beskidzka, a 70 Km a sul de Cracóvia, e ficou surpreendida pelo facto de as discotecas polacas passarem música dos anos 60, 70 e 80 “como se fosse a última moda”. A Página juntou-os e jogou com eles o ‘descubra as diferenças’.

## Ainda a cuspir para o chão

Quando pensa nas razões que o levaram a escolher Portugal como destino Arek Dziewóńsk ironiza: “Quis ir para fora da Europa!” Sandrina Araújo olha-o com desagrado. Afinal o seu país é europeu de direito e até pertence à

União Europeia. O que não deixa margem para qualquer ironia. Mas Arek não está a pôr em causa a geografia, nem tão pouco a geo-política. O que faz Arek sentir-se fora da Europa que lhe está mais próxima, a Central, é um hábito que ainda persiste na sociedade portuguesa: cuspir para o chão. “É nojentos!”, queixa-se enquanto torce o nariz. Sandrina suspira e contrapõe: “Os jovens não fazem isso, só as pessoas mais velhas.” Arek não se deixa convencer pelo fraco argumento da idade. E por isso Sandrina avança com uma explicação ‘cultural’. “Esse hábito faz-me lembrar o Norte de África e os povos árabes...”, reflecte enquanto olha o infinito. “Talvez o hábito de cuspir para o chão seja uma influência dos mouros.” A indignação de Arek enfraquece depois da explicação. Sandrina sorri e entre dentes lá vai dizendo que reparou que na Polónia ninguém cospe para o chão.

## À espera de um autocarro

A primeira vez que Sandrina teve de apanhar um autocarro deparou-se com uma cena curiosa. A entrada e a saída de passageiros faz-se sem diferenciação por qualquer uma das portas. “É uma confusão”, sorri. “Dá ideia que não há controle de quem tem ou não bilhete de transporte, mas os revisores andam ‘à paisana’ e podem entrar a qualquer momento”, adverte Sandrina.

Também Arek tem algo a dizer sobre os autocarros portugueses. “Não compreendo por que as paragens não têm os horários dos autocarros”, reclama Arek. “Porque os autocarros nunca chegam a horas!”, ironiza Sandrina. Arek, habituado à lógica precisa

dos computadores estranha a resposta ‘ilógica’ de Sandrina. Mas ela ignora a estranheza do polaco e continua a sua teoria: “Em Portugal não temos horário para nada! Se uma conferência está marcada para as 21h, já se sabe que só começa às 21h30...” O raciocínio é interrompido. Sandrina vai à carteira e tira um dos horários dos STCP. “Aqui está! Tens aqui um horário”, diz mostrando o papel a Arek. “Entre as 9 e as 14h o autocarro passa de 10 em 10 minutos. A partir das 14h já passa de 30 em 30 minutos.” Arek arregala os olhos: “Ok, já percebi. Mas isso quer dizer que tenho de esperar 30 minutos pelo autocarro. É muito tempo! Por isso é que ando quase sempre a pé!” Apesar de levar os reparos de Arek na ‘desportiva’, Sandrina dá razão às queixas do colega. E confessa que na cidade onde esteve para além de existirem horários nas paragens, havia imensos autocarros, logo o tempo de espera era muito menor do que no Porto.

## Contacto interpessoal

Menos visível mas mais susceptível de causar mal entendidos, são as diferenças ao nível do contacto interpessoal. “Aqui as pessoas tocam-se muito. Enquanto conversam, por exemplo, põem as mãos no braço ou no ombro da outra pessoa”, repara. É algo a que já está habituado, mas no início Arek estranhou. Para melhor explicar a razão da sua observação Arek continua a dar exemplos. “Reparei que quando duas pessoas são apresentadas cumprimentam-se com beijos na cara. Isto desde que não sejam dois homens”, sorri. “Mas na Polónia



estende-se sempre a mão, tanto para os homens como para as mulheres!”

Até agora calada, Sandrina confirma ter sentido na Polónia uma estranheza contrária à de Arek. “Há uma ausência de contacto incrível!” Uma diferença comportamental à qual, tal como Arek, se habituou. De tal modo que “ao fim de algum tempo se alguém me tocava até me assustava”, confessa Sandrina. Susto apanhou Arek quando, ainda ‘caloiro’ em matérias de interrelacionamento, entrou num restaurante e o empregado lhe pôs uma mão nas costas para com a outra lhe indicar a mesa. “Na Polónia, isso nunca aconteceria”, confirma Arek. “Se acontecesse – diz em jeito de brincadeira (?) – o cliente tirava uma faca do bolso e apontava-a ao empregado.”

Sandrina também teve alguns embaraços nos seus tempos de ‘caloira’ na Polónia. Uma vez ao despedir-se de um rapaz polaco deu-lhe um beijo na cara. Um gesto simples mas que levou a que uma rapariga polaca pensasse que o rapaz era seu namorado. “Isso nunca aconteceria em Portugal”, sorri Sandrina.



**Caro José Paulo Serralheiro:**

Em primeiro lugar venho expressar a minha enorme tristeza, como sócia do SPN e leitora da Página, pela chamada na primeira página referente à entrevista com Francisco Maia Neto (FMN). Mais uma vez, e suponho que não intencionalmente, as expressões denotam uma profunda e enraizada discriminação contra as mulheres, neste caso, contra as mães.

"FMN fala de delinquência juvenil, dos meninos que roubam afectos roubados e diz que o Estado gastaria muito menos se "pagasse às mães para não trabalhar durante os primeiros três anos de vida dos filhos."

Esta ideologia, que conhecemos já do pós-guerra e dos famosos estudos de Bowlby quando o Estado americano pretendia reenviar as mulheres para casa, foi e tem sido amplamente denunciada pelos movimentos de mulheres e pelo feminismo internacional e em Portugal. Que FMN expresse essa opinião tem para mim um significado, mas que a PÁGINA a coloque em chamada na primeira página sem um reparo, é já um outro assunto. Para mais que este sindicato apelou à greve geral e, entre outras coisas, a nossa luta na greve geral era contra um código de trabalho que vai neste sentido: enviar as mulheres mães para casa. Aliás, solicitei a Mário de Carvalho que me enviasse as alterações que Bagão Félix fez do Anteprojecto para a Proposta de Lei, e segundo o e-mail que dele recebi (o que fico muito grata) os ataques ao apoio à maternidade e paternidade continuam na Proposta.

Mas a própria entrevista de Francisco Maia Neto é contraditória:

Ele afirma que os menores são "abandonados pelos pais", mas depois acha que devem ser as mães a ficar em casa.

Afirma que o Estado colocava em conjunto, até 2001, as crianças em risco e abandonadas com as crianças acusadas de crimes ~ situação que diversas pessoas denunciaram e felizmente que a Lei mudou, embora as práticas institucionais ainda não tenha mudado (veja-se Colégio Santo António, para além de que têm dispensado animadores e trabalhadoras/es nessas instituições). Mas logo em seguida considera que o problema reside nos primeiros anos de vida. (Mais uma vez, assistimos ao reemergir da literatura de tipo científico que já conhecemos do pós-guerra, onde se tentava que a delinquência ficasse sobre as costas das mães, já que o Estado precisa de um bode espiatório).

Num país onde as mulheres não têm ainda possibilidade de escolher se podem ou se querem ou não ser mães (o aborto continua clandestino), onde alguns patrões as obrigam a um compromisso de não engravidarem; onde as actuais leis da maternidade, paternidade, parentalidade, aleitação, etc., têm sido ignoradas em muitos sectores privados; onde um código de trabalho em aprovação significa um retrocesso enorme a este respeito, onde todos os estudos indicam que grande maioria dos homens não participa nas despesas da casa e com os seus filhos, onde 80% dos homens divorciados com filhos não pagam as pensões de alimentos, onde 99% das famílias monoparentais são encabeçadas por mulheres, o que significa para uma mulher ficar 3 anos em casa a ser paga pelo Estado para se dedicar completamente aos filhos? Em termos de carreira, de ascensão nos empregos, não é preciso dizer mais nada. Será que o Estado estará disposto a pagar-lhe o défice que ela vai sofrer em termos de carreira (por exemplo, docente)? E nas pensões de reforma, esse dinheiro durante os primeiros anos de vida vai contar para a reforma quando os filhos forem maiores e ela estiver velha?

Mais ainda, se o abandono é dos «pais» porque não colocamos a nossa reflexão sobre as soluções para o problema também nos «pais»?

Há mais uma coisa a referir: não está provado que as mães que ficam a tempo inteiro com os filhos evitam problemas de delinquência futura. Este foi um de-

bate extremamente vivo nos Estados Unidos a seguir às publicações de Bowlby. As investigações feministas (ver Andréé Michel, Ann Phoenix, McRobbie, entre muitas outras) mostram que as mães "domésticas" têm mais probabilidade de desenvolver relações patológicas menos saudáveis com os seus filhos, para além de que mostraram maior probabilidade de doenças psiquiátricas com o síndrome do "ninho vazio".

Pelo contrário, estudos extensivos mostraram que as e os filhos de mães trabalhadoras têm mais sucesso escolar, têm uma auto-estima mais elevada, têm mais sucesso no emprego quando adultos e mais capazes de organizarem a sua vida profissional e familiar. Estatisticamente, isto é ainda mais relevante para as raparigas filhas de mães trabalhadoras.

Isto são resultados dos Estados Unidos.

Mas se pensarmos na situação aqui em Portugal, será que FMN tem noção da trajectória de vida das crianças acusadas de crimes? Estou em crer, dos estudos que têm sido levados a cabo por alunas/os minhas/meus aqui das Ciências da Educação, e pelos relatórios de estágio, que estas crianças são maioritariamente provenientes de famílias onde a mãe não trabalha, e o pai muito menos.

Claro que não discordo da ideia de que estas famílias precisam de apoio financeiro. Precisam. Mas não concordo que seja para a mãe ficar em casa a tomar conta dos filhos. Algumas experiências com o Rendimento Mínimo Garantido, que exigia um plano de reinserção social, mostraram muito bem sucedidas, e estou convicta que muito mais do que qualquer solução tipo "Obra das Mães".

Pertenço a uma ONG de Direitos das Mulheres (UMAR) e temos já bastante experiência de trabalho com mulheres. Precisamente, aqui no Porto, seguimos alguns casos de mães e tentamos acompanhar os cuidados que são prestados às crianças. Digo já que é infinitamente mais complicado com as mulheres desempregadas reflectir com elas como organizar as horas das refeições, os momentos de levar as crianças a entrar em contacto com outras para se socializarem, as horas dos banhos, as idas ao médico, etc. O facto de terem um emprego significa para elas uma ideia de utilidade, têm um ritmo e uma atitude de vida que lhes permite colocar a criança num infantário, ou organizar as solidariedades familiares ou de vizinhança.

E para acabar, não são as crianças das mães que trabalham que estão na rua nem as que se deitam à meia-noite.

Muitas experiências haveria para contar, muitos estudos para citar.

Apenas esta nota, José Paulo: por favor, escreva alguma coisa na próxima PÁGINA. E por favor dê-lhe o destaque de primeira página, também.

O acesso das mulheres ao trabalho, a reivindicação "salário igual trabalho igual", a luta pela conciliação entre vida familiar e vida profissional para mulheres «e para homens», os direitos de «parentalidade», e não só da maternidade, etc., são aspectos da vida social que um sindicato de docentes que se diz e estamos em crer que o seja, de esquerda, não pode passar por cima com esta ligeireza.

Um abraço,

Maria José Magalhães  
FPCE da Universidade do Porto

**Exmº Director José Paulo Serralheiro**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer e louvar à D. Joaquina Oliveira a sua colaboração por ter salientado o que de bom há no Lagarteiro, nomeadamente na Escola Básica 1 nº10, onde ocupo a posição de Presidente da Assembleia de Pais. Como tal expressei o meu desapontamento por não me terem sido dadas a conhecer, nas Assembleias Gerais que se realizam há mais de 3 anos, todas as inovações e melhoramentos efectuados.

Também gostaria de deixar aqui sublinhado que, aquando da entrevista do vosso jornal, as palavras por mim proferidas não eram só referentes à estrutura educacional, mas sim à estrutura global do Bairro do Lagarteiro, que felizmente para a D. Joaquina Oliveira e sua família, nele não habitam, não conhecendo por isso o que nele se vive, noite após noite, das promessas não cumpridas ano após ano, dos urbanos que para trás puseram o Lagarteiro, de obras prometidas e nunca realizadas.

Eu acho bem que se escreva o que escreveu, mas também pergunto, se era tudo tão bom, porque razão o Vereador Paulo Morais acabou com a Fundação do Vale de Campanhã a 31 de Outubro? Alguma coisa deveria passar-se, caso contrário nunca teria acabado com os projectos que tanto louva.

Por isso D. Joaquina Oliveira não me venha com "palavrinhas mansas", pois o que pretendo para o lugar em que vivo, e tenho o meu lar, é que o mesmo continue a ser valorizado, filtrado das coisas menos boas, e melhorado com o que é essencial para prover à educação dos meus filhos e dos filhos dos outros pais e que, não hajam professores que no mesmo não queiram ser colocados. Toda a minha actuação é para que estas crianças possam crescer num ambiente de segurança, e que lhes sejam proporcionadas as condições de educação, quer a nível de escola, quer de actividades de tempos livres, que os preparem para uma vida futura que se avizinha difícil, e que sem essa estrutura educacional, será difícil enfrentarem as responsabilidades que lhes serão exigidas enquanto Homens e Mulheres da nossa sociedade.

Lembro ainda, como moradora no Bairro do Lagarteiro que em 100% de coisas más a D. Joaquina Oliveira só salientou 10% de coisas boas e – o que quero dizer é simples – muita coisa podia ser feita caso as promessas estivessem a ser cumpridas. Mais uma vez, digo ainda, com mais desalento dentro de mim, que lamentavelmente agora começo a acreditar que afinal o Lagarteiro é um Bairro «esquecido» não só da Câmara Municipal do Porto, mas de toda a comunidade política.

Aproveito esta oportunidade, para de forma pública expressar o agradecimento à Junta de Campanhã, não só ao Exmº. Sr. Presidente Fernando Amaral, mas também ao antigo Presidente Exmº. Sr. Rodrigo Oliveira que me apoiou incondicionalmente quando iniciei a "Comissão dos Barracos" envolvendo-se e abraçando o nosso projecto, bem como todo o apoio concedido quando lhe apresentei os membros da Associação de Pais.

Quando à D. Joaquina Oliveira espero, como Presidente da Assembleia da Associação de Pais da Escola, bem como moradora deste Bairro, poder continuar a contar com o seu apoio e colaboração às crianças do Bairro do Lagarteiro, na sua qualidade de educadora e de pessoa, bem como com a sua cooperação em futuros projectos que venham a ser desenvolvidos e tragam mais valias às nossas crianças, e à nossa comunidade.

Fernanda Gomes  
Presidente da Assembleia da Associação de Pais  
da Escola Básica 1 nº 10, Bairro do Lagarteiro, Porto



## opinião "on-line"

**1. A praxe académica devia ser...****A praxe é boçal**

A praxe praticada em todo o país é boçal. Mostra que os jovens que vêm das aldeias, dos meios e das famílias mais carenciadas culturalmente têm necessidade de práticas que lhes dêem a ilusão de terem mudado de classe social. Desgraçadamente a única coisa que lhe oferecem é um conjunto de práticas "pimba". A sociedade precisa de fazer sentir aos estudantes o ridículo e o vazio das suas práticas praxistas. As novas gerações têm o direito de entrar no ensino superior como quem entre num lugar de educação e de cultura e não num estúpi-do café de bairro camarário.

José Paulo

**Praxes académicas**

Quanto ao assunto em questão, é óbvio que, o que deve ser abolido não são as praxes, mas sim aquilo que as torna violentas e inaceitáveis. Os excessos devem sempre ser abolidos, seja do que fôr.

Sofia Gonçalves

**Praxe?**

Segundo a versão oficial, a praxe serve como forma de integrar o aluno no seu novo meio!!!! Mas não é isto que acontece, a praxe é apenas um meio de humilhar e subjugar, mostrando uma contínua cultura de não dignificação do ser humano, mas sim de um ser completamente irracional (animalesco).

Paulo L.

**Praxe académica**

Quando eu era caloiro, tinha um medo de morte das praxes mas, quando comecei a ser praxada, vi que não tinha razão para tal, pois diverti-me muito e conheci muitos amigos.

Actualmente, sou membro da Comissão de Praxe (CP) na escola onde me encontro e tenho por função, entre outros membros, de assegurar que a praxe não fira a integridade física, moral e psicoló-

gica dos caloiros, visto esta ter como objectivo a integração dos mesmos na sua nossa nova vida académica.

Apesar de já estar no 3.º ano e na CP, deixei-me praxar novamente este ano, pois este é o melhor tempo da vida de qualquer estudante.

Se não fosse a praxe, não conhecia nem um terço dos amigos que tenho hoje.

Espero que esta minha mensagem desanuvi um pouco o medo que têm das praxes.

Saudações académicas

Ana Cárina Raposo Oliveira

**2. Na sua opinião, regra geral, os empresários portugueses são...****Temos patrões biscateiros**

A maior parte dos empresários portugueses são de fresca data. A nossa burguesia é muito recente. Muitos dos nossos empresários começaram por ser biscateiros e o biscate, pela facilidade dos salários baixos, deu lucro para passar a empresa. Mas os conhecimentos e a mentalidade continuam a ser de biscateiro. Nós não temos empresários, temos patrões biscateiros.

Uma das medidas mais urgentes é a formação contínua para os chamados empresários. Outra medida seria obrigar as empresas a ter um mínimo de pessoal qualificado em função da dimensão da empresa e do negócio. Mas nesta economia aberta o mais provável é que as empresas com algum interesse sejam adquiridas por estrangeiros.

Para o país é mais importante ter empresários estrangeiros competentes do que biscateiros portugueses incompetentes. Pode ser que uma nova geração de portugueses aprenda alguma coisa com os estrangeiros e daqui a alguns anos tenhamos alguma competência empresarial portuguesa.

José Paulo

**Mentalidade empresarial obsoleta**  
Infelizmente, os nossos empresários não

se actualizaram com a entrada na U.E. Continuam mais preocupados com o seu enriquecimento pessoal do que a modernização das suas empresas. Pouco empreendedores, de vistas curtas, vêem essencialmente o lucro fácil e não demonstram visão perspectiva e ampla que pudesse propiciar efectiva produtividade, criação de postos de trabalho e riqueza nacional. Pelo contrário; consideram o trabalho como um custo em vez de o assumirem como verdadeiro investimento, o que implicaria uma completa inversão nos valores orientadores da relação laboral patrão-empregado. A formação destes últimos é negligenciada, o que se repercute na falta de qualidade do produto final, perda de capacidade competitiva com o exterior e compensações economicamente obsoletas através do aumento dos preços.

Só quando o trabalhador for valorizado enquanto profissional e como pessoa de direitos é que estaremos perante uma dinâmica empresarial positiva, assente em critérios de inteligência, objectividade e visão global e integrada do progresso económico. E tudo isto só pode ocorrer com uma mudança drástica da mentalidade dos empresários nacionais.

Paulo Gonçalves

**3. Concorda com as portagens nas circulares das grandes cidades?****Não concordo**

Se estas vias são portajadas não vejo porque não devem ser também portajadas as melhores ruas das cidades. Quem vive no Algarve não utiliza diariamente as ruas do Porto e vice-versa. Se o princípio é o do utilizador pagador então pague-se tudo. Mal saímos da porta de casa é começar a pagar. Até podem criar um passe de circulação em cada cidade. Dentro de casa já pagamos a contribuição autárquica!

Como eu não utilizo este governo não percebo porque é que tenho de lhe pagar! Pague quem o utiliza. Como eu não

os elegi, porque é que lhes pago? O Governo devia ser pago apenas por aqueles que o elegeram.

João Serra

**4. Acha que o novo código de trabalho é favorável aos trabalhadores e ao país?****Um código contra a aprendizagem**

O novo código de trabalho vai no sentido de destruir a relação do trabalhador com a empresa. A moda hoje é a precariedade. É usar e deitar fora. O trabalhador não chega a ter tempo de criar uma relação afectiva com o seu local de trabalho. Tem ainda menos tempo para fazer uma aprendizagem contínua que, com o tempo, vá aumentando a sua competência profissional e portanto a sua produtividade. Neste sentido o novo código de trabalho é contra a produtividade e a favor da política de baixos salários. Vai ter um efeito negativo no tecido económico português.

Serras Pereira

**Lá vamos de marcha atrás**

Para quem considera que o trabalho pressupõe um conjunto de direitos de cidadania do trabalhador, o novo código do trabalho não é favorável aos trabalhadores. Os patrões procuram extrair o maior lucro possível do trabalho produzido pelos trabalhadores. O novo código vai no sentido de permitir que os patrões explorem mais e com mais facilidade os trabalhadores.

Não se pode dizer que o código sirva o país porque o que o país precisa não é de criar condições que permitam uma maior exploração da mão-de-obra mas de qualificar a mão-de-obra, de reorganizar o trabalho e de assim aumentar a produtividade e a capacidade de Portugal competir nos mercados mais evoluídos.

O código é feito por quem tem uma visão ultrapassada do desenvolvimento e por quem de facto, pesem todas as rezas e poses cristãs, tem um profundo desprezo pelo trabalho.

Joel Pinto

olhares dos fora



## inquérito/página "on-line"

**A praxe académica devia ser**Apoiada  
16%Abolida  
65%Ridicularizada  
10%Respeitada  
7%Total respostas  
673**Na sua opinião geral, os empresários portugueses são:**Muito competentes  
0%Competentes  
23%Incompetentes  
61%Muito incompetentes  
14%Total respostas  
512**Concorda com as portagens nas circulares das grandes cidades?**Concordo  
25%Discordo  
74%Total respostas  
529**Acha que o novo código de trabalho é favorável aos trabalhadores e ao país?**Sim  
16%Não  
83%Total respostas  
472



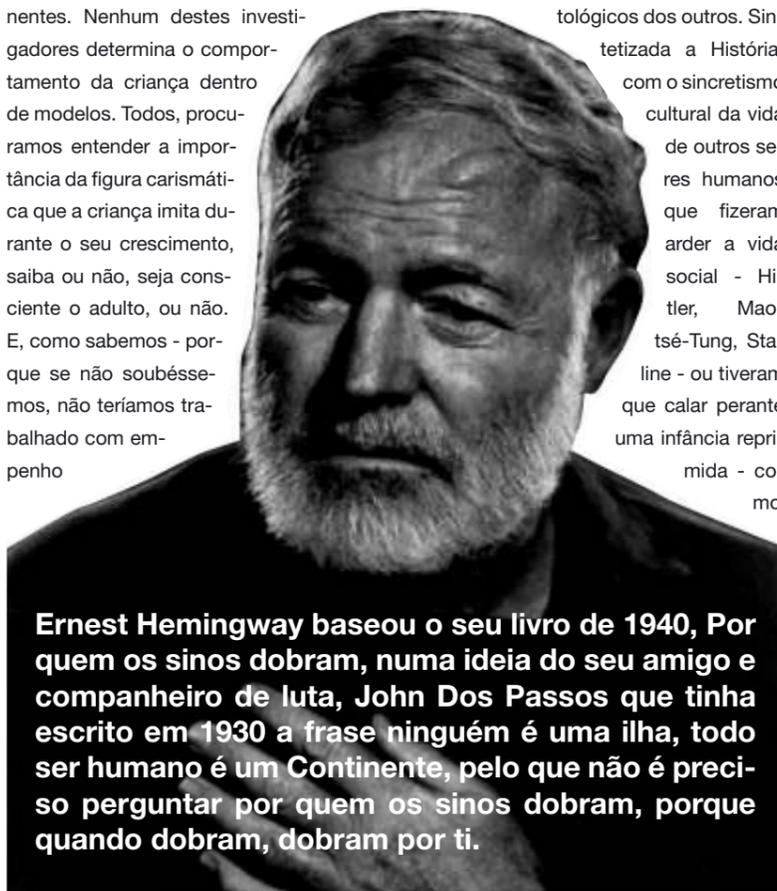
Somos seres sociais, não existimos sós, formamos parte de um lar, mais tarde reparamos na existência de outros parentes, para continuarmos pelos amigos com os amigos de rua, mais tarde os íntimos, até ficarmos com a pessoa mais perto da nossa afectividade e, na base da mesma, somos capazes de reproduzir. Parece ser que o destino do ser humano é não ser indivíduo: é ser um ser social. Já Daniel Defoe em 1719 tinha experimentado, com base na vida de Alexander Selkirk, o naufrago que viveu só e isolado numa ilha do Pacífico, criar a figura do indivíduo, capaz de ser autónomo e de se servir e sustentar a si próprio inserido na natureza. No entanto, a realidade foi mais forte e, após várias páginas de aventuras e descobertas heroicamente isoladas, Defoe teve que criar outro ser humano, Sexta-Feira, nativo da ilha sem o qual Robinson não subsistia. Os detalhes todos não são entregues pelo autor, mas pelo nosso imaginário milenar que pode pensar o que o curto imaginário do Século XVIII da Europa permitia pôr em papel: sem a amizade íntima de Robinson e Sexta-Feira, nem um nem outro teriam sobrevivido. Tal como aconteceu na Espanha de 1939, durante a guerra civil da qual Hemingway e Dos Passos fizeram parte activa: o segundo já sabia, porque era mais velho, que a morte fratricida é também a morte dos que ficam vivos. Robinson foi o carisma de Sexta-Feira e vice-versa, como Dos Passos de Hemingway, e vice-versa.

Carisma, esse processo social que imprime o carácter de um no carácter do outro, um sacramento social, gostaria de dizer. Especialmente se essa impressão de ideias, emoções e comportamentos, é a transferência feita dos adultos às crianças. A criança está a entender, já sabemos, enquanto o adulto tem a capacidade de optar entre várias alternativas sintetizadas normalmente entre o bem e o mal, para simplificar. Bem e mal heterogéneo. O bem dos poderosos, é o meu mal; o meu mal, é a mais valia dos proprietários de bens e do poder de definir a lei. Dafoe tentava criar, no século da subordinação absoluta de grupos so-

ciais a apenas um outro-a aristocracia -, uma figura capaz de definir o que mais tarde aconteceria devido a criação de denominado mercado livre: o dito homo economicus, solitário perante a opção do investimento que procura a salvação do lucro. É perante este desenho das actividades humanas que a criança é colocada. É a criança estudada por Sigmund Freud, Melanie Klein, Françoise Dolto, Alice Miller, Daniel Sampaio, Manuela Ferreira, Ana Nuno de Almeida, Eduardo Sá, outros, eu próprio entre eles e a minha equipa, na Europa e noutros continentes. Nenhum destes investigadores determina o comportamento da criança dentro de modelos. Todos, procuramos entender a importância da figura carismática que a criança imita durante o seu crescimento, saiba ou não, seja consciente o adulto, ou não. E, como sabemos - porque se não soubéssemos, não teríamos trabalhado com empenho

em Antropologia da Educação, nem na Epistemologia da Criança e da Puberdade -, o adulto sofre da problemática de tentar ajustar a vida da criança à sua, às suas ideias, formas de vida, horários, emotividade, ritos e mitos.

Mitos, essas ideias da realidade, ditas de forma metafórica, como as que são usadas por Alice Miller ao referir a vida de Jesus, José e Maria de forma paradigmática, como um grupo doméstico com objectivos específicos para serem parte do mundo e assim, colaborar nos objectivos pessoais e históricos escatológicos dos outros. Sintetizada a História, com o sincretismo cultural da vida de outros seres humanos que fizeram arder a vida social - Hitler, Mao-tsé-Tung, Staline - ou tiveram que calar perante uma infância reprimida - como



**Ernest Hemingway baseou o seu livro de 1940, Por quem os sinos dobram, numa ideia do seu amigo e companheiro de luta, John Dos Passos que tinha escrito em 1930 a frase ninguém é uma ilha, todo ser humano é um Continente, pelo que não é preciso perguntar por quem os sinos dobram, porque quando dobram, dobram por ti.**

## A figura carismática

**Ser figura carismática, impõe um dever no adulto de aprender a vida de uma forma nova, enquanto cresce junto aos seres humanos por eles reproduzidos.**

Charles Chaplin, Buster Keaton, Pablo Picasso, esta forma de comparar usada por Alice Miller, denota a existência de figuras carismáticas, que a criança imita e acaba por resultar no tipo de personalidades referidas. Miller não cria um modelo: luta contra os modelos que medem o comportamento da infância para analisar, de forma dialéctica, as figuras que imprimem carácter no inconsciente da descendência. Inconsciente, o qual a vida social não está capacitada para entender, para planificar o seu dia-a-dia conforme a idade dos mais novos. Planificação que é preciso fazer apenas durante um tempo, durante o processo de entendimento da criança, do começo do desenvolvimento baixo, no qual a infância cresce. Se existe uma obrigação para sermos adultos de carisma positivo, é a de explicar com paciência e palavras adequadas à epistemologia dos mais novos, o que acontece durante a História do tempo em que eles vivem como grupo. Ser figura carismática, impõe um dever no adulto de aprender a vida de uma forma nova, enquanto cresce junto aos seres humanos por eles reproduzidos. Alice Miller não determina: procura retirar ideias dos factos para os adultos entenderem o seu dever de educadores, processo que decorre a par e passo do crescimento mútuo, dentro de uma vida social em comum.

Este tem sido o debate do meu Seminário de Antropologia da Educação, debate que me tem permitido criar novos conceitos, os quais me fizeram crescer a par e passo com os discentes. E, tudo isto, porque os sinos não dobram apenas para quem aprende, eles dobram também para o Catedrático que com eles debate e envelhece. Pode dizer-se que queremos crescer sem modelos, tal como os autores invocados procuram na sua pesquisa e dizem nos seus textos. Para sabermos sempre quem são os outros para quem também os sinos dobram, porque os sinos não dobram só para mim.

Para os meus discentes  
de Antropologia da Educação do ISCTE

### DA criança

Raúl Iturra

lautaro@mail.telepac.pt

ISCTE/CEAS

Amnistia Internacional

## Sociedade de Informação?

Sociedade de desinformação, de insegurança, não falemos sempre e apenas dos assaltos, se bem que eles façam parte da insegurança típica da sociedade em que vivemos.

Sociedade de desinformação, de insegurança (veja-se o que acontece quando se deslocaliza uma fábrica); não falemos sempre e apenas dos assaltos, se bem que eles façam parte da insegurança típica da sociedade em que vivemos. Sociedade da vigilância, das câmaras que espiam e gravam sem serem vistas, do cruzamento de dados a que não temos acesso mas dizem muito de nós. Como compreender a "Sociedade"

anti-social, do fim da solidariedade, de inexplicáveis inter-relações ocultas, de lealdades múltiplas na qual habitamos? É a Internet vigiada pela rede Echelon o símbolo do presente, a antecipação do nosso futuro comum? Que comportamento devemos cultivar, como professores?

**É a Internet vigiada pela rede Echelon o símbolo do presente, a antecipação do nosso futuro comum?**

Possivelmente o que já temos, mesmo sem sabermos: desviante e normativo, em relação aos nossos alunos, nossas vítimas indefesas, como nós ignorantes.

Pretendemos impôr normas de comportamento num ambiente global de regras/ordens múltiplas, contradições visíveis? Que norma se

ajusta aqui e hoje, na pluralidade de imposições sem destino em que nos movemos? Custa falar de valores, de algo mais que não seja poder, quanto mais quanto vemos que ou somos cínicos, ou mal informados e temos a obrigação de não ter a desculpa dos pobres de espírito. Continuemos, portanto; mas paremos para pensar, pelo menos de vez em quando: faz bem, não custa nada, pode ajudar a viver.

### QUOTIDIANO

Maria Gabriel Cruz,  
Universidade de Trás-os-  
-Montes e Alto Douro,  
UTAD, Vila Real.

# O neoliberalismo transporta um fascínio gestionário

O governo destruiu a confiança das pessoas. Como neoliberais que são, julgam que todos os problemas se resolvem por alterações dos aspectos gestionários. O seu modelo de gestão é repressivo, normativo, impositivo. Estão convencidos que a qualidade e o desenvolvimento se alcançam através do jogo do prémio e do castigo.

olhares de fora



A confiança é uma das bases do desenvolvimento social e humano. As pessoas e as sociedades, para progredirem, necessitam de se sentir confiantes nos investimentos que fazem. E necessitam de sentir que confiam nelas. Os discursos catastrofistas e geradores de desconfiança, são negativos para o progresso, seja pessoal, seja social. Os professores sabem quanto é importante confiar nos seus alunos e deixar que estes sintam, com profundidade, que confiam e acreditam neles e nas suas capacidades.

O desenvolvimento humano e social precisam de outros ingredientes para além da confiança. A coesão social ou a coesão entre pares, é também um valor fundamental ao progresso. Uma sociedade não progride quando se apresenta socialmente fracturada. É por isso negativa toda a política que fomenta divisões e conflitos entre a população de um país. A coesão social, promove a procura de objectivos comuns e provoca movimentos e esforços compensadores para as pessoas e para os grupos. Esta coesão é um elemento indispensável ao estabelecimento de acordos entre cidadãos. Acordos e relações sociais necessários às trocas que se estabelecem entre cidadãos estimulando a criatividade de individual e a acção colectiva.

Por opção política do nosso actual governo, a sociedade portuguesa atravessa uma fase de falta de confiança, de fractura social e de retrocesso no processo de desenvolvimento. O governo, desde o início das suas funções,

tem lançado sobre os portugueses e o país, um conjunto de discursos e de acções todos convergindo na perda de confiança dos diferentes actores sociais. Querendo, entre outros objectivos, diminuir o valor do Estado e exaltar o valor do sector privado, o governo lançou desde início um ataque particularmente agressivo aos trabalhadores da administração pública. Com este discurso provocou uma profunda fractura na sociedade portuguesa, entre trabalhadores do sector público e do privado, e desmotivou profundamente os primeiros para qualquer acção de mudança no sector onde trabalham.

O neoliberalismo apresenta um enorme fascínio gestionário sobre todo o campo social. Para os nossos actuais governantes, governar, é gerir. Note-se como para o governo, todos os problemas se resolvem através da introdução de novas regras de gestão. Os problemas da saúde, se os houver, resolvem-se com a introdução de novos modelos de gestão. A Administração Pública, a Justiça, a Segurança Social, recebem a mesma receita. A educação básica, secundária ou su-

perior, dizem, precisa de novos modelos de gestão. De gestão privada, ou melhor, repressiva, autoritária, normativa, impositiva, etc.

Para as escolas, este fascínio gestionário traduz-se na ideia de quebrar as relações de confiança entre pares. O Ministro da Educação entende que a «boa» gestão não admite relações dialécticas, mas apenas de um sentido: quem gere manda, quem não gere obedece e cala. Entende por isso ser fundamental eliminar todos os embriões democráticos que possam existir nas escolas e pauta-se pela peregrina ideia de que é punindo e premiando que se melhora a qualidade do trabalho no ensino.

O discurso e a prática do actual governo são também uma mistura de Mao Tsetung com catolicismo asceta. Exaltam o sacrifício e condenam o prazer. Impõem o sacrifício ao povo, em nome das contas públicas, e esperam a caridade dos que beneficiam com esta política. O voluntarioso maoísta Durão Barroso e o espantado católico asceta Bagão Félix, fazem bem a síntese e a imagem do actual poder esta-

belecido. Uma mistura de neoliberalismo burocrata com água benta.

Estes neoliberais perfumados com incenso e água benta, apontam a gestão como os profetas apontam o caminho da salvação. Mas estão enganados no caminho. Hoje, como é público e notório, os problemas sociais tendem a ser transformados em problemas escolares. Ou seja, tudo quanto é problema social é atirado para dentro das escolas. É por isso ainda mais espantoso que o governo pense por as escolas a serem geridas, preferencialmente, pelos rapazes e raparigas das juventudes que colam cartazes em nome dos partidos do actual governo. Ou que considere que o gestor de uma loja de hortaliças é o gestor ideal para governar uma escola. Como se o fundamental fosse retirar a competência de gestão das escolas a quem as conhece e a entregar a quem as desconhece. Como se a escola ideal fosse aquela em que os professores são tidos como criados para todo o serviço às ordens de comissários políticos do governo.

Com estas medidas, marcadas por este fervor gestionário e por esta política de galinheiro, onde quem manda é apenas o galo que canta, não vamos lá. É preciso dizê-lo, o número de vezes que fôr preciso, com clareza e onde fôr necessário. O país, pelo menos por enquanto, não é um galinheiro e ainda é democrático. Não serão uns quantos burocratas ignorantes que nos farão desistir do desenvolvimento que já se alcançou.

**EDUCAÇÃO  
e cidadania**

José Paulo Serralheiro  
Professor

## Técnicas de reprodução assistida aumentam riscos de anomalias genéticas

As técnicas de reprodução assistida aumentam os riscos de anomalias genéticas nos bebés, segundo revelam pesquisas publicadas na edição de janeiro do Journal of Medical Genetics. Os cientistas estudaram os casos de 149 bebés afectados pela Síndrome de Wiedemann-Beckwith (SWB), um transtorno do crescimento excessivo que conduz ao aparecimento de tumores e cuja frequência é da ordem de 1/13.700 nascimentos.

Os bebés que sofrem desta síndrome têm um tamanho fora do comum, defeitos no encerramento da parede

abdominal, tendência à hipoglicemia, anomalias nos rins e maiores riscos de desenvolver tumores - dez por cento das crianças com esta síndrome desenvolvem tumores na infância, principalmente nos rins.

De acordo com os investigadores, o número de crianças que apresenta esta síndrome é quatro vezes maior em bebés concebidos com ajuda de técnicas de reprodução assistida, como a fecundação in vitro (FIV) ou a injeção intracitoplasmática de esperma (ICSI), que consiste em injectar directamente um espermatozóide no óvulo.

Seis dos 146 bebés (4%) com esta síndrome que fizeram parte da pesquisa foram concebidos com a ajuda destas técnicas médicas, três com FIV e três com ISCI, números que corresponderão a aproximadamente 1% da população mundial, segundo um estudo realizado pela equipa do professor Eamon Maher e Louise Brueton, de Birmingham, Inglaterra. Mais de 43 mil bebés nasceram na Grã-Bretanha entre 1995 e 2000 graças a técnicas de reprodução assistida FIV e ISCI.

Os autores desta investigação afirmam que recentemente se deram tam-

bém conta de uma "possível associação" entre uma dessas técnicas, a ISCI, com casos de síndrome de Angelman, que afecta o desenvolvimento neurológico, ligados a uma anomalia genética ao nível do cromossoma 15. "À medida que estas técnicas de reprodução se tornam mais comuns, torna-se igualmente cada vez mais importante o acompanhamento das crianças concebidas de acordo com estas técnicas para identificar possíveis problemas genéticos", destacam aqueles especialistas.

Fonte: AFP

solta



# Origens e funções do Quasinglês

Precisamos das línguas para tudo (de todas as línguas vernáculas e não apenas de algumas) porque todas elas nos atestam que a humanidade é una e múltipla no que toca a pensar o universo com as ferramentas intelectuais que precederam as da ciência— que, de resto, não existiria sem elas.

Mais, em domínios como a política, a educação, a religião e os costumes, onde só muito esporadicamente e a muito custo o escalpelado da ciência consegue penetrar a fundo para cortar os nós cegos das ideologias antagónicas que neles campeiam, a única protecção que temos contra o rolo compressor do pensamento único e as mistificações planeadas, assenta na integridade dos vernáculos que falamos em cada país.

Acontece que há, hoje em dia, muita gente em Portugal que pratica, seja por inadvertência ou por cálculo, o exercício, nada inocente, que consiste em falar e escrever como se o idioma português fosse aquela pedra com o que o frade espertalhão do conto popular cozinhava as suas sopas à custa do alheio. Os resultados são dignos de registo, mais que não seja porque revelam o estado da nação num domínio em que poucos parecem reparar (ou, nele reparando, o achem apenas risível). Mas ver-se-á mais adiante que o caso não se reduz a um motivo de chacota; tem uma dimensão política global. Antes, porém, de aí chegarmos, eis alguns exemplos.

## Em Quasinglês soa mais fino e mais caro

Atente-se nos títulos de certos condomínios: "Atlantic Park de Chelas, Pacific Ocean da Estrada de Benfca, Hawaiian Paradise das Laranjeiras, e,

em breve, espera-se, as Coconut Towers da Falagueira. Em Inglês soa mais fino e mais caro". (Clara Ferreira Alves. Expresso. 18.01.03). Aos novos ricos, claro está. Parece, no entanto, que de novo rico todos temos um pouco, cá por estas bandas. Segundo um estudo promovido pela Nokia, Portugal é o 2º país europeu com maior percentagem de penetração de telemóveis, à frente da própria Finlândia, o país onde são fabricados os Nokia. Estamos perto dos 100%. Só os italianos nos batem neste tipo de consumo. Mas a publicidade dos telemóveis, essa, é do mesmo estilo pato-bravo dos títulos dos condomínios. Coisas assim: Nokia: "Connecting people". Vodafone: "How are you? Vodafone Live! Agora é o momento". Siemens: "Cada um tem o som que merece. Grave-o. Be inspired". TMN: "Big smile cool= a ti≠ dos outros. O telemóvel que te permite ordenar os itens do menu, escolher o teu screensaver animado e mixar melodias pré-definidas juntando efeitos aos instrumentos". Os seus autores podem reivindicar, dado o volume de vendas, que é exactamente com esse tipo de parlapié que se atingem tais miríficos resultados.

Em 2001 registaram-se cerca de 600 mil sinistros automóveis em Portugal, ou seja, uma média de 1600 acidentes por dia. Os acidentes que provocaram mortos e feridos graves ascenderam a 60 mil, com a morte de 1520 pessoas. Os peões representaram 19% destas mortes — a terceira mais alta taxa da Europa — atingindo sobretudo crianças e idosos. Mas alegremo-

nos. Cerca de 14 mil jovens aderiram ao cartão "100% Cool", lançado em Outubro de 2002 pela Associação Nacional de Bebidas Espirituosas. "A campanha "100% Cool" visa levar os jovens a designar, sempre que saiam para diversão, um do próprio grupo que não beba para conduzir o carro em segurança". (Expresso.14.12.02) Assim, deduz-se, basta um jovem 100% sóbrio — perdão "100% Cool" — para levar uma carrada de outros 100% bêbados, desculpem, "drunkards".

## Em Quasinglês soa mais inteligente e profundo

A Academia Militar oferece uma pós-graduação em "guerra de informação/ competitiva intelligence", para o seu ano lectivo de 2002/2003. (Expresso de 4.01.03). O

tema de estudo parece uma charada. Mas só se julgarmos que "competitive intelligence" é um dos modos possíveis de designar, em Inglês, aquela variável intelectual que acompanhou o crescimento evolutivo do cérebro dos nossos remotos

antepassados (de 600 cm<sup>3</sup> no Homo Habilis, há cerca de 2 milhões de anos, para 900 cm<sup>3</sup> nos primeiros Homo Erectus, 300 mil anos mais tarde, e para 1500 cm<sup>3</sup>, em média, no Homo Sapiens, a nossa gente) e que nos permitiu sobreviver até hoje. Em Quasinglês, porém, significa apenas exercitar a propaganda e contra-propaganda.

Mas o caso mais impressionante é o da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que vai realizar, de 14 de Fevereiro a 24 de Maio

2003, o seu 5º curso de Direitos Humanos e Democratização. Na mais velha universidade portuguesa, os módulos a leccionar nesse curso serão todos (com excepção de "Le droit à l'éducation") na mesma língua que soa a música das esferas aos ouvidos da Associação Nacional de Bebidas Espirituosas, dos promotores imobiliários e dos vendedores de telemóveis: "Introduction to Human Rights. National and international mechanisms of protection. Democracy and rights of political participation. Women's human rights. East Timor. Freedom of expression. Human Rights and international politics. Inclusiveness and multiculturalism. The right to environment and the right to sustainable development. Children's Rights. Current human rights issues."

## A gerência agradece

Quando tanta gente se prostra perante o Quasinglês e até mesmo vetustas instituições escolares lhe entregam as chaves de casa, o sinal de alarme deve soar. O cúmulo de provas não deixa escolha. Todas elas se resumem neste facto, quase sempre passado em silêncio, mas assinalado num livro escrito em 1990 ("Os Novos Poderes", Alvin Toffler): "A primeira enorme vantagem de que os Estados Unidos da América desfrutam, neste momento, é, simplesmente, a sua língua. O Inglês é a língua mundial na ciência, no comércio e na aviação internacionais, além de dezenas de outros domínios. (...) O facto de centenas de milhões de seres humanos compreenderem pelo menos um pouco de Inglês dá uma poderosa vantagem mundial às ideias, estilos, inventos, e produtos americanos".

## OFNI's

José Catarino Soares  
Instituto Politécnico  
de Setúbal

## Camada de gelo na Antártica começou a derreter há 10 mil anos

A camada de gelo na Antártica começou a derreter há cerca de 10 mil anos e o processo permanece em curso, revela um estudo publicado recentemente pela revista *Science*. Estas conclusões foram retiradas da análise de fragmentos de rocha disseminados por glaciares que desapareceram há cerca de 10 mil anos, revela uma equipa de investigadores da Universidade de Washington, em Seattle.

"Este trabalho estabelece um comportamento constante na redução da camada de gelo da Antárti-



© isto é

ca", disse o professor de ciências da Terra e do Espaço da Universidade de Washington, John Stone. Os 932.000 km<sup>2</sup> da camada de gelo na Antártica estarão completamente derretidos dentro de cerca de 7 mil anos se o processo prosseguir na actual escala, advertiu Stone, lembrando que a camada de gelo na Antártica tem água suficiente para elevar em 5% o nível do mar em todo o mundo.



## Ficha Técnica

**Director e Coordenador editorial** José Paulo Serralheiro | **Editor** João Rita | **Editor Gráfico** Adriano Rangel | **Redacção** Andreia Lobo e Ricardo Costa | **Secretariado** Lúcia Manadelo | **Paginação-Digitalização** Ricardo Eirado e Susana Lima | **Fotografia** João Rangel (Editor) | Ana Alvim | Joana Neves.

## Rubricas

**À Lupa** Ana Maria Braga da Cruz, *Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, Lisboa*. Manuela Coelho, *Escola Especializada de Ensino Artístico Soares dos Reis, Porto*. Iracema Santos Clara, *Escola Pires de Lima, Porto*. | **AFINAL onde está a escola?** **Coordenação:** Regina Leite Garcia, **Colaboração:** Gruppalpa—pesquisa em alfabetização das classes populares, *Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil*. | **ANDARILHO Discos:** Andreia Lobo, **Em Português:** Leonel Cosme, *investigador, Porto*. **Galerias e palco:** António Baldaia, **Livros:** Ricardo Costa, **Música:** Guilhermino Monteiro, *Escola Secundária do Castelo da Maia*. **O Espírito e a Letra:** Serão Ferreira, *escritor e crítico literário*. **O vício das imagens:** Eduardo Jaime Torres Ribeiro, *Escola Superior Artística do Porto*. Paulo Teixeira de Sousa, *Escola Especializada de Ensino Artístico Soares dos Reis, Porto*. | **CARTAS aos professores** convidado do mês | **CARTAS de Mulheres** — convidada do mês | **DA Ciência e da vida** Claudina Rodrigues-Pousada, *Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa*. Francisco Silva, *Portugal Telecom*. Rui Namorado Rosa, *Universidade de Évora*. | **DA criança** Raúl Iturra, *ISCTE Universidade de Lisboa*. | **DISCURSO Directo** Ariana Cosme e Rui Trindade, *Universidade do Porto*. | **Do Primário** José Pacheco, *Escola da Ponte, Vila das Aves*. | **Do superior** Adalberto Dias de Carvalho, *Universidade do Porto*. Alberto Amaral, *Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior, Universidade do Porto*. Bárto Paiva Campos, *Universidade do Porto*. Ana Maria Seixas, *Universidade de Coimbra*. | **E AGORA professor?** — José Maria dos Santos Trindade, Pedro Silva e Ricardo Vieira, *Escola Superior de Educação de Leiria*. Rui Santiago, *Universidade de Aveiro*. Susana Faria, *Escola Superior de Educação de Leiria*. | **EDUCAÇÃO desportiva** Gustavo Pires e Manuel Sérgio, *Universidade Técnica de Lisboa*. André Escórcio, *Funchal*. **EDUCAÇÃO e Cidadania** Américo Nunes Peres, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves*. Miguel Ángel Santos Guerra, *Universidade de Málaga, Espanha*. Otilia Monteiro Fernandes, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves*. Xesús R. Jares, *Universidade da Corunha, Galiza*. Xurjo Torres Santomé, *Universidade da Corunha, Galiza*. | **EDUCAÇÃO e Comunicação** **Coordenação:** Guadalupe Teresinha Bertussi, *Universidade Nacional do México*. | **ESTADOS Translúcidos** Luís Fernandes, *Universidade do Porto*. Luís Vasconcelos, *Universidade Técnica de Lisboa*. Rui Tinoco, *CAT-Cedofeita e Universidade Fernando Pessoa, Porto*. | **ÉTICA e Profissão Docente** — Adalberto Dias de Carvalho, *Universidade do Porto*. Isabel Baptista, *Universidade Portucalense, Porto*. José António Caride Gomez, *Universidade de Santiago de Compostela, Galiza*. | **FORA da escola também se aprende** **Coordenação:** Nilda Alves, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, Brasil*. **Colaboração:** Grupo de pesquisa Redes de Conhecimento em Educação e Comunicação: questão de cidadania | **FORMAÇÃO e Desempenho** Carlos Cardoso, *Escola Superior de Educação de Lisboa*. Manuel Matos, *Universidade do Porto*. | **IMPASSES e desafios** João Barroso, *Universidade de Lisboa*. Pablo Gentili, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*. José Alberto Correia, *Universidade do Porto*. Agostinho Santos Silva, *Eng. Mecânico CTT*. **LUGARES da Educação** Almerindo Janela Afonso, Licínio C. Lima, Manuel António Ferreira da Silva e Maria Emília Vilarinho, *Universidade do Minho*. | **OFNI's** José Catarino Soares, *Instituto Politécnico de Setúbal*. | **OLHARES: Apontamentos** José Ferreira Alves, *Universidade do Minho*. **Registos** Fernando Bessa, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real*. José Miguel Lopes, *Universidade do Leste de Minas Gerais, Brasil*. Maria Antónia Lopes, *Universidade de Mondelaine, Moçambique*. **POSTAL de: da Cidade do México**, Guadalupe Teresinha Bertussi, *Universidade Nacional do México*. **do Rio**, Inês Oliveira, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. **de Paris**, Isabel Brites, *coordenação do ensino do português em França*. **do Rio de Janeiro**, Regina Leite Garcia, *Universidade Federal Fluminense, Brasil*. | **QUOTIDIANOS** Carlos Mota e Gabriela Cruz, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real*. | **RECONFIGURAÇÕES** **Coordenação:** Stephen R. Stoer e António Magalhães, *Universidade do Porto*. Fátima Antunes, *Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho*. Fernanda Rodrigues, *Instituto de Solidariedade e Segurança Social e CIE da FPCE Universidade do Porto*. Roger Dale, e Susan Robertson, *Universidade de Bristol, UK*. Xavier Bonal, *Universidade Autònoma de Barcelona*. | **SOCIEDADE e território** Jacinto Rodrigues, *Universidade do Porto*. | **TECNOLOGIAS** Celso Oliveira, *Escola José Macedo Fragateiro, Ovar*. Ivonaldo Neres Leite, *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil*. Luisa Carvalho e Boguslawa Sardinha, *Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal*. **TERRITÓRIOS & labirintos** — António Mendes Lopes, *Instituto Politécnico de Setúbal*.

**Administração e Propriedade** Profedições. Ida · Porto **Conselho de gerência** Abel Macedo. João Baldaia. José Paulo Serralheiro. | **Registo Comercial** 49561 | **Contribuinte** 502675837 | **Depósito legal** 51935/91 | **DGCS** 116075 | **Administração, redacção e publicidade** Rua D. Manuel II, 51 - C - 2º andar - sala 2.5b - 4050-345 PORTO | **Tel.** 226002790 | **Fax** 226070531 | **Correio electrónico** apagina@spn.pt | **Edição na Internet** www.a-pagina-da-educacao.pt/ | **Impressão** Naveprinter, Maia | **Distribuição** VASP - Sociedade de Transportes e distribuição, **Embalagem** AP - embaladora, Ida, Maia | **Serviços** Agência France Press, AFP. | **Membro da Associação Portuguesa de Imprensa** - AIND



# Actores desviantes e fissuras biográficas

Um heroinómano actual explica, profusamente até, a sua vida de consumidor. Desenrola os motivos por ter feito esta opção e não aquela — mas explica as opções da sua história com a substância e não o modo como ela apareceu. O termo fissura biográfica pretende, pois, englobar qualquer acontecimento de vida que impossibilite a construção de uma coerência longitudinal do sujeito para si mesmo.



© Isto é

No telejornal, em horário nobre, tudo se prepara para a evocação da figura estigmatizada. Entrevista-se uma sombra que relata a sua pretérita experiência nos casinos. A voz foi distorcida, ampliando a estranheza da situação. Ouvimos: o jogo é um vício que obrigou o sujeito aos actos mais irracionais. Destruí inúmeras dimensões da sua vida desde a esfera familiar, ao emprego, passando pelas dívidas incomportáveis.

O discurso de heroinómano com um percurso considerável com a substância é, de algum modo, semelhante: “a droga é má, destrói tudo; a droga obrigou-me a este acto e àquele”. Em ambos os casos existe uma dificuldade na integração dos comportamentos adictivos numa coerência biográfica. É recorrente ouvirmos esta frase aos toxicod dependentes que atendemos: “antes de me meter nisto estava tudo bem, era feliz, depois foi a desgraça”. Não existe continuidade, há alguma coisa que se interrompeu. O eu presente não consegue regressar ao passado numa perspectiva globalizadora.

Sabemos que isto não foi sempre assim: um consumidor de drogas dos anos sessenta, no contexto contracultural norte-americano e britânico, explicava o seu consumo como uma atitude de protesto. Aliás, o título de uma obra sobre as subculturas dessa época sintetiza admiravelmente a ideia: Resistência Através de Rituais. No presente, o heroinómano de rua não se afirma como agente mas sim como coisa agida. O seu gesto não é de protesto mas o do sofrimento da subjugação à substância.

Mas por que é que consome? Silêncio. Não há resposta plausível: “foram os amigos, foi por acaso”. Aliás, existe até alguma relutância em responder à interrogação: como corresponde a algo inexplicável, a vontade maior é a do esquecimento. A coisa agida vive sempre o mesmo dia: a existência é totalmente preenchida por algo exterior, totalmente ocupada pela adicção.

Um heroinómano actual explica, profusamente até, a sua vida de consumidor. Desenrola os motivos por ter feito esta opção e não aquela — mas explica as opções da sua história com a substância e não o modo como ela apareceu. O termo fissura biográfica pretende, pois, englobar qualquer acontecimento de vida que impossibilite a

construção de uma coerência longitudinal do sujeito para si mesmo. A entrada nas drogas é vivida, frequentemente, como não tendo nada que ver com o que a precede; e, por outro lado, destrói o que está depois. O indivíduo adicto ao jogo poderá defrontar-se com a mesma dificuldade biográfica.

Em ambos os casos há um ‘pôr fora’ da responsabilidade dos actos (externalização). Reparar: o indivíduo age por obrigação da droga. A substância está fora dele e persegue-o. O jogo descoordenou uma vida sem que se possa explicar o motivo do acontecimento.

O sucesso de estruturas de recuperação que apelam a dimensões religiosas e que cultivam o mito do fundador da instituição (indivíduo que é visto como sendo possuidor de uma excepcional estrutura moral) pode explicar-se por elas serem capazes de fornecer ao ex-consumidor uma forte estrutura de explicações de si. O indivíduo que

percorre todas as etapas propostas por este tipo de instituição torna-se seu militante ideológico.

Eis a grande dificuldade de um processo de recuperação de um toxicod dependente: os antecedentes não têm continuidade na história do indivíduo. Os comportamentos adictivos implodiram a continuidade biográfica do indivíduo. O heroinómano recém recuperado continua a não saber explicar-se perante si mesmo. A desorganização comportamental não tem explicação.

O desafio é conseguir que o sujeito se afaste destas perguntas sem resposta. A reactivação de diversos interesses de vida e a descoberta de novas áreas da existência permitem um afastamento do conflito irresolúvel que nomeámos e que, por vezes, assume contornos bem profundos.

A distanciação permitirá, mais tarde, um retomar do passado, a apropriação da fase de consumos como uma etapa de vida, menos feliz é certo, mas já não vivida como algo exterior ou alienígena. Trata-se de uma operação de acomodação de memórias. Um percurso sólido, já construído sem a substância, permitirá ao sujeito a reapropriação de um sentido de poder sobre os seus actos que implicará, de igual forma, a apropriação do seu passado de um modo mais activo: a lenta reconstrução das fissuras biográficas.

## ESTADOS translúcidos

Rui Tinoco

CAT - Cedofeita

Universidade Fernando

Pessoa, Porto



© isto é

# Seriação das Escolas

A Gazeta de Matemática convidou um matemático, especialista de renome internacional em Estatística, o Professor Dinis Pestana, do Departamento de Estatística e Investigação Operacional da Universidade de Lisboa, para escrever um artigo sobre a seriação das escolas.

Recentemente a comunicação social deu grande ênfase a um estudo que o Ministério da Educação encomendou à Universidade Nova de Lisboa para seriação das Escolas Secundárias. Esse estudo originou grande polémica e se muitos o puseram em dúvida, ficou por outro lado, a pairar a ideia de ser quase indiscutível uma vez que fazia uso da Estatística a qual se fundamenta na Matemática, a Ciência Exacta por excelência. Assim, mais ou menos vagamente, ficou no ar a dúvida: os resultados obtidos serão, no mínimo, tão exactos como certas leis da Física, ou não o sendo, darão uma ideia aproximada do que se passa nas escolas ou ainda, poder-se-á dizer que não significam nada e o lugar que uma escola ocupou na escala é arbitrário, como se resultasse de um sorteio, e deve ser esquecido?

A Gazeta de Matemática convidou um matemático, especialista de renome internacional em Estatística, o Professor Dinis Pestana, do Departamento de Estatística e Investigação Operacional da Universidade de Lisboa, para escrever um artigo sobre este assunto.

A opinião do Professor Dinis Pestana é discutível como qualquer outra mas é útil estudá-la. A sua compreensão na íntegra necessita de alguns conhecimentos de Estatística embora contenha partes que não precisam de tais conhecimentos. Intitula-se Apologia da Estatística (A Pretexto da Seriação das Escolas Secundárias) e sairá no volume 144 (Janeiro de 2003) da Gazeta de Matemática, merecendo chegar ao conhecimento de todos os interessados em manter uma opinião bem fundamentada.

Diz o Professor Dinis Pestana, referindo-se ao estudo encomendado pelo Ministério, que as conclusões dificilmente poderiam gerar consenso e que, no seu entender, o critério de seriação das escolas é inadequado bem como os modelos utilizados; acrescenta que a seriação padece de confundimento e questiona os modelos de regressão múltipla usados, uma vez que a percentagem da variância que fica por explicar é sempre superior a 75%, chegando a exceder 98% - e para que servirá um modelo em que uma percentagem tão elevada da informação fica por explicar?

Segundo Dinis Pestana, "... em Ciências Humanas, a tentação de propor modelos simples para fenómenos complexos tem levado a polémicas ..." e " As Ciências Exactas tem a tendência a ser mais prudentes, e a incorrer menos no fascínio que as Ciências Humanas parecem ter pelos números ..." E cita, como exemplo, um raciocínio inspirado num conto de Graham Greene, que conclui que se 100% das pessoas que morrem com um cancro praticaram relações sexuais ou são filhas de pessoas que praticaram relações sexuais, então aquela prática explica a preocupante prevalência da doença. Poderia também citar-se a afirmação, muito em voga, de que se uma altíssima

**... O critério de seriação das Escolas é inadequado bem como os modelos utilizados (...) a seriação padece de confundimento (...) a percentagem da variância que fica por explicar é sempre superior a 75%, chegando a exceder 98% - e para que servirá um modelo em que uma percentagem tão elevada da informação fica por explicar?**

percentagem de condutores vítimas de acidentes de viação tem muito álcool no sangue, então o álcool é perigoso para a condução. O raciocínio é completamente errado (note-se que se podia substituir álcool no sangue por ter os cabelos escuros) o que obviamente também não significa que a ingestão de álcool não tenha influência nos acidentes.

Várias personalidades, de matemáticos a políticos, como Nuno Crato e Marcelo Rebelo de Sousa já se pronunciaram sobre o estudo do Ministério da Educação mas a controvérsia subsiste. A profundidade e o ponto de vista adoptados no estudo de Dinis Pestana tornam este estudo imprescindível para uma boa interpretação dos resultados apresentados pelo Ministério da Educação.

Tendo em conta o interesse estratégico das questões do ensino, permito-me chamar a atenção para o assunto.



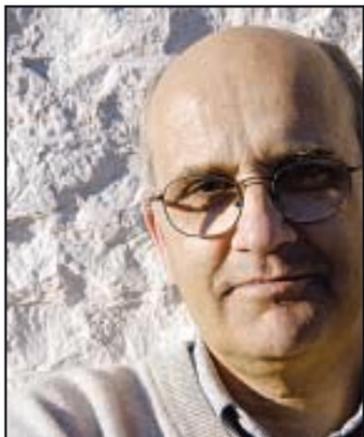
© isto é



© isto é

## IMPASSES e desafios

Graciano de Oliveira  
Director da Gazeta  
de Matemática  
Av. Da República, 37 - 4º  
1050-187 LISBOA  
Telefone: 217939785



© isto é

### Em que contexto foi criada a Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos?

A Confederação é uma ideia que nasce com o primeiro encontro nacional de quadros portugueses, realizado em Maio de 1988, ele próprio uma necessidade sentida há muito por um grande número de profissionais.

Uma das conclusões retiradas desse encontro mostrava que em Portugal existia na altura um elevado número de quadros não sindicalizado, por não encontrarem nas or-

por apoiar os sindicatos associados a encontrar linhas de actuação comuns, levando para a mesa das negociações questões que tradicionalmente não são abordadas, como é o caso da formação profissional, uma questão fulcral para este país. Este será talvez o exemplo mais flagrante, porque é uma área onde as carências são por demais evidentes. Como exemplo, refira-se que não há praticamente nenhum acordo colectivo de trabalho que contemple um plano de formação profissional objectivo e prático. O que existe está no papel, mas não surte efeito.

Esta questão é tão mais central se pensarmos que a actualização de saberes assume hoje uma importância sem precedentes. Se até há uns anos ainda se tinha a ilusão de poder passar-se vários anos sem qualquer actualização profissional, hoje em dia isso é impossível. E se não formos capazes de fazer com que apareçam compromissos sérios nesse sentido Portugal vai continuar a ter quadros sem formação adequada aos desafios do futuro.

Outra das questões a abordar no congresso será a revisão da Carta de Direitos e Garantias dos Quadros Portugueses, que constituiu um instrumento importante para melhorar

De forma a obtermos um retrato actual das expectativas dos quadros portugueses, realizamos um inquérito, a ser apresentado neste encontro, onde pedimos aos inquiridos que fizessem uma apreciação da sua situação profissional e sindical, questionando-os, nomeadamente, sobre se os sindicatos estão ou não a cumprir o seu papel e o que devem fazer para melhorar a sua prestação.

Um dos dados curiosos retirados deste estudo, e comparando os resultados actuais com os de um trabalho de natureza semelhante realizado há oito anos, permite-nos perceber que a principal preocupação dos quadros portugueses é hoje a instabilidade do emprego, ao contrário das questões salariais referidas há uma década.

Esta preocupação pode resultar do facto de se ter registado uma forte participação dos professores no inquérito - indício de que a classe vive uma situação particularmente grave -, mas estende-se, de uma forma geral, aos restantes participantes. Devo dizer, aliás, que os professores tiveram uma participação maioritária neste trabalho - e o Sindicato dos Professores do Norte foi quem mais contribuiu para esse resultado expressivo.

Foi presidente da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos Portugueses ao longo dos últimos treze anos, tendo abandonado este cargo, há menos de um mês, por considerar que "estava na altura de renovar a direcção". Agostinho Santos Silva, Engenheiro Mecânico formado pelo Instituto Superior Técnico e até ao ano passado director de informática dos CTT, faz nesta entrevista - realizada uns dias antes da sua sucessão - o balanço das actividades da confederação ao longo do seu mandato e analisa a actual situação dos quadros técnicos e científicos em Portugal, criticando a falta de "estratégia" e de "diálogo" dos gestores portugueses.

## Fraca capacidade de gestão e de visão estratégica dos gestores e dos governantes portugueses é a principal debilidade do país

ganizações sindicais uma alternativa que os satisfizesse, uma entidade que fosse capaz de abordar transversalmente os problemas dos quadros técnicos e científicos. Embora se deva reconhecer que foi difícil ultrapassar alguns obstáculos próprios de um país com uma forte cultura corporativa, num certo sentido a confederação conseguiu atingir esses objectivos.

### A confederação funciona como uma organização sindical ou mais como um conselho?

A confederação é uma organização sindical, embora, à semelhança de todas as organizações sindicais com características semelhantes, não intervindo directamente em negociações. Apesar de ter havido uma tentativa de aproximação ao Conselho de Concertação Social, foi muito difícil obter espaço para uma organização relativamente pequena face à influência de centrais sindicais como a CGTP e a UGT.

Mas não temos como objectivo negociar. O nosso esforço passa



© isto é

a qualidade da nossa intervenção, marcada essencialmente, como já referi, pelo estatuto de observador.

### Que temas vão ser abordados em congresso?

O tema do congresso poderá, à partida, parecer um pouco agressivo - e inclusivamente gerou-se uma discussão interna relativamente a essa questão -, mas resume bem as preocupações da confederação: "Mais emprego, menos precaridade, mais desenvolvimento".

No entanto, o inquérito foi baseado exclusivamente numa amostra de quadros sindicalizados, o que não nos permitiu obter uma leitura mais representativa. Nesse sentido, estamos a pensar em pedir um esforço aos sindicatos do sector no sentido de nos ajudarem a completar a amostra e obter resultados com uma margem de erro aceitável, inferior a quatro por cento.

Outra das conclusões interessantes retiradas deste inquérito é que, ao contrário do que possa pensar-se, a precaridade de emprego

ao nível dos quadros é maior nas empresas públicas do que nas empresas privadas. Esta ainda não é uma conclusão definitiva, já que o número de respostas por parte de quadros do sector privado é diminuta, mas parece constituir uma tendência bastante clara.

**Este vai ser o último congresso com o Agostinho Santos Silva na presidência da confederação. Decidiu que era tempo de passar o testemunho?**

Sim. A actual direcção vai propôr uma lista de candidatura, na qual colaborei o mais activamente que pude, para a constituição de uma nova direcção. Entendo que a minha saída resulta de uma necessidade de renovação e julgo que os motivos para a minha saída foram compreendidos pelos elementos da confederação. Quero continuar a dar o meu contributo mas não enquanto membro da direcção.

É um processo de renovação que, na minha opinião, deverá conservar um núcleo forte, activo, que transite da direcção anterior, apostando, ao mesmo tempo, na entrada de novos elementos. Substituir uma direcção de uma assentada é tão mau como manter as mesmas pessoas indefinidamente. E estou convicto de que esta direcção sairá fortalecida em relação à anterior.

**Os quadros em Portugal e na Europa**

**Qual é a taxa de colocação de quadros em Portugal por comparação à média europeia?**

A percentagem de quadros superiores em Portugal é ainda muito baixa se a compararmos com a dos países europeus e outros tecnologicamen-



© isto é

te e economicamente mais fortes (se são ou não mais desenvolvidos isso é uma questão discutível...).

Devo referir que o conceito de quadro não é igual em todos os países. Em Portugal designa-se habitualmente por quadro um profissional licenciado; em França usa-se também a expressão "cadre", mas mais para designar um cargo de chefia; já na língua inglesa, por exemplo, não existe qualquer designação equivalente.

Além disso, vai-se verificando um esbatimento progressivo entre estas carreiras e as carreiras altamente



© isto é

qualificadas, entre os quadros superiores e os quadros intermédios. Os quadros intermédios têm tendência a desaparecer das empresas, já que há uma polarização dos dois sistemas, resultado sobretudo da evolução tecnológica, que dispensa, de forma crescente, os patamares intermédios na monitorização dos processos.

**Tem alguma ideia de qual poderá ser essa percentagem?**

Os números que temos não são totalmente fiáveis porque, tal como já referi, o próprio conceito de quadro não se enquadra nas estatísticas. Mas na nossa opinião esse número

**O salário mínimo nacional, por exemplo, é um terço ou um quarto do praticado em França, mas o presidente de uma empresa como os Correios recebe mais ou menos o equivalente ao seu congénere português."**



© isto é

deverá situar-se entre os quinze e os vinte por cento do total da população activa. Em países mais desenvolvidos essa percentagem atinge os trinta por cento.

Apesar de se ter verificado uma evolução sem precedentes do número de quadros presentes no mercado de trabalho, assiste-se, desde há cinco ou seis anos, a um ligeiro decréscimo do número de saídas profissionais de nível superior, com o número de pessoas formadas para o desemprego ou colocada em empregos que não correspondem às suas habilitações a aumentar progressivamente.

**Em que medida varia essa percentagem entre o sector público e o sector privado?**

Não detectamos, através do nosso trabalho, referências suficientes que possam clarificar essa diferença. Mas um dado é certo: no sector privado os vínculos contratuais dos quadros são mais estáveis, ao contrário do que acontece com os restantes trabalhadores.

**Não pensa que a discrepância de salários entre quadros e trabalhadores de base é demasiado alta?**

Sim. E essa discrepância é muito maior em Portugal do que noutros países, inclusivamente os mais desenvolvidos. O salário mínimo nacional, por exemplo, é um terço ou um quarto do praticado em França, mas o presidente de uma empresa como os Correios recebe mais ou menos o equivalente ao seu congénere português.

**Acha que se justifica o pagamento de valores tão elevados? Essa discrepância não contribuirá para enfraquecer a relação entre chefias e trabalhadores?**

Esse é mais um dos problemas culturais do nosso país. Em Portugal considera-se que os decisores devem ser muito bem remunerados, mas essa opção não justifica o pagamento de salários tão elevados... E vai chegar-se a uma altura em que não será possível manter essa situação.

E estou de acordo consigo quando diz que esta discrepância é mais uma barreira entre quem gere e quem é gerido. Quando se pede poupança nas contas habitualmente essa medida destina-se apenas a alguns. No nosso país não existe uma cultura de gestão que entenda que para conseguir empenho por parte dos outros é preciso dar o exemplo, que parte, nomeadamente, do comportamento do dia-a-dia, muitas vezes de coisas aparentemente simples, como a forma de ganhar e de gastar o dinheiro...

**Há pouco pedi-lhe para comparar a percentagem do número de quadros em Portugal e nos países da UE. No próximo ano dez países da Europa de leste irão tornar-se membros de pleno direito da União. Qual é a presença de quadros nos países de leste e que efeitos poderá trazer a países periféricos como Portugal?**

Não conheço com exactidão o contexto desses países para adiantar um número. Os países de leste tinham um modelo educativo que não pode ser directamente comparado com o nosso, mas o facto é que ainda hoje tiram alguns benefícios desse sistema educativo. São países com uma taxa de alfabetização perto dos cem por cento, uma formação técnica elevada e uma grande taxa de licenciados. A abertura dos países da UE a leste vai certa-



mente gerar algum impacto, principalmente em países como Portugal, que pode estar num patamar de desenvolvimento ligeiramente superior mas possui um baixo nível de formação geral da população.

#### Produtividade versus gestão

##### Onde é que Portugal regista a sua principal debilidade?

Não tenho pretensão de ter uma resposta qualificada para essa questão, mas vamos-nos confrontando com sinais negativos que nos mostram que este, certamente, não é o caminho...

Um desses sinais prende-se com a forma como abordamos a gestão e a participação na gestão. E se me refiro mais concretamente ao papel dos quadros, poderia referir-me também ao dos trabalhadores qualificados em geral. Quer no sector público quer no sector privado verificamos que, em geral, as administrações têm receio de ser confrontadas com a energia criativa das pessoas. Em vez de serem chamadas a participar - diria quase a protestar, se for caso disso -, as pessoas habitualmente limitam-se a fazer o que lhes mandam.

Aqui há uns anos foi publicado um livro, chamado Em Busca da Excelência, que abordava os casos de historiais de sucesso prolongado de algumas empresas americanas e onde se percebia que o factor que as diferenciava era o modelo de gestão, de preservação e de desenvolvimento do conhecimento. Ora não é possível desenvolver o capital de conhecimento de uma empresa amordaçando as pessoas... É necessário haver elementos que tomem iniciativas, mesmo contra a opinião dos gestores, que pensem,

que criem... São estas pessoas que fazem falta em Portugal.

Na minha opinião, um dos primeiros passos para inverter este marasmo seria criar condições para que os quadros qualificados pudessem ter uma intervenção mais activa, e isso passa por negociar estratégias com as pessoas. E esta prática não existe no nosso país, ninguém fala com ninguém.

##### Não pensa que esta questão à volta da produtividade nacional estará a ser abordada de uma forma um tanto ou quanto demagógica, isto é, com a tónica posta exclusivamente na produtividade dos trabalhadores e não no processo organizativo e na gestão dos recursos?

Sim, e a confederação de quadros já denunciou isso mesmo, engrossando o coro de protestos que continuam a afirmar que a produtividade não está directamente relacionada com as leis do trabalho. A lei não altera o nosso principal ponto fraco que é a fraca capacidade de gestão e de visão estratégica dos gestores e dos governantes no sentido de aproveitarem as potencialidades do país.

Essa falta de estratégia é visível, nomeadamente, na formação profissional, que os trabalhadores têm praticamente de andar a mendigar... Quanto mais não seja por uma questão de inteligência, os gestores deveriam dar mais importância ao diálogo e à negociação com os trabalhadores.

##### Uma das questões mais abordadas recentemente tem sido a progressão por mérito na administração pública. Qual é a vossa opinião nesta matéria?

## "Quanto mais não seja por uma questão de inteligência, os gestores deveriam dar mais importância ao diálogo e à negociação com os trabalhadores."

A Confederação de Quadros não defende a instauração de uma meritocracia, embora concorde que ele seja melhor do que uma autocracia. Mas sabemos que a avaliação do mérito pode, por vezes, ter contornos desviantes, como é o caso dos rankings das escolas, que por alguma razão tem sido contestada. Avaliar a qualidade de uma escola com base nos resultados dos exames é algo que não só é injusto como ineficaz. A questão do mérito é, apesar de tudo, um mal menor. A avaliação global das escolas deve ser feita, mas partindo de um modelo que



© Isto é



© Isto é

permita fazer isso de uma forma justa, acordada entre as partes.

Numa empresa também é possível avaliar o mérito com base numa avaliação objectiva, mas partindo de um plano de trabalho previamente negociado entre as partes - e sublinho a palavra negociado. Porém, não há nenhum método perfeito. A minha experiência de gestor diz-me que esta é uma abordagem difícil, porque há sempre quem fique descontente. mas um modelo que não seja aceite por ambas as partes é bom.

##### O ensino superior irá atravessar mudanças significativas na Europa, consequência nomeadamente do actual processo de convergência para o sector e da proposta americana na Organização Mundial de Comércio de mercadorização dos serviços educativos a nível mundial. Não se estará a potenciar um mercado educativo orientado para actividades comerciais lucrativas, provocando uma descida do nível geral da qualidade do ensino? Existe uma proposta para as licenciaturas se limitarem a três anos...

Devemos questionar-nos sobre o que significa ser mais ou menos especializado e se isso estará ou não relacionado com a qualidade do ensino. Quando entrei para os CTT o tempo médio de formação de um funcionário era de meio ano; nos últimos anos durava um mês e meio; hoje, recorrendo a ferramentas informáticas, o tempo dispendido na formação não ultrapassa uma semana. Querirá isso dizer que estes funcionários são menos especializados? Não necessariamente, porque para adquirirem estas competências em apenas uma semana precisaram de ter uma formação de base mais completa e actualizada do que os seus antecessores.

Quanto à padronização nivelada pelo baixo, como refere, é um esforço que os grandes deste mundo estão a tentar impôr para formar uma barreira maior entre a massa e a excelência, que cada vez mais vai estar apenas ao alcance de poucos. Nos Estados Unidos as melhores universidades são inatingíveis para a larga maioria das pessoas e já se fundem com as empresas de uma forma que em Portugal ainda nem se sonha... E essa é uma tendência inevitável.



Estou retornando do Fórum Social Mundial de Porto Alegre transbordante de entusiasmo que, de tão grande, precisa ser compartilhado. Eis porque lhes escrevo, companheiros e companheiras leitores e leitoras da Página da Educação.

Cem mil pessoas, vindas de todos os cantos do mundo, ali se reuniram para pensarem juntas um mundo melhor, congregadas pela esperança de que é possível se construir um mundo melhor. Eram homens e mulheres; jovens, idosos e crianças; europeus, africanos, latino-americanos, norte-americanos, asiáticos, eurásianos e, quem sabe, até alguns extra-terrestres.

O que havia de comum entre tantas diferentes pessoas? Respondo eu, que o que o ser humano tem de melhor – a generosidade, a solidariedade, a capacidade de compartilhar, de doar-se, a esperança e a capacidade de lutar por um mundo melhor.

Estas cem mil pessoas que circulavam nos diferentes espaços em que aconteciam conferências, debates, mesas-redondas, painéis, entremeados por shows musicais e teatrais e cinematográficos e por simples e cotidianos encontros, no dia 23 foram se aproximando do ponto de encontro para a Passeata pela Paz. Cada grupo carregava as suas bandeiras, suas pa-

## Postal de Porto Alegre



lavras de ordem e seus cantos. Quilômetros do centro da cidade cobertos pelo colorido das bandeiras pelas cores diferentes das peles e dos cabelos, pelo desenho diferente das roupas que se mesclavam num imenso rio multicultural. Diferentes nacionalidades, diferentes etnias, diferentes ritmos, diferentes línguas, que compunham um desenho multicolorido mostrando que a paz é multicolorida pois é o resultado do mais rico processo de hibridização de que se tem notícia.

Ali estavam palestinos e israelenses, ali estava o MST do Brasil e o MST do Paraguai, ali estavam catadoras de lixo e um grupo de poetas, ali estava a CUT, o PC do B e o PSTU, ali estava a população de Porto Alegre aplaudindo a massa colorida que passava.

No dia seguinte, a mesma multidão convergiu no final da tarde para um imenso espaço denominado Pôr do Sol, para ouvir o Lula, para ouvir a sua explicação para ir a Davos, o que tantos e tantas discordavam que o fizesse. Era a hora do pôr do sol, o Lula falava e a energia que circulava era tão forte que entrava pelos corpos e se espalhava pela terra e produzia uma luminosidade que a todos emocionava. E a palavra de Lula ia convencendo os mais resistentes, que os outros já há muito estavam convencidos, da importância de se apresentar em Davos, não como devedor, destino esperado de um representante do Terceiro Mundo, mas como credor, que vem altivamente para, em nome dos povos deserdados da terra, cobrar

uma velha conta. Seu discurso foi doce mas firme, amoroso mas contundente, sem deixar qualquer dúvida do papel que primeiro o Brasil, mas agora o mundo lhe outorgava.

Era o estadista do mundo que falava e que nos enchia de orgulho.

Eu poderia falar nos brilhantes conferencistas, na fala de portugueses como Boaventura Santos ou Mário Soares, de norte-americanos como Noam Chomsky ou Fredric Jameson, de uruguaios como Eduardo Galeano, de argentinos como Fernando Solanas ou Adolfo Perez Esquivel, de franceses como Armand Mattelard ou Ignácio Ramonet, de egípcios como Samir Amin, de africanos como Willy Madisha, de Susana George das Filipinas, de Tarik Ali do Paquistão, de Isztvan Mészáros da Inglaterra e de tantos e tantas outros que traziam as suas experiências e as suas esperanças para generosamente compartilhar.

Mas a grande estrela foi o Lula, esperança do mundo por um mundo melhor.

Um outro mundo é possível  
Un outro mundo es posible  
Un autre monde est possible  
Another world is possible

Este slogan carregamos cada um de nós e nos inspira por continuar a lutar.

### POSTAL de Porto Alegre

Regina Leite Garcia  
Universidade Federal  
Fluminense, Brasil



### Editora Profedições Livros em venda directa \*

**A escola da nossa saude** · Luís Souta · Preço 5,00 € :: **A escola para todos e a excelência académica** · António Magalhães · Stephen Stoer · Preço 6,00 € :: **Carta de chamada: depoimento da última emigrante portuguesa em Habana** · Aurélio Franco Loredo · Preço 4,00 € :: **Como era quando não era o que sou: o crescimento das crianças** · Raúl Iturra · Preço 5,00 € :: **Educação intercultural: utopia ou realidade** · Américo Nunes Peres · Preço 8,00 € :: **Escolas superiores de educação e ensino politécnico: uma década de debates, algumas polémicas e crítica que baste** · Luís Souta · Preço 3,00 € :: **Fiat Lux: regime disciplinar dos alunos e regime de autonomia das escolas** · Manuel Reis · Preço 3,00 € :: **Multiculturalidade & Educação** · Luís Souta · Preço 6,00 € :: **Orgulhosamente filhos de Rousseau** · António Magalhães · Stephen Stoer · Preço 3,00 € :: **Paixão segundo José Saramago** · Conceição Madruga · Preço 4,00 € :: **Pedagogia para a igualdade, uma escola não sexista** · Iracema Santos Clara · Maria Manuela Silva · Ariana Cosme · Preço 2,00 € :: **Por uma escola para todos** · Unidade didáctica · Preço 2,00 € :: **Por uma pedagogia da não violência** · Unidade didáctica · Preço 2,00 € :: **Princípios e orientações para a administração da escola secundária** · Eurico Pina Cabral · Preço 3,00 € :: **Quando eu for grande quero ir à Primavera e outras histórias** · José Pacheco · Preço 7,00 € :: **Ser igual ser diferente, encruzilhadas da identidade** · Ricardo Vieira · Preço 4,00 € :: **Viver Abril com Zeca Afonso** · Unidade didáctica · Preço 2,00 € :: **Pensar o ensino básico** · vários · Preço 5,00 € :: **Por falar em formação centrada na escola** · Manuel Matos · Preço 6,00 €



**Pacote:** 1 exemplar de cada um dos livros desta lista (18 títulos) - Preço único 50,00 €

(Envie cheque em nome de Profedições, lda, no valor de 50,00 €, indicado: quero receber o pacote dos livros indicados na venda directa).

**Nota:** Os preços indicados correspondem à venda directa e têm cerca de 50% de desconto em relação ao preço de venda nas livrarias. Podem ser enviados contra cheque passado em nome da Profedições ou à cobrança. Os pedidos podem ser feitos por qualquer dos endereços indicados no boletim de assinatura de a PÁGINA.

### Boletim de Assinatura

#### Pedidos de LIVROS e JORNAIS

Cheques em nome de Profedições, lda.  
Rua D. Manuel II, 51 C  
2º andar · sala 2.5  
4050-345 PORTO  
Tel.: 226002790  
Fax: 226070531  
E-mail: apagina@spn.pt

Venho comunicar-vos que quero ser assinante do jornal a PÁGINA da educação

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Assinatura por:

1 ano \_\_\_\_\_ de 2003 a \_\_\_\_\_ de 2004 | 20 €  
2 anos \_\_\_\_\_ de 2003 a \_\_\_\_\_ de 2005 | 35 €

Cheque nº \_\_\_\_\_ do Banco \_\_\_\_\_

Em nome de Profedições, lda.



Voluntários da Liga Portuguesa Contra o Cancro

## A militância da ternura

A correr o mais depressa que as pernas deixam, um miudinho, franzino, irrompe pelo corredor fora. Atrás a mãe esbaforida ralha: “Espera!” Mas a corrida continua e a criança só pára às pernas da “avó” Geninha.

Quando começou a fazer voluntariado no Instituto Português de Oncologia (IPO), no Porto, há 21 anos, Eugénia Ribeiro era “Gena” para quem a quisesse chamar. Com o passar do tempo foi rebaptizada de “tia” Geninha. Aos 73 anos Geninha é “avó”. É também a coordenadora das voluntárias da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) que prestam apoio ao serviço de pediatria naquele hospital. Mas este é apenas um dos serviços assegurados pelos 450 voluntários da Liga no IPO. Existem outros.

À chegada ao hospital é impossível não reparar no serviço de acolhimento. Há um voluntário em cada canto para encaminhar as pessoas para os serviços que procuram. “Do doutor ao analfabeto, todos ficam desorientados quando aqui chegam, sejam doentes ou familiares”, explica Dinora Freitas, voluntária há 22 anos e coordenadora deste serviço. As voluntárias sabem que o cancro ainda é um tabu e que há um estigma em torno da sigla IPO. Daí que para Dinora a simpatia e a prestabilidade sejam essenciais para quem se vê forçado a percorrer os corredores do IPO.

A par do acolhimento, a linha da frente do voluntariado, existe ainda um outro serviço que salta à vista: o

café com leite. A Liga dispõe de seis carrinhos que percorrem os meandros do hospital a distribuir café com leite e bolachas, gratuitamente. Todos podem ser clientes deste serviço: quem aguarda por consultas, os acompanhantes e o pessoal hospitalar. Só que os voluntários não ficam à espera que as pessoas se dirijam ao carrinho; vão ter com elas e perguntam: “Não quer tomar um cafezinho?”

Menos visíveis são os serviços de visita às enfermarias e o acompanhamento de doentes e seus familiares. Mas requerem uma boa preparação por parte das voluntárias. A primeira lição sobre como apoiar consiste em desmistificar o cancro. Geninha não deixa margem para dúvidas: “Aqui ninguém é coitadinho.” No seu português do Brasil a voluntária esclarece que “estar doente é um percalço que qualquer um pode

ter” e insiste: “Ninguém é doente, as pessoas ficam doentes.”

Desmistificar não significa, contudo, desvalorizar o sofrimento dos doentes e dos que os acompanham. Esta é a segunda lição. “Não podemos bater nas costas das pessoas e dizer que isto vai passar, devemos antes transmitir confiança e tranquilidade”, ensina Dinora. A função do voluntário no que toca ao seu relacionamento com doentes e família é ouvir o que estes têm a dizer sem curiosidade de saber para além do que é contado. Sem dar conselhos e sem interferir na questão médica. “Muitas vezes os pais das crianças vêm ter comigo e dizem que o médico sugeriu determinado tratamento e depois perguntam: se fosse teu filho o que fazias?” A resposta só pode ser uma e Geninha não hesita em dá-la: “A decisão tem de ser vossa!”

### “Boa disposição controlada”

Local de cura para uns, de doença para outros, o IPO carrega em si um quê de tristeza inevitável. As voluntárias sabem-no bem. A sua presença e amabilidade servem para amenizar a atmosfera hospitalar. Para isso é essencial ter uma “boa disposição controlada”, explica Dinora. E uma “apresentação cuidada, mas sem exageros”, acrescenta Geninha. Características estéticas que não maquillam uma outra qualidade vital para o exercício do voluntariado no IPO: “força interior”, avisa Geninha. “Não é qualquer pessoa que consegue ser voluntária neste hospital”, garante. A experiência ensinou-as que é preciso dar muita atenção às recaídas que se sucedem a períodos de relativa melhora. Quando isto acontece nas crianças “muitas recusam os tratamentos porque estão cansadas”, observa Geninha. Neste caso “não devemos forçar a criança a fazer o que *a priori* não quer”, alerta. “Devemos contornar a situação com jeito.”

A recompensa por esse “jeitinho” vem do reconhecimento do pessoal médico e dos doentes, dizem as voluntárias. Muitos voltam ao hospital com o único intuito de as visitar e de agradecer, mais uma vez, os seus cuidados. E é por isso que o miudinho franzino corre em direcção às pernas da “avó” Geninha abraçando-as como se tivesse acabado de cortar a meta.



### Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro

**Tipo:** Instituição de Utilidade Pública

**Objectivos:** Desmistificar o cancro promovendo uma imagem realista da sua natureza e causas, mas também apostar na sua prevenção, tratamento e cura.

**Direcção:** José Cardoso da Silva  
Morada: Estrada Interior da Circunvalação 6657/ 4200-177 Porto  
Telefone: 225492423

**Página na Net:**  
[www.ligacontracancro.pt](http://www.ligacontracancro.pt)

## Imagens sociais dos professores

# Outros modos de ser professor

Ser professor já não parece ter a mesma aura de outrora. De uma profissão ambicionada e respeitada, a docência chega hoje a ser encarada como uma mera alternativa ao desemprego (como comprova um recente inquérito realizado aos docentes do ensino secundário, a cargo do Instituto Irene Lisboa e a pedido do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, onde cerca de dois terços dos professores deste nível de ensino admitiram ter escolhido a profissão por "inexistência de outras opções"). Ser professor hoje é diferente em relação ao que era? O prestígio social associado à profissão mantém-se? Ou os tempos mudaram e os jovens procuram hoje actividades que, mais do que conferir um determinado estatuto, sejam melhor remuneradas? Fomos ouvir algumas opiniões.



© isto é

Todos os dias, por volta das 6,30 da manhã, Elsa Soares deixa o conforto da casa para se aventurar em mais um dia de aulas. Apanha o comboio das sete para Ovar, onde chega cerca de 45 minutos mais tarde. Já a caminho da escola sobra ainda tempo para um café e uma curta leitura do jornal diário. Três, quatro, sete horas mais tarde, conforme o dia da semana, esta professora está de regresso ao Porto, onde reside, cansada de mais um dia de trabalho e de viagens. Um esforço, admite, que por vezes "não compensa".

"O mais desmotivante nesta profissão é talvez o facto de os alunos, a comunidade e o próprio ministério nem sempre reconhecerem o esforço diário de milhares de colegas na minha situação ou em condições precárias de emprego". Quotidianos de instabilidade e de desmotivação, desconhecidos da maioria da opinião pública, que fazem com que considere os jovens professores portugueses uma espécie de "heróis". O estatuto profissional é cada vez mais um documento de "boas intenções", explica com alguma indignação. "Os professores contratados praticamente só têm deveres; os direitos

estão a ser progressivamente alienados".

Apesar de, nos últimos tempos, se ter vindo a assistir a uma crescente desconfiança em torno da qualidade do ensino e dos próprios professores, Elsa Soares considera que a imagem positiva que estes têm junto da sociedade está "longe de se esgotar". E não há nada que retire à profissão a sua aura de romantismo: "Mesmo se por momentos pudéssemos estabelecer algum tipo de comparação com outras profissões socialmente relevantes, o acto de educar, pela sua própria natureza, continua a ser um dos mais belos e reconhecidos".

Apesar de concordar com esta opinião, Fernanda Santos, 46 anos, professora do 2º e 3º ciclo, diz que as palavras bonitas não podem inverter a progressiva deterioração das condições de trabalho dos professores, e principalmente dos que agora se iniciam na carreira. A precariedade da profissão é, na sua opinião, o factor que mais tem contribuído para a crescente desmotivação entre os mais novos e para a falta de candidatos que estejam "realmente à altura" do desafio que vão ter pela frente. O que depois acontece, prossegue, é "ver-

mos professores que não se adaptam ou que começam a ficar rapidamente desgastados".

A partir daí, conclui Fernanda Santos, não é difícil gerar-se um efeito "bola de neve" que conduz à progressiva "desconfiança" relativamente à prestação dos professores e das escolas portuguesas, o que, por sua vez, vai "retirando prestígio" à classe no seio da opinião pública.

A avaliar pelas conclusões de um recente estudo coordenado pelo psiquiatra Rui Mota Cardoso sobre as origens de stress nos professores (ver entrevista com Mota Cardoso no número de Maio de 2002 da PÁGINA), as questões relacionadas com o estatuto profissional são as principais responsáveis pelo aparecimento de situações de stress com "algum significado" na profissão, sendo referidas por 33% dos inquiridos. A "estabilidade" e o "gradualismo nas mudanças" são dois dos factores apontados pelos professores como "essenciais à qualidade do seu desempenho".

### O mérito de persistir em ser professor

De acordo com a generalidade das opiniões recolhidas pela PÁGINA, a profissão está longe de perder o prestígio que desde sempre a caracterizou, mas longe vai o tempo em que ser professor era uma actividade amplamente reconhecida, valorizada e, por isso, procurada. Os professores mais ve-

disso, sublinha, o vínculo vitalício associado aos empregos do Estado é um "mito" que se tem dissipado e que contribui, em grande medida, para o facto de a docência ser olhada com cada vez menor apetência pelos jovens.

E a julgar pela opinião dos próprios, esta professora não andarão longe da verdade. Andreia Vasconcelos, 27 anos, desde há um ano com horário completo numa escola dos arredores do Porto, afirma que um dos principais responsáveis pela "crescente desvalorização" da profissão se deve precisamente a quem deveria incentivá-la: o Ministério da Educação.

"Num país onde mais de 15 mil professores ficam colocados no sistema de forma precária não se torna apetecível seguir uma carreira no ensino", diz. O reflexo desta política de desinvestimento está à vista. É que, apesar de a profissão ainda manter o seu prestígio, esta jovem professora considera que as áreas de trabalho mais conceituadas passaram a ser as engenharias e tudo o que se relaciona com o mundo da gestão e das finanças. Parece ser caso para dizer que "ser professor está fora de moda...".

Mas não é só em Portugal que a crise de identidade na profissão atinge níveis preocupantes. Em França, um estudo realizado em Agosto do ano passado pelo ministério da educação daquele país, citado pela Agência France-Press, revelava



© Isto é

lhos, que viveram esta lenta transmutação, consideram mesmo que ela perdeu algum "carisma".

É o caso de Carlos Pereira, 52 anos, professor do ensino secundário, que diz ainda recordar-se da espécie de "sentimento de admiração" com que as pessoas olhavam um professor, mesmo tratando-se do seu início da carreira, como lhe aconteceu aos 23 anos. Actualmente, refere com alguma mágoa, "os pais chegam a ir à escola bater nos professores", facto que revela, na sua opinião, a perda do "poder simbólico" que a classe detinha.

"Hoje em dia só escolhe a profissão quem realmente sente vocação ou quem tem algum estômago para aguentá-la", afirma por seu lado Elizabeth Soares, 49 anos, professora desde 1974. Quando começou a dar aulas, explica, a docência era encarada como uma "garantia de futuro" e estava equiparada a outras profissões socialmente valorizadas como a medicina ou a advocacia.

Hoje, garante, os mais jovens "não ligam tanto ao prestígio" que isso lhes traga e procuram profissões que, acima de tudo, sejam melhor remuneradas e que não tragam tantas "aflições". Além

que, apesar de a maioria dos professores se mostrar satisfeito com a sua profissão, perto de 85% queixava-se que o seu trabalho "não é suficientemente reconhecido" pela sociedade e 51% achava que se verifica uma crescente "desvalorização da profissão".

E os alunos? O que pensam eles da profissão e do papel do professor? Desde quem encare o professor como uma figura ainda respeitada, aos que consideram como uma personagem em "desuso", que um dia será substituída por um computador-professor, as respostas variam e, por vezes, surpreendem.

Apesar de aparecer sempre referida na hierarquia das profissões associadas a um estatuto social mais elevado, foram poucos os alunos que mostraram vontade de trilhar o caminho dos seus professores. Num grupo de oito alunos entrevistados, apenas uma, a Célia Martins, aluna do 10º ano, está certa de querer fazer carreira no ensino, mesmo sabendo que é uma profissão "exigente" e que arranjar emprego na área nem sempre é fácil. De qualquer modo, garante, "a decisão está tomada".



# A reforma curricular no ensino secundário e a extinção do curso tecnológico de mecânica

Esta pretensão ministerial, que tanto toca todos os colegas da área de mecânica ( 2º Grupo-A e 12º Grupo-A ), surge na continuação de muitas outras anunciadas por sucessivos ministros da educação ao longo das últimas décadas e que com certeza não chocaram da mesma maneira muitos colegas, porque aparentemente não lhes diziam tão directamente respeito.

Há dois factores absolutamente letais que fazem com que medidas deste tipo surjam e que justificam o atraso que se verifica no nosso país ao nível da educação dos cidadãos e ao nível da qualificação profissional e do desenvolvimento tecnológico:

— Nos últimos vinte e cinco anos o nosso país nunca teve uma política educativa coerente, com objectivos bem definidos e um período de vigência mais ou menos programado, que pudesse desenvolver-se mais depressa ou mais devagar, conforme os sucessivos governos do país, mas que mantivesse sempre o seu rumo. Aquilo que temos tido sempre são apenas medidas educativas, completamente subsidiárias de políticas económicas e financeiras de momento e ainda de estratégias políticas dos sucessivos governos, que se sucedem por vezes a ritmo alucinante para padrões de tempo histórico, sem que se faça qualquer avaliação do efeito das medidas tomadas anteriormente;

— No mesmo período de tempo e na generalidade dos sucessivos governos sempre se evidenciou a falta de coordenação entre as políticas dos diferentes ministérios, não sendo nada difícil encontrar declarações completamente contraditórias entre responsáveis de pastas como a educação, a economia, o trabalho e o emprego;

Tentarei mostrar que são fundamentalmente estes dois factores que estão por trás desta pretensão de extinção do Curso Tecnológico de Mecânica:

— Tem sido repetidamente dito ao nível dos responsáveis da economia e do emprego que o desenvolvimento do país e a sua aproximação ao nível dos outros parceiros comunitários, passa por modificações estruturais na nossa indústria, com o empenho e investimento na qualidade e em tecnologias de ponta, abandonando o recurso a mão-de-obra barata e pouco qualificada e apostando na formação de quadros intermédios. O vasto campo da mecânica tem aqui um papel fundamental e insubstituível. Como resposta a este desafio essencial o ministério da Educação extingue o Curso Tecnológico de Mecânica do ensino secundário;

— Já há alguns anos que especialistas em trabalho e emprego afirmam que áreas como a electrónica e a informática, no campo das novas tecnologias, deixam de fazer grande sentido como áreas puras de formação, mas passam a fazer todo o sentido como áreas de aplicação ao desenvolvimento e modernização tecnológicos na indústria e consequentemente no vasto campo da Mecânica aí predominante. Como resposta, o ministério da Educação mantém os Cursos Tecnológicos de Electricidade/Electrónica e de Informática, mas extingue o Curso Tecnológico de Mecânica;

— Ao nível do acesso ao ensino superior os cursos de engenharia são dos que têm apresentado médias de ingresso mais acessíveis porque a oferta de cursos continua a ser maior que a procura. Os engenheiros recém-formados não têm dificuldades em arranjar emprego logo à saída das faculdades. É opinião generalizada ao nível das instituições de ensino superior que os alunos do Curso Tecnológico de Mecânica apresentam uma preparação que os alunos dos cursos de prosseguimento de estudos não têm. É fundamental e urgente que se formem quadros intermédios na vasta área de mecânica. O número de escolas e centros profissionais que formam técnicos de nível III nesta área é bastante reduzido, tomando o País no seu todo. As escolas secundárias com o Curso Tecnológico de Mecânica asseguram as duas situações referidas anteriormente. Por um lado fornecem alunos aos cursos de engenharia do ensino superior, por outro lado formam técnicos com qualificação profissional de nível III, assegurando a realização de um estágio de três meses após o curso. Como resposta às necessidades o Ministério da Educação extingue o Curso Tecnológico de Mecânica;

— No dia 13 de Novembro de 2002 a nossa escola foi convidada a levar os alunos do Curso Tecnológico de Mecânica à Exponor, numa acção organiza-

da pelo CATIM – Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica, sob o lema “Metalurgia e Metalomecânica – Um Sector com Futuro” e no âmbito da Exposição Internacional de Máquinas-Ferramenta. Esta acção teve o apoio da AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, da ANEM – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, do Ministério do Emprego e ainda o alto patrocínio do Presidente da República. Após uma visita à exposição, mais de mil alunos provenientes de escolas de diferentes pontos do país, todos da área de mecânica, foram concentrados no grande auditório, sendo incentivados por responsáveis das diferentes entidades referidas anteriormente a prosseguir com êxito os seus estudos. Também as escolas foram incentivadas a promover os cursos da área de mecânica. No prosseguimento destes esforços o ministério da Educação pretende extinguir o Curso Tecnológico de Mecânica;

— Adoptando uma postura de tentar compreender alguns especialistas de gabinete em pedagogia, cujas teorias são aproveitadas pelo ministério da Educação quando convém, poder-se-ia hesitar perante um postulado do estilo – “A formação académica no ensino secundário deve ter um carácter mais generalista não entrando em especializações técnicas da competência de outras instituições ou graus de ensino”. Mas, neste caso, porque é que na proposta do ministério da Educação continuam a existir, por exemplo, os Cursos Tecnológicos de Electricidade/Electrónica e de Informática? Mais ainda, pretende o ministério da Educação alargar a atribuição da qualificação profissional de nível III a todos os alunos, obrigando todos a fazer o estágio em empresa, para que tenham os cursos tecnológicos concluídos;

— Verificando-se a falta de fundamentação do argumento anterior, só resta tentar encontrar uma outra justificação para a pretensão do ministério da Educação. As turmas do Curso Tecnológico de Mecânica das nossas escolas têm poucos alunos. É um facto que as turmas das áreas tecnológicas mais tradicionais – electricidade e mecânica – têm menos alunos inscritos do que as outras áreas. Este facto não deve ser imputado às escolas, que tudo fa-

zem para divulgar os cursos, mas sim às medidas educativas dos sucessivos governos das últimas décadas. Muito do atraso que apresentamos em relação a sistemas educativos de outros países deve-se a uma confusão básica dos nossos dirigentes políticos em torno de dois conceitos: “igualdade de oportunidades no acesso à educação” e “uma educação igual para todos”. São conceitos completamente distintos, mas muitos dos nossos governantes, daltónicamente, a pensar no primeiro conceito acabaram por aplicar o segundo. Ao longo de sucessivos anos a prática educativa acabou por incutir, sobretudo nos encarregados de educação mas também nos alunos, a ideia de que o ensino secundário servia na melhor das hipóteses para levar os alunos ao ensino superior e na pior das hipóteses para dar um emprego “limpo” atrás de uma secretária, de preferência com um computador em cima. Daí a falta que se faz sentir no nosso país de técnicos intermédios e a pouca procura de cursos que à primeira vista não são socialmente muito bem vistos. Perante estes factos só há dois caminhos a seguir. Procurar combater o atraso tecnológico e seguir o caminho do desenvolvimento, incentivando e promovendo os cursos da área de mecânica, como propuseram os promotores da acção “Metalurgia e Metalomecânica – Um Sector com Futuro”, no dia 13 de Novembro de 2002 na Exponor, é a opção lógica e certa. Navegar na estagnação, enterrando a cabeça na areia e tomando a posição que de imediato é mais fácil, extinguindo o curso Tecnológico de Mecânica, é a opção do ministério da Educação;

— Por fim, surge o fantasma tutelar da ministra das Finanças que desencadeia um último possível argumento a favor da extinção. O Curso Tecnológico de Mecânica fica muito caro ao Estado devido ao investimento que é necessário fazer em equipamento e materiais. Mas, neste caso, porque é tomada agora esta decisão e não há dez ou cinco anos atrás? É que o ministério da Educação nunca investiu de uma forma séria nos equipamentos dos cursos tecnológicos e particularmente na área de mecânica nas duas últimas décadas. Na generalidade, o pouco equipamento fornecido às escolas foi sempre de fraca qualidade e tecnologicamente pouco evoluído. O grosso do reapetre-

## OPINIÃO

Noel Maria Carvalho  
de Miranda  
Escola Secundária  
de Rocha Peixoto

## Por um ensino democrático

chamento e modernização foi conseguido nos últimos quinze anos graças ao trabalho dedicado dos conselhos executivos das escolas e dos colegas do 2º Grupo-A e 12º Grupo-A que, através de sucessivas candidaturas a programas do Fundo Social Europeu, foram suprimindo as enormes lacunas existentes a nível laboratorial e oficial. Será que a decisão é tomada agora porque em

**... o desenvolvimento do País e a sua aproximação ao nível dos outros parceiros comunitários, passa por modificações estruturais na nossa indústria, com o empenho e investimento na qualidade e em tecnologias de ponta, abandonando o recurso a mão-de-obra barata e pouco qualificada ..**

2006 acabam os programas comunitários e o Ministério da Educação não vê forma de se assumir como alternativa às fontes actuais de financiamento, diluindo e disfarçando no tempo, aos olhos dos interessados e da opinião pública, a relação causa-efeito?

Em jeito de conclusão pode-se afirmar que esta decisão a ser tomada terá efeitos profundamente negativos a nível da educação, sector há muito tempo sem rumo no nosso País e que continuará hipotecado enquanto for considerado um fardo de despesas e não um sector estratégico de desenvolvimento. Estes efeitos nefastos transmitir-se-ão inevitavelmente ao sector produtivo, com reflexos imediatos no desenvolvimento tecnológico e na qualidade dos serviços prestados.

Infelizmente pressinto que nada disto afligirá significativamente os nossos governantes. Continuarão a aparecer nos telejornais, sorridentes, gabando as virtudes do desenvolvimento tecnológico de meia dúzia de empresas visitadas e apontadas à opinião pública como exemplos, ao mesmo tempo que em todo o país a grande maioria das empresas se continuará a arrastar em situação de desvantagem na concorrência aberta com as congéneres de outros países, aproveitando o último fôlego pouco edificante da mão de obra barata, enquanto não chegam os processos de falência, umas vezes fraudulentas, outras vezes inevitáveis.



© Isto é

Actualmente, tudo aponta para uma sociedade a privilegiar o sucesso individual e o isolamento da pessoa humana face ao colectivo. Os fantasmas do comunismo alimentados pelo "establishment", o poder instituído, servem sobretudo para enfatizar as supostas virtualidades da sociedade ocidental em oposição a outros modelos de formulação social, cuja concretização histórica não encontrou resposta nas populações, por força de vontades singulares e não pela menor vitalidade das ideias. Ou seja, o falhanço do socialismo deveu-se, exactamente, ao que motiva as enormes disparidades sociais e humanas nas actuais sociedades ditas demo-liberais.

Neste contexto, o papel do ensino pode seguir dois caminhos: o do seguidismo fácil, enaltecendo as ideias força do capitalismo, da competição desenfreada, da caridade como forma de reajustamento e acerto dos desníveis sócio-económicos, ou então, o da Escola a desempenhar o papel corrector de uma cultura decadente, promíscua e a atingir o paroxismo da hipocrisia, integrando num segundo momento, na sua dinâmica de processo, uma componente reformuladora que retome os valores verdadeiros da solidariedade, democracia, justiça social, aplicando-os em prol de uma humanidade mais justa e independente do atavismo dos conservadores reaccionários, subservientes aos designios do dinheiro, às manobras do capital, aos negócios subterrâneos da droga e das armas, só por si fazedores de guerras, terrorismo e morte.

Pode e deve a escola formar os jovens no sentido da cooperação entre homens, comunidades, países, valorizando nas suas componentes curriculares os conteúdos que proporcionem ao jovem a experiência e a vivência da liberdade, apetrechando-os intelectualmente de modo a serem capazes de discernir o uso indevido dos valores universais da Revolução Francesa, futuros adultos capazes de distinguir entre respeito e subserviência, humildade e humilhação, verdadeira inteligência de mera habilidade cognitiva, revolução de reacção, jovens politicamente activos, ou seja, capazes de intervir enquanto agentes transformadores do factor social, imunes aos virus da estupidez e da obtusidade cerebral inculcada pelos fazedores de notícias e de programas supostamente de entretenimento, manipulações publicitárias, falsos modelos de felicidade, uma falsidade exterior aos homens, só dependendo do valor dos números, e cuja principal finalidade é torná-los numa espécie de "robots" do futuro, clones eugénicos à medida do "Admirável Mundo Novo" de Aldous Huxley, mundo de mortos-vivos para onde caminhamos todos, à força dos aviões, das bombas, das armas nucleares dos poderosos, únicos argumentos dos fortes e ignorantes. E por força também de modelos errados de ensino, envoltos em falsos princípios de justiça a ocultar designios de selecção e exclusão, recuperando esse instrumento degradante que é o quadro de honra, onde meia dúzia de bons alunos são sujeitos à exposição do seu nome em oposição aos colegas de turma, quando deveriam ser publicados mapas de dificuldades a superar, tarefas a desempenhar pelas turmas, numa verdadeira estratégia de grupo, integradora, progressiva no conhecimento e, indubitavelmente, valorizadora do mérito. Mas sem quadros de honra, por favor! Sempre num esforço redimensionador dos currículos e filosofias que lhes estão subjacentes, na linha do humanismo e do reconstrucionismo, contrariando a tendência excessivamente directivista do ensino actual, não obstante as boas intenções das reformas curriculares iniciadas nos governos socialistas, anteriores à inversão à direita das últimas eleições, a complicar um processo de modernização já de si difícil e complexo, mesmo sem os preconceitos e demagogia próprios do actual governo.

Uma escola a trabalhar por uma sociedade mais humana, criativa, enaltecadora do eu mas sem perder de vista a dimensão social na formação de todos os jovens. Um ensino que nunca anatemize ideais cujos pressupostos assentam naquilo que há de mais valioso no ser humano: a liberdade, a fraternidade e a igualdade. Marcas de uma cultura e de um tempo, para sempre indeléveis.

### OPINIÃO

Paulo Frederico  
Ferreira Gonçalves  
Escola Básica 2/3 de  
S. Torcato, Guimarães



## OPINIÃO

Fernando Manuel  
Silva Pinto  
Eduador

## As «férias» dos educadores de infância

O prolongamento do calendário da educação pré-escolar, promulgado pelo Despacho nº 19310/2002, provocou uma situação de injustiça à educação pré-escolar.

Os educadores de infância têm realizado, ao longo dos últimos anos, um trabalho no sentido do desenvolvimento de uma educação pré-escolar com qualidade, promovendo actividades que estimulem o desenvolvimento global das crianças dos três aos 5 anos. A qualidade tem uma relação directa com a assunção de práticas educativas intencionais e sistemáticas, directamente ligadas a uma intervenção que implique observação, planificação e avaliação. Esta tríade, assim como a participação dos educadores nos órgãos de gestão e nas estruturas educativas dos agrupamentos de escolas, prevista no Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio, está posta em causa pelo despacho acima referido.

Ao contrário do que o Ministro da Educação afirmou, através dos órgãos de comunicação social, os educadores avaliam trimestralmente o desenvolvimento dos projectos realizados com as crianças no jardim de infância ou com outros elementos da comunidade educativa do agru-

pamento. A grande maioria dos educadores faz uma avaliação individual das crianças, não no sentido escolar do termo, mas numa perspectiva de conhecimento do nível de desenvolvimento das mesmas, para proporcionar uma planificação que vá de encontro às suas dificuldades e interesses.

Os educadores são profissionais responsáveis, não necessitam de imposições legais para pôr em prática processos educativos indutores de mudança e de melhoria de qualidade na sua intervenção.

Relativamente à componente sócio-educativa, convém lembrar que esta é da responsabilidade das autarquias e/ou associações de pais, conforme art.º 5º e 6º do Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, cabendo ao director

pedagógico do jardim de infância a coordenação das actividades desenvolvidas nesses tempos.

Numa amostra realizada aleatoriamente em jardins de infância da rede pública do distrito de Braga, verifiquei que a frequência das crianças baixou significativamente nos dias em que ocorreu a interrupção lectiva do Natal para o 1º ciclo do ensino básico. Apesar da amostra não ser significativa, não podendo ser generalizada ao nível do país, não tenho dúvidas que se fosse feita com um número representativo de instituições pré-escolares, o resultado seria semelhante. Constatei que, dos jardins de infância contactados, só um teve uma frequência aproximada da normal. Nos outros a redução foi de

100% ou muito próximo.

Se os educadores, neste período, estivessem reunidos nas diferentes estruturas educativas para avaliar o trabalho realizado, planificar as actividades que correspondam aos interesses das crianças ligadas às áreas de conteúdo em que manifestam mais dificuldades, previamente observadas/avaliadas, assim como planificar conjuntamente com os docentes do 1º ciclo para proporcionar uma transição o mais harmoniosa possível, não teriam sido remetidos para um papel de guarda de crianças, contra o qual se têm debatido ao longo dos últimos anos.

A educação pré-escolar sofreu um rude golpe na caminhada que os educadores vêm fazendo para prestigiar a sua actividade e demonstrar que uma educação pré-escolar de qualidade contribui sobremaneira para o futuro sucesso escolar das crianças e para a formação de cidadãos activos e conscientes do seu papel numa sociedade cada vez mais descaracterizada.

**Ao contrário do que o Ministro da Educação afirmou (...) os educadores avaliam trimestralmente o desenvolvimento dos projectos realizados com as crianças no jardim de infância e com outros elementos da comunidade educativa do agrupamento.**

### Direito à indignação

## O que falta no colégio D. Diogo de Sousa para receber o meu filho?

Para com as pessoas portadoras de deficiência tem, toda a humanidade, uma dívida impagável de séculos obscuros e tortuosos. Do apedrejamento até à morte em praça pública e ao abandono nas florestas, tudo foi permitido e legítimo. “O cego, o coxo, o deficiente mental” constituíam pela sua diferença uma provocação com direito à morte na fogueira da inquisição sob suspeita de bruxaria e pactos com o diabo.

No entanto, o tempo mostrou que a diferença é a única fonte de crescimento para cada um de nós. O grande desafio da humanidade será compreender, como Pierre Levy, que o “outro”, seja quem for, sabe coisas que eu não sei, constituindo, por isso, uma fonte inesgotável de sabedoria. As pessoas com deficiência já mostraram que são tão ou mais capazes de ter uma vida autónoma e feliz, como qualquer um de nós, que choramos porque está frio e temos saudades da chuva quando o sol arde.

Curiosamente, muitos anos depois de aprovadas em 1993 as “Normas sobre Igualdade de Oportuni-

dades para Pessoas com Deficiência” alguém, no colégio D. Diogo de Sousa, com responsabilidades pedagógicas, disse na minha cara, na do meu marido e da minha cunhada: -“O seu filho é deficiente e eu não aceito deficientes”.

No jornal fez questão de frisar que “todos já sabem como o colégio funciona e nem sequer os tentam inscrever”.

Hoje o problema identificado passou a ser outro. Fala-se na falta de condições para receber uma criança com Trissomia 21. Porque será?

Mas, afinal o que falta no Colégio D. Diogo de Sousa para receber o meu filho? Tem espaço interior e exterior de qualidade, lecciona todas as valências de ensino, tem um corpo docente estável, oferece actividades múltiplas de enriquecimento curricular e há até quem fale numa piscina para o próximo ano lectivo. É caso para dizer que todas as outras escolas terão que ser encerradas por falta de condições. Relativamente a docentes de apoio educativo restará apenas solicitá-lo à Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Braga que ainda há

três anos lá colocou um. Porque motivo se fala agora num contrato de associação, se o mesmo apenas prevê a gratuidade do ensino privado em zonas carecidas de escolas públicas? Esta é mais uma falsa questão. Não pretendi, nem pretendo, que o meu filho frequente o colégio gratuitamente. Além disso, há outros colégios na cidade de Braga e em todo o país, sem contrato de associação, onde estão crianças com deficiência e onde são colocados professores de apoio educativo. Porque razão seria o D. Diogo de Sousa uma excepção?

Custa-me muito acreditar que seerei a única mãe a não ter direito tal como prevê a Lei nº 9/97 de 19 de Março e 65/79 de 4 de Outubro a não poder escolher a escola que quero para o meu filho.

Na comunicação social, nos congressos e seminários deste país e do mundo, a todas as horas, se discute a escola multicultural e democrática. No entanto, para quem nunca ouviu falar de escola inclusiva e respeito pela diferença passo a citar Ana Maria Bernard da Costa: “A educação

inclusiva, ou seja, o direito de todas as crianças, independente dos problemas ou deficiências que possam frequentarem as escolas da sua área – as mesmas escolas para onde iriam se não tivessem qualquer problema ou deficiência – e o consequente direito de viverem na sua família, de participarem da sua comunidade, de conviverem com os seus vizinhos, é, antes de mais uma questão de direitos humanos. Decorre directamente da primeira frase da Declaração Universal dos Direitos do Homem onde se lê: -“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”.

Depois de tudo, não será caso para questionar: - Quem me perguntou se tinha condições para, no dia 25 de Abril de 2000 ser mãe de uma criança diferente? Quem me ensinou a amá-lo e a tratá-lo como igual? Pois, há questões para as quais nos escapam as respostas. É por isso que me apetece terminar com uma pergunta de José Torentino de Mendonça dirigida a quem nunca se questionou sobre o respeito: - “A que distância deixaste o coração?”

## OPINIÃO

Ângela Leite  
Educativa de Infância,  
mãe do Duarte

# À espera de Lula



## Guias Práticos de Informática

Margarida Magalhães  
Maria Clara Fernandes  
Maria João Barbot  
Victor Sarmento  
Porto Editora

Os guias práticos de informática da Porto Editora foram concebidos para ajudar o utilizador a realizar, passo a passo, as operações mais frequentes nos computadores pessoais: processador de texto, internet e e-mail, folha de cálculo, apresentações electrónicas e gestor de informação pessoal.



## Como Ajudar os Filhos no Estudo

Manuela Monteiro  
Porto Editora  
pp. 112

É comum ouvir os alunos lamentarem-se porque estudam e não obtêm os resultados esperados. Numa linguagem clara e acessível, os livros desta colecção visam ajudar os alunos a desenvolver um conjunto de técnicas e hábitos de estudo. Outros livros desta colecção: Como organizar o estudo; Como tirar apontamentos e fazer esquemas; Como preparar testes e exames.



## Memórias de História Natural

Colecção Ciência e Iluminismo  
Domingos Vandelli  
Porto Editora  
pp. 104

Domingos Vandelli notabilizou-se pelos diversos testemunhos que legou da sua sistemática e persistente actividade de inventário e descrição dos recursos naturais do reino e das colónias (...). Os textos agora reunidos, inéditos na sua maioria, inscrevem-se nessa tradição de escrita a que Vandelli se dedicou, sobretudo através da sua colaboração com a Academia Real das Ciências de Lisboa.



## Itinerários Histórico-naturais

José Correia da Serra  
Porto Editora  
pp. 104

O Abade Correia da Serra foi uma figura ligada às ideias liberais e maçónicas, criticou profundamente a situação estagnada da cultura portuguesa e procurou contribuir, de forma activa, para a integração de Portugal no novo contexto científico e intelectual europeu de finais do século XVIII. Com este livro pretende-se, no plano da investigação, "fixar" a sua obra, fundamentalmente na área da geologia, através dos seus manuscritos e publicações de viagens e de trabalhos de campo(...).



## A Comunidade Britânica no Porto

Inter-relações históricas, económicas, culturais e educativas  
Maria Guilhermina Bessa Gonçalves  
Edições Afrontamento  
pp. 284

O livro constitui uma análise, histórica, cultural e económica sobre o papel desempenhado por uma das mais importantes comunidades estrangeiras em Portugal e na cidade do Porto: a comunidade britânica.



## A Alegria de Ensinar

Rubem Alves  
Edições Asa  
pp. 95

"São textos que dizem a alegria e o sofrimento da relação pedagógica; as missões (im)possíveis dos educadores e dos professores. (...) São um modo de fuga ao labirinto pós-moderno em que nos vamos perdendo..."



O inimaginável interesse que os portugueses manifestaram, através dos diversos órgãos de comunicação social, desde o início da campanha eleitoral, pela ascensão de Lula da Silva à presidência do Brasil, será logo explicado pela excepcionalidade de um facto que ainda remetia a memória dos jornalistas

com mais de cinquenta anos para a ficção dos filmes "populistas" de Frank Capra, - como "Um Homem do Povo" ou "Peço a palavra" - nos quais o "impossível" acontecia: um "homem do povo" lograva galgar as fronteiras do "poder instalado", que o "costume" identificava como uma inerência das oligarquias.

Com efeito, havia de sensibilizar a opinião pública a singularidade desse facto único num país onde o Poder fora sempre uma emanção das classes dominantes, com o seu rosto militar ou civil, e precisara de esperar quase oitenta anos para ver despontar o "tempo fraternal", em que "qualquer brasileiro digno poderia governar o Brasil", como augurava Gilberto Freyre, num entusiástico poema de 1926... Pois bastava a expectativa para justificar as notícias, geralmente temperadas com uma interrogação ou uma dúvida: até que ponto os "donos do poder" permitiriam que a "torrente popular" de Lula da Silva chegasse à "foz".

No mesmo plano das expectativas, aliás, se colocavam as interrogações ideológicas comuns à Direita e à Esquerda, em que a apreensão, a dúvida e a esperança, perante uma erupção das "forças populares", abalavam igualmente os pressupostos da actual "lógica" das democracias europeias, segundo a qual já não é pensável uma revolução social, ou uma mudança que se lhe equipare, sem a participação ou o consentimento do poder militar. Os portugueses tinham o exemplo do "25 de Abril"...

Pois Lula chegou à presidência, cumprindo rigorosamente a "lógica" da democracia parlamentar (é sempre útil lembrar que há outras formas de democracia), e hoje, conservadores ou progressistas, todos esperam para ver o resultado final de uma esco-

lha feita pela primeira vez unanimemente por todos os eleitores pobres e também por muitos dos remediados, que constituem a maioria esmagadora do povo brasileiro.

É que a própria história do Brasil, designadamente a dos últimos cinquenta anos, faz de Lula um desafio

à lógica getuliana da "revolução de cima para baixo" e a si próprio: não se tendo apagado da memória colectiva desfechos como o desconcertante suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o exílio de João Goulart, devidos às pressões das forças económicas e militares, internas e externas, o desafio a que Lula se propôs, encorajado pela fé do seu povo até agora despojado de razões para acreditar numa mudança vinda de baixo para cima, é um desafio à sua capacidade e resistência para alterar o modelo dos regimes "vigilados" que até há pouco enformaram o Brasil

- e que reaparecem, ciclicamente, em quase toda a América Latina, como vulcões não extintos.

O que está hoje à prova e se espera, no Brasil e no mundo que a ele está ligado por interesses materiais ou culturais, como Portugal, é o resultado de uma desejável "solução social", sem tiros nem prisões, exigida pelo voto pacífico do povo em liberdade, que aspira a não ver repetidas as expectativas frustradas na Argentina, no Peru e no México ou no Chile "social" de Salvador Allende antes de Pinochet e Fujimori.

O que todo o mundo espera é que o presidente Lula - na "literatura de cordel" ele será cantado, certamente, como outro mítico "Cavaleiro da Esperança", em refigurada encarnação de Prestes, Villa ou Zapata - consiga provar que ainda é possível realizar uma verdadeira democracia plena, em que as sindromáticas contradições sociais sejam dirimidas por consenso; que a classe média é capaz de se pôr ao lado dos pobres; e que os ricos, transfigurados por uma súbita consciência recristianizada, podem evitar que a luta de classes se afirme, inelutavelmente, como uma alavanca da justiça social.



No centenário  
de nascimento de

# JOÃO GASPAR SIMÕES



Nascido na Figueira da Foz em 25 de Fevereiro de 1903 e falecido em Lisboa em Janeiro de 1987, João Gaspar Simões foi crítico literário, mas também dramaturgo, romancista, ensaísta e historiador da Literatura Portuguesa num percurso que se estendeu quase por sessenta anos bem contados. Polémico e ousado nas suas opiniões críticas e estéticas desde os tempos da revista *Presença*, que em 1928 fundou em Coimbra com José Régio e Branquinho da Fonseca, o autor da *História do Romance Português* nunca deixou de ser um dedicado estudioso do fenómeno literário e criador, impondo-se pela sua coerência e honestidade crítica, indiferente aos muitos remoques ou até insultos com que tantas vezes foi mimoseado.

Primeiro como leitor entusiasta e depois como autor e crítico, João Gaspar Simões desempenhou, durante toda a sua permanente e fecunda actividade em jornais e revistas literárias, um papel que foi único na cultura portuguesa do século passado e ao longo dos anos o seu nome e a sua influência afirmou-se em todos os quadrantes da nossa literatura. Ambíguo e contraditório, mas independente, lúcido e quase sempre muito atento, João Gaspar Simões congregou em si mesmo todos os defeitos e virtudes da função crítica por entre muitos sobressaltos e dificuldades. Contam-se por várias e variadas as polémicas em que teve de intervir, foram diversos os ataques pessoais à sua própria acção crítica, mas foram muitos mais os momentos que guardou de reconhecida atenção por parte de tantos autores, como confessa Pessoa numa carta de 26 de Junho de 1929, a propósito de *Temas*, um livro de ensaios em que Gaspar Simões publicou talvez um dos primeiros estudos sobre a poesia pessoana:

“Venho agradecer-lhe o seu livro *Temas* e não sei como lhe agradecer o estudo com que nele me honra. (...) Escreverei por ora, só do coração, e para assinalar o quanto me comoveu o estudo em me analisa. Sou, como é de ver, incompetente pelo desconhecimento íntimo que cada um, por lúcido que seja, tem de si mesmo, para medir com metro objectivo qual seja a porção de justiça abstracta com que concluiu a meu respeito. (...) Comoveu-me, digo, o seu estudo porque me trata como realidade espiritual e, por assim dizer, reconhece a minha existência como nação independente”.

Ainda hoje, sim, não há badanas, anúncios, folhetos ou contracapas de livros que não se transcrevam (em autores de todas as tendências e opções estéticas) as opiniões mais “simpáticas” ou “favoráveis” do autor de *Novos Temas*. Os quase sessenta anos de intensa actividade crítica foram muitos para um só homem (que acabou mesmo por ficar mais só nos anos derradeiros de vida) e tantas vezes foi vilipendiado sem razão, porque alguns não lhe regatearam insultos quando teve a coragem de dizer mal de A ou de B, condenar o livro X ou Z: o *Sainte-Beuve da Figueira* ou o *Moniz Barreto da Calçada das Necessidades*, o crítico “impressionista”, “ultrapassado” ou “arqueológico”, ou mais isto e mais aquilo, a verdade é que todos, cada qual a seu modo, tiraram partido e proveito do que João Gaspar Simões colocava em evidência, deixando na sombra os aspectos negativos que como crítico também salientava. Mas ~eram esses realmente os espinhos do crítico: é preciso ter muita coragem para aguentar e cumprir, através do exercício activo em muitos anos, o desempenho da crítica nesta terra em que saber criticar e saber aceitar as críticas sempre andou muito por baixo ou não é do nosso feitio.

No entanto, com razão ou sem ela, ninguém pode retirar a João Gaspar Simões um dos seus maiores méritos: o de ter sabido, nos altos e baixos da acção literária e crítica, mesmo com as frequentes contradições dos juízos críticos, na sua proclamada e constante teimosia em relação a valores estéticos que desde sempre defendeu, realizar a verdadeira função do crítico - ou seja, dizer em voz alta com o que estava ou não de acordo, o que era bom ou mau, o que era ter talento e o que não passava de uma simples mediocridade apadrinhada por compradinhos de outra ordem. E foi essa verdadeiramente a função da crítica em João Gaspar Simões: a de ter estado atento a tudo, não deixar passar em claro ou sem uma referência qualquer obra literária de qualidade. E mais ainda: soube preservar dos “maus fados” da nossa cultura um direito quase indispensável - o de saber assumir em termos profissionais uma actividade que teve e sempre tem os seus riscos. Mas, para se avaliar do valor e importância da obra realizada pelo autor de *Vestido de Noiva*, vale a pena ter em conta a sua própria actividade criadora e literária como escritor, crítico, ensaísta e tradutor.

Neste 2003 e na memória dos cem anos do seu nascimento, impõe-se evocar o exemplo e a obra de João Gaspar Simões e esperar que as suas obras sejam reeditadas ou estudado como merece o espólio literário (ou grande parte dele) que está silenciado numa sala com o seu próprio nome no Museu Municipal Santos Rocha, nessa Figueira da Foz onde nasceu e passou bons períodos de férias.



## Recordações do Minho Arcaico

Obras completas  
de Abel Salazar

No prosseguimento da publicação das “Obras Completas” de Abel Salazar (1889-1946), a “*Campo das Letras*” acaba de editar o IV volume *Recordações do Minho Arcaico*, acompanhado por um minucioso, longo e interessante prefácio do ensaísta e crítico Ramiro Teixeira. Os textos ou descrições impressionantes que foram antes publicados em jornal entre 1936 e 1937 (e reunidos pela primeira vez em livro numa edição da Tipografia Civilização - Porto, 1939) falam-nos de um Minho que já não existe, evoca usos, costumes e tradições que morreram com o correr dos tempos, mas ainda sabe bem ou é curioso conhecer a prosa (que não é ficcional, mas meramente descritiva) de Abel Salazar que, como se sabe, foi um criador multimodo e médico e cientista dos mais importantes da primeira metade do século XX. Mas se acaso não tivesse nascido em Portugal, onde durante anos foi perseguido política e intelectualmente, talvez a sua obra não se mostrasse “ultrapassada” como hoje se nos afigura (e isso mesmo, de algum modo, Ramiro Teixeira não deixa de pôr em evidência no seu prefácio deste IV volume). Porém, apesar de tudo, dizemos que vale a pena reler alguns pedaços de boa prosa literária que se revelam nas *Recordações do Minho Arcaico*, trazendo assim ao nosso convívio uma realidade passada e um mundo português felizmente bem longe da nossa memória.



Obras Completas  
de ABEL SALAZAR

**Recordações do Minho Arcaico**  
Prefácio de Ramiro Teixeira  
Ed. *Campo das Letras* / Porto, 2002

# “Intervenção Divina”

*You put a spell on me*

Há filmes assim. Que não nos largam, nem que passem dias, semanas, meses...anos(?). É o caso de “Intervenção Divina” de Elia Suleiman. Um filme palestino, imagine...e ainda por cima estreado em Portugal. E aquele último plano da mãe e filho a olharem para a panela de pressão e a mãe a dizer: “É melhor apagar, está quase a rebentar”. Posso dizer que nem que viva mais cem anos me vou esquecer...

Mas o melhor é deixar o realizador falar:

“Acabei de fazer explodir um tanque israelita. Por causa da guerra não pude fazê-lo em Israel, mas fi-lo num campo militar francês. Mesmo assim fiz de propósito. Cumprí a minha missão durante a visita de Ariel Sharon ao Eliseu. Com uma mistura de 75 Kg de explosivos e seis Kg de pó. Trabalho bem feito, sem nenhum rasto. Adeus, tanque! Se o meu pai ainda fosse vivo estaria orgulhoso de mim, ele que combateu com os resistentes em 1948 e foi torturado por soldados israelitas até ficar em coma, porque se recusava a denunciar El-Husseini, um líder político palestino da época.

Havia nove câmaras no “plateau”. Eu dirigia as operações: dava ordens, fazia a contagem decrescente antes da explosão e dizia “acção”, o que neste caso queria dizer “fogo”!

A nossa colaboração foi eficaz e produtiva. Ou melhor eficazmente destrutiva...” (Cahiers du Cinéma Maio de 2001)

«Quando o filme estreou em Cannes, eu e George Ibrahim, o Pai Natal do meu filme que é o director do “Al Kasaba” decidimos organizar a estreia do filme na Palestina em Julho, mas a reinvasão pô-la em causa. O exército israelita tinha dinamitado as entradas e saqueado o seu interior. O lugar foi reconstruído graças ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês e à Europa Cinemas, mas as barragens de estrada criaram tais engarrafamentos que temi que o projecto fosse impossível. Foi uma surpresa enorme ver a sala encher-se e as pessoas desafiarem o recolher obrigatório para ficar a discuti-lo no final... embora tivessem apreendido os códigos linguísticos e culturais de “Intervenção Divina”, os espectadores de Ramallah viram-no como um filme e aplaudiram-no onde nenhum outro público o fez, o momento onde Manal Khader franqueia num passo ligeiro a barragem. Esse pequeno passo, eles conhecem o seu peso, pois tinham-no dado para chegar ao cinema e teriam que o tornar a dar para regressar. Nesse pequeno território onde uma pequena parte da população pertence à classe média, os israelitas ficam

furiosos por ver palestinianos a viver bem, e as extorsões (roubos, vandalização de lugares culturais) são agora piores do que se passava quando realizei a “Intervenção Divina”. Mas mesmo que esta projecção fosse para mim um símbolo político, o entusiasmo dos espectadores despojou-me de todas as intenções “estratégicas!” (Cahiers du Cinéma, Dezembro de 2002)

“Não procurei autorizações para nada. Foi o chefe de produção, um israelita chamado Avi Kleinberguer, que é meu amigo. Arranjou uma companhia testa de ferro israelita para tratar de todos os preparativos... a mim não me teriam dado nenhuma autorização...”

Nunca estudei cinema. A primeira vez que descobri o cinema foi através da leitura de Godard. Fui para Nova Iorque e durante um ano apenas li e vi filmes, às vezes três por dia. Antonioni foi amor à primeira vista, mas também Hou Hsiao-Hsien, Tsai Ming-Liang. Não tinha visto Jacques Tati antes de ter feito o meu primeiro filme “Crónica de um Desaparecimento”. O responsável pelo som desse filme insistiu comigo para que visse Tati e Buster Keaton. E fi-lo, então verifiquei que no meu filme havia duas cenas iguais às do filme “O Meu Tio”, de Tati.

(...) O dinheiro para o filme veio

principalmente de França. E também algum de Fundações. Não dinheiro de Israel- o único dinheiro que tive de Israel, foi para o meu primeiro filme, e quase chegou ao Supremo Tribunal. Bloquearam o dinheiro e quiseram prender-me. Quando o filme estreou em Veneza, disse ao público “Isto está a acontecer. Só queria que soubessem.” Depois o filme ganhou o prémio para a primeira obra... e tornou-se muito embaraçoso... e deram-me o dinheiro...

O “Le Monde” perguntou a dois jornalistas israelitas o que pensavam do filme. Ambos deram quatro estrelas - que é o máximo - e disseram, “Tivemos vontade de nos esconder debaixo das cadeiras de vergonha e angústia”. Há um sector da população que é cinéfilo, mas é tão pequeno que se podem contar.” (Sight and Sound, Janeiro 2003).

O filme está a ser projectado regularmente em Ramallah; às 15 e 17 horas devido ao recolher obrigatório. Elia Suleiman exigiu no contrato com o distribuidor israelita uma cláusula estipulando que só seria distribuído em Israel “se fosse primeiro projectado na Palestina”. Em Dezembro, o cineasta apresentou o filme em Nazaré.

“Intervenção Divina” não foi aceite como candidato ao Óscar de melhor filme em língua estrangeira deste ano porque “a Palestina não existe”.

andarilho

## CINEMA

Paulo Teixeira  
de Sousa  
Escola Secundária  
Artística Soares dos Reis

## Francis Bacon em Serralves

Até 20 de Abril de 2003

“Francis Bacon é talvez o pintor mais conhecido mundialmente na segunda metade do século XX. A obra de Bacon ocupa um lugar único na Pintura do nosso tempo, pelo modo como assume o retrato como um ensaio sobre a representação da condição humana no seu confronto com o Mundo. Esta será a primeira grande exposição em Portugal de Francis Bacon, um nome fundamental no cenário europeu da arte contemporânea, reunindo alguns dos seus trabalhos mais conhecidos. (...) Não sendo uma exposição retrospectiva, o seu ponto de vista incidirá especificamente sobre uma das linhas centrais do trabalho de Bacon evidenciada ao longo de todo o seu trabalho. A exposição procura mostrar a pintura como um conflito onde o artista confronta o homem com a sua própria condição de modo a descobrir a sua verdadeira natureza. Muitas das pinturas de Francis Bacon representam o ser individual encerrado num espaço indefinido que sugere uma atmosfera claustrofóbica. Noutras, as paisagens sugerem uma transição para o exterior, como se o verde e as árvores libertassem o indivíduo das sua prisão”

Comissariado: Vicente Todolí

### Visitas Guiadas

07 Mar 2003 (Sex), 18h30 por João Bénard da Costa  
30 Mar 2003 (Dom), 17h00 por Fernando Pernes



Francis Bacon  
“Três estudos para figuras na base de uma crucificação”, 1994

## Mercado de livros

Até 23 de Fevereiro  
no Ferreira Borges

No Mercado de Ferreira Borges, no Porto, até ao dia 23, mais de 100 mil livros, de uma centena de editoras, oferecem-se a preços especialmente baixos. Sem novidades (todos os títulos, em nome da boa concorrência, apareceram, no mínimo, há 18 meses), este Mercado do Livro oferece, mais uma vez este ano, uma programação cultural paralela que inclui uma homenagem ao poeta Eugénio de Andrade, um debate sobre a movida da rua Miguel Bombarda (a das galerias de Arte do Porto) e um colóquio sobre a globalização.

Organizado, como sempre, pela Empresa de Comércio Livreiro, este Mercado do Livro 2003 conta com o apoio do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Câmara Municipal do Porto.

GALERIA

# De novo, a banda larga

Não é a primeira vez que nos aparece a designação da “banda larga”. Há cerca de duas décadas ela já aparecia sob a forma de acessos a serem materializados em fibras ópticas. Estas “deveriam” substituir os já obsoletos pares metálicos de fio de cobre, usuais nos acessos à rede telefónica - as nossas conhecidas linhas telefónicas. Estas, num extremo, são ligadas ao telefone e, no outro, ao ponto, geralmente “privativo”, de acesso à rede telefónica, atribuído ao “assinante”. Com o acesso em fibra óptica, passava-se a poder ter, em simultâneo, acesso ao videotelefone e aos canais de televisão (telefonar ainda? - perguntava-se então).

Enfim, esta tentativa de solução não pegou. Uma solução bem acarinhada pelos fabricantes de fibras ópticas e equipamentos necessários ao seu funcionamento que viam aí um grande mercado e negócio. Pois tratava-se “apenas” de construir toda uma nova infra-estrutura para substituir a dita mina de cobre constituída pelas dezenas e dezenas de milhões de linhas telefónicas. Solução no cemitério ou, pelo menos por uns tempos, uma solução congelada. A banda, da ordem das dezenas de Mbit/s, era não apenas larga, mas larguíssima. Não era como a que hoje nos é oferecida com grandes parangonas: um acesso permitindo umas centenas de bit/s.

Contudo, a banda larga, que agora nos é disponibilizada, não se destina em primeiro lugar - desde logo - à videotelefonía e à distribuição ao domicílio (ou a quaisquer outros destinos) de canais de televisão. E, em certa medida por isso, também não obriga à instalação de uma nova infra-estrutura em fibras ópticas. Aliás, neste mais modesto cenário, passadas as tais duas décadas, o

Outra vez, mais ou menos de repente, chegou-nos a novidade. Desta feita, foi a “banda larga”. Já não tinham bastado as telecomunicações móveis, mais os seus telemóveis. Nem o aparecimento quase em simultâneo da Internet. Agora, é a vez da banda larga e as suas “fabulosas” - supersónicas (?), segundo publicitários pouco escrupulosos quanto às metáforas por eles empregues - velocidades de transmissão nos acessos à Internet a sugerirem-nos mesmo a realização de um sonho - seria este, de facto, um sonho nosso? -, o sonho de estarmos ligados em permanência, ou seja, como dirão os “mais entendidos”, always on.



© Isto é

**A banda larga, que agora nos é disponibilizada, (...) não obriga à instalação de uma nova infra-estrutura em fibras ópticas (...) o que se faz é aproveitar as redes de cabos existentes: ou a rede das linhas utilizadas para o telefone (e, no essencial, esta continua a ser apenas uma) ou as mais novas redes para distribuição de canais de televisão via cabo coaxial (pelo menos no troço final das ligações).**

que se faz é aproveitar as redes de cabos existentes: ou a rede das linhas utilizadas para o telefone (e, no essencial, esta continua a ser apenas uma) ou as mais novas redes para distribuição de canais de televisão via cabo coaxial (pelo menos no troço final das ligações).

Com efeito, um dos argumentos avançados pelos defensores / oferecedores de ADSL (Assymetrical Digital Subscriber Line), pois é este o nome consagrado para a tecnologia utilizada e respectivos sistemas utilizando o mesmo meio de transmissão que as vulgares e tradicionais linhas telefónicas, tais como as conhecemos em pares de finos fios de cobre, é que é possível aceder em banda larga à Internet sem ter que “incomodar” as ligações do serviço telefónico. Mais. Passa a dispor-se, deste modo, de uma conexão que está sempre ligada, ou seja, always on (tal como acontece com a luz das lâmpadas, um vez que o seu interruptor esteja on, ligado).

Da mesma maneira está always on o nosso acesso de banda larga à Internet quando este for realizado sobre a mesma ligação que, através do cabo coaxial que ligamos ao nosso receptor, nos traz os canais de televisão. E, claro, também podemos dispor deste serviço, e consequentemente dos seus canais, em permanência, tal como com o ADSL continua a ser possível utilizar o telefone sempre que o pretendamos. Para tal, basta seleccionar o canal pretendido por meio do respectivo telecomando (ou seja, o mesmo “interessante” dispositivo que nos proporciona a tão exclusiva actividade de zapping).

Enfim, é uma outra banda larga, mais modesta, é certo, mas assim mesmo relevante.

## DA CIÊNCIA e da vida

Francisco Silva  
francisco-a-silva@telecom.pt  
Portugal Telecom

## Fusão de Galáxias



Foto: Thomas S. Statler, Brian R. McNamara NASA, Univer. Ohio, Chandra

Esta é a imagem da galáxia NGC 1700, obtida recentemente pelo observatório orbital de raios X Chandra. Segundo os cientistas o gás aquecido a vários milhões de graus, aqui registado, suporta a ideia de que se trata da fusão de duas galáxias menores. Isso terá ocorrido há três mil milhões de anos. Foi observado um grande disco em rotação que, aparentemente, está a arrefecer e que é indicador da «colisão» de uma galáxia espiral com uma galáxia elíptica. No ano passado, um dos prémios Nobel da Física foi atribuído ao pioneiro do estudo dos raios X provenientes do universo: o norte-americano de origem italiana Riccardo Giacconi.

FOTO ciência  
com legenda  
Luís Tirapicos